

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	11
DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	12
Demonstração do Valor Adicionado	13

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa	20

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	22
DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	23
Demonstração do Valor Adicionado	24

Comentário do Desempenho	25
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	98
---	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	102
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	103
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	104

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	775.175
Preferenciais	1.192.210
<b>Total</b>	<b>1.967.385</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	07/12/2017	Juros sobre Capital Próprio	10/01/2018	Ordinária		0,00632
Reunião do Conselho de Administração	07/12/2017	Juros sobre Capital Próprio	10/01/2018	Preferencial		0,00632
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	24/04/2018	Dividendo	25/07/2018	Ordinária		0,02423
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	24/04/2018	Dividendo	25/07/2018	Preferencial		0,02423
Reunião do Conselho de Administração	07/05/2018	Dividendo	25/07/2018	Ordinária		0,03496
Reunião do Conselho de Administração	07/05/2018	Dividendo	25/07/2018	Preferencial		0,03496
Reunião do Conselho de Administração	06/08/2018	Dividendo	10/10/2018	Ordinária		0,05271
Reunião do Conselho de Administração	06/08/2018	Dividendo	10/10/2018	Preferencial		0,05271

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	6.480.187	5.523.290
1.01	Ativo Circulante	1.601.519	1.415.112
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.535	44.294
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.165.805	1.067.545
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.165.805	1.067.545
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.165.805	1.067.545
1.01.03	Contas a Receber	340.454	255.270
1.01.03.01	Clientes	340.454	255.270
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	340.454	255.270
1.01.06	Tributos a Recuperar	78.606	30.078
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	78.606	30.078
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	78.606	30.078
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.119	17.925
1.01.08.03	Outros	11.119	17.925
1.01.08.03.04	Cauções e Depósitos Vinculados	702	678
1.01.08.03.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	217	14.030
1.01.08.03.09	Outros Créditos	10.200	3.217
1.02	Ativo Não Circulante	4.878.668	4.108.178
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	264.878	292.629
1.02.01.04	Contas a Receber	13.075	13.075
1.02.01.04.01	Clientes	13.075	13.075
1.02.01.07	Tributos Diferidos	127.912	140.922
1.02.01.07.04	Tributos a Recuperar	127.912	140.922
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	123.891	138.632
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos Vinculados	99.976	138.003
1.02.01.10.06	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	244	467
1.02.01.10.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	78
1.02.01.10.09	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	21.716	0
1.02.01.10.10	Outros Créditos	1.955	84
1.02.02	Investimentos	1.633.595	745.222
1.02.02.01	Participações Societárias	1.633.595	745.222
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.633.595	745.222
1.02.03	Imobilizado	2.940.898	3.028.051
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.921.649	2.940.028
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	2.919.550	2.942.710
1.02.03.01.02	Obrigações Especiais	0	-4.781
1.02.03.01.03	Imóveis Destinados a Uso Futuro	2.099	2.099
1.02.03.02	Direito de Uso em Andamento	822	749
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	18.427	87.274
1.02.04	Intangível	39.297	42.276
1.02.04.01	Intangíveis	39.297	42.276
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	30.274	32.283
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	9.023	9.993

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	6.480.187	5.523.290
2.01	Passivo Circulante	1.422.282	1.858.688
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	24.641	22.695
2.01.01.01	Obrigações Sociais	24.641	22.695
2.01.02	Fornecedores	1.061.111	801.407
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.061.111	801.407
2.01.03	Obrigações Fiscais	105.450	37.533
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	105.059	34.349
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	97.942	30.261
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	7.117	4.088
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	273	2.365
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	118	819
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	71.324	954.970
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	71.324	954.970
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	71.324	954.970
2.01.05	Outras Obrigações	155.098	39.016
2.01.05.02	Outros	155.098	39.016
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	104.744	11.646
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	731	0
2.01.05.02.07	Encargos Setoriais	13.584	20.283
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	36.039	7.087
2.01.06	Provisões	4.658	3.067
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.658	3.067
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	4.658	3.067
2.02	Passivo Não Circulante	3.537.891	2.106.912
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.971.402	1.503.434
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.971.402	1.503.434
2.02.02	Outras Obrigações	85.779	117.718
2.02.02.02	Outros	85.779	117.718
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	5.488	3.954
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	12.810	8.459
2.02.02.02.10	Obrigações Sociais e Trabalhistas	752	346
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	66.729	104.959
2.02.03	Tributos Diferidos	388.835	409.382
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	388.835	409.382
2.02.04	Provisões	91.875	76.378
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	91.875	76.378
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	91.875	76.378
2.03	Patrimônio Líquido	1.520.014	1.557.690
2.03.01	Capital Social Realizado	416.646	416.646
2.03.02	Reservas de Capital	198.961	198.506
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	186.570	186.570
2.03.02.04	Opções Outorgadas	2.722	2.414
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.02.08	Ganho com Venda de Ações em Tesouraria	264	117
2.03.04	Reservas de Lucros	91.792	139.402

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2.03.04.01	Reserva Legal	83.329	83.329
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	47.678
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	0	-68
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	8.463	8.463
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	54.061	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	758.266	801.742
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	288	1.394
2.03.08.01	Ajustes de Avaliação Atuarial	770	770
2.03.08.02	Hedge de Fluxo de Caixa	-482	624

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	496.366	1.304.633	397.761	1.198.531
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-401.492	-865.629	-330.109	-736.197
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-252.586	-404.811	-182.608	-293.978
3.02.03	Encargos do uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-34.260	-98.734	-30.766	-90.005
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.698	-5.095	-1.694	-5.084
3.02.05	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-9.373	-30.626	-13.867	-39.599
3.02.07	Pessoal e Administradores	-30.039	-93.060	-24.766	-79.692
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.067	-3.223	-1.012	-3.146
3.02.09	Serviços de Terceiros	-19.857	-73.061	-27.853	-65.300
3.02.10	Material	-2.141	-6.143	-2.302	-8.698
3.02.12	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-53	2.335	2.616	-2.755
3.02.13	Provisão/Reversão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-135	-1.241	-909	-1.150
3.02.16	Depreciação e Amortização	-45.105	-132.130	-42.423	-120.717
3.02.17	Outras Despesas Operacionais	-5.178	-19.840	-4.525	-26.073
3.03	Resultado Bruto	94.874	439.004	67.652	462.334
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	14.414	9.123	10.105	9.467
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.608	-7.610	0	0
3.04.05.01	Amortização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	-2.608	-7.610	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.022	16.733	10.105	9.467
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	109.288	448.127	77.757	471.801
3.06	Resultado Financeiro	-62.240	-174.067	-25.731	-88.640
3.06.01	Receitas Financeiras	31.361	84.493	29.810	68.747
3.06.02	Despesas Financeiras	-93.601	-258.560	-55.541	-157.387
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-98.205	-271.411	-56.849	-158.045
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	4.604	12.851	1.308	658
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	47.048	274.060	52.026	383.161
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.680	-90.975	-14.082	-128.239

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
3.08.01	Corrente	-14.626	-97.943	-12.101	-94.367
3.08.02	Diferido	2.946	6.968	-1.981	-33.872
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	35.368	183.085	37.944	254.922
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	35.368	183.085	37.944	254.922
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01798	0,09306	0,01929	0,12958
3.99.01.02	PN	0,01798	0,09306	0,01929	0,12958
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01714	0,08871	0,01867	0,12545
3.99.02.02	PN	0,01714	0,08871	0,01867	0,12545

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	35.368	183.085	37.944	254.922
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.217	-1.106	-414	585
4.02.01	Ganhos não Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa Originados no Período	1.286	-4.194	-1.968	942
4.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Sobre Hedge de Fluxo de Caixa	-437	1.426	669	-321
4.02.03	Ganhos Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa no Período	557	2.518	1.341	-55
4.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Realização de Headge de Fluxo de Caixa	-189	-856	-456	19
4.03	Resultado Abrangente do Período	36.585	181.979	37.530	255.507

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	528.164	581.626
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	487.313	517.552
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	183.085	254.922
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	133.259	128.794
6.01.01.03	Amortização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	7.610	0
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	2.009	2.009
6.01.01.05	Variação Monetária / Cambial	78.007	-3.437
6.01.01.06	Perdas estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-2.335	2.755
6.01.01.07	Marcação a Mercado da Opção	-22.102	549
6.01.01.08	Provisão/Reversão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	5.361	3.873
6.01.01.10	Custo de Empréstimos e Debêntures (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	190.990	159.789
6.01.01.11	Despesas com Fundo de Pensão	2.529	2.613
6.01.01.12	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-69.047	-63.221
6.01.01.13	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-6.968	33.872
6.01.01.14	Ações e Opções de Ações Outorgadas	308	222
6.01.01.15	Baixa de Bens do Ativo	1.340	4.279
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	-16.733	-9.467
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	208.844	189.848
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-82.849	-93.559
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-8.016	20.873
6.01.02.08	Contas a Receber de Partes Relacionadas	0	4.920
6.01.02.10	Outros Créditos	-8.854	-4.178
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.352	441
6.01.02.12	Fornecedores	190.673	161.542
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	97.943	94.674
6.01.02.16	Outros Tributos a Pagar	236	1.779
6.01.02.19	Encargos Setoriais	-2.348	-1.186
6.01.02.20	Outras obrigações	19.707	4.542
6.01.03	Outros	-167.993	-125.774
6.01.03.01	Pagamento de Juros (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	-132.605	-69.762
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-77.117	-92.105
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-995	-990
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-957	-820
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	43.681	37.903
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-965.606	-1.038.830
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-38.672	-74.717
6.02.02	Aumento de Capital em Controlada	-374.933	-36.132
6.02.03	Aplicações em Investimentos de Curto Prazo	-2.874.040	-2.530.015
6.02.04	Resgates de Investimentos de Curto Prazo	2.315.964	2.268.201
6.02.05	Aplicações / Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	42.743	-129.088

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
6.02.06	Aquisição de Investimento, Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa das Empresas Adquiridas	-50.000	-531.000
6.02.07	Prêmio Pago/Recebido - Opções de Compra de Moeda Estrangeira	35.048	-6.079
6.02.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Controlada	-21.716	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	398.683	601.364
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	1.450.000	1.900.000
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-127.078	-321.254
6.03.03	Imposto de Renda s/ Juros sobre Capital Próprio	0	-8.754
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-900.454	-946.742
6.03.05	Custo de Empréstimos e Debentures (Custos de Transação)	-24.000	-21.464
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	0	-317
6.03.07	Venda / Compra de Ações em Tesouraria	215	-105
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-38.759	144.160
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44.294	72.086
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.535	216.246

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	416.646	198.438	139.470	0	803.136	1.557.690
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	198.438	139.470	0	803.136	1.557.690
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	523	-47.678	-172.500	0	-219.655
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	308	0	0	0	308
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	215	0	0	0	215
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo Obrigatório	0	0	-47.678	0	0	-47.678
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-172.500	0	-172.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	183.085	-1.106	181.979
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	183.085	0	183.085
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.106	-1.106
5.05.02.10	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-1.676	-1.676
5.05.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	570	570
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	43.476	-43.476	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	65.873	-65.873	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-22.397	22.397	0
5.07	Saldos Finais	416.646	198.961	91.792	54.061	758.554	1.520.014

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	416.646	198.072	107.953	0	855.428	1.578.099
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	198.072	107.953	0	855.428	1.578.099
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	117	-34.528	-235.721	0	-270.132
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	222	0	0	0	222
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo	0	0	-34.528	0	0	-34.528
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-235.721	0	-235.721
5.04.10	Ações em Tesouraria	0	-105	0	0	0	-105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	254.922	585	255.507
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	254.922	0	254.922
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	585	585
5.05.02.08	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	887	887
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Headge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-302	-302
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	42.814	-42.814	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	64.869	-64.869	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-22.055	22.055	0
5.07	Saldos Finais	416.646	198.189	73.425	62.015	813.199	1.563.474

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
7.01	Receitas	1.464.538	1.355.225
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.461.818	1.357.788
7.01.02	Outras Receitas	385	192
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.335	-2.755
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-668.243	-533.175
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-566.789	-429.843
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-82.170	-77.062
7.02.04	Outros	-19.284	-26.270
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-19.284	-26.270
7.03	Valor Adicionado Bruto	796.295	822.050
7.04	Retenções	-142.878	-130.803
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-135.268	-130.803
7.04.02	Outras	-7.610	0
7.04.02.02	Amortização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	-7.610	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	653.417	691.247
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	130.764	78.214
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	16.733	9.467
7.06.02	Receitas Financeiras	114.031	68.747
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	784.181	769.461
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	784.181	769.461
7.08.01	Pessoal	82.054	70.024
7.08.01.01	Remuneração Direta	73.373	63.299
7.08.01.02	Benefícios	3.223	3.146
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.458	3.579
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	233.288	286.303
7.08.02.01	Federais	222.611	261.545
7.08.02.02	Estaduais	10.655	24.753
7.08.02.03	Municipais	22	5
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	285.754	158.212
7.08.03.01	Juros	283.977	157.387
7.08.03.02	Aluguéis	1.777	825
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	183.085	254.922
7.08.04.02	Dividendos	172.500	235.721
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.585	19.201

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	7.767.284	6.817.913
1.01	Ativo Circulante	1.818.764	1.578.644
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	54.831	134.593
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.218.962	1.069.928
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.218.962	1.069.928
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.218.962	1.069.928
1.01.03	Contas a Receber	404.525	312.995
1.01.03.01	Clientes	404.525	312.995
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	404.525	312.995
1.01.06	Tributos a Recuperar	87.294	32.703
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	87.294	32.703
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	87.294	32.703
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	53.152	28.425
1.01.08.03	Outros	53.152	28.425
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	217	14.030
1.01.08.03.03	Cauções e Depósitos Vinculados	29.468	7.556
1.01.08.03.04	Outros Créditos	23.467	6.680
1.01.08.03.05	Conta de Ressarcimento – CCEE/Distribuidoras	0	159
1.02	Ativo Não Circulante	5.948.520	5.239.269
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	340.155	372.901
1.02.01.04	Contas a Receber	13.075	13.075
1.02.01.04.01	Clientes	13.075	13.075
1.02.01.07	Tributos Diferidos	133.241	142.529
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.329	1.607
1.02.01.07.04	Tributos a Recuperar	127.912	140.922
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	193.839	217.297
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	189.119	213.632
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	78
1.02.01.10.06	Tributos e contribuições sociais compensáveis	246	474
1.02.01.10.08	Outros Créditos	2.045	1.860
1.02.01.10.09	Conta de Ressarcimento – CCEE/Distribuidoras	2.429	1.253
1.02.03	Imobilizado	5.392.865	4.722.142
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.118.246	4.608.811
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	5.116.147	4.611.493
1.02.03.01.02	Obrigações Especiais	0	-4.781
1.02.03.01.03	Imóveis Destinados a Uso Futuro	2.099	2.099
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	822	749
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	273.797	112.582
1.02.04	Intangível	215.500	144.226
1.02.04.01	Intangíveis	215.500	144.226
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	30.274	32.283
1.02.04.01.03	Gerado na Aquisição de Investimentos	175.271	101.950
1.02.04.01.04	Outros Intangíveis	9.955	9.993

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	7.767.284	6.817.913
2.01	Passivo Circulante	1.648.229	1.996.275
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	25.252	23.312
2.01.01.01	Obrigações Sociais	25.252	23.312
2.01.02	Fornecedores	1.151.639	843.105
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.151.639	843.105
2.01.03	Obrigações Fiscais	116.788	44.476
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	116.008	41.125
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	103.737	34.650
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	12.271	6.475
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	402	2.423
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	378	928
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	139.464	1.014.376
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	139.464	1.014.376
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	139.464	1.014.376
2.01.05	Outras Obrigações	173.869	67.939
2.01.05.02	Outros	173.869	67.939
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	104.744	11.646
2.01.05.02.04	Conta de Ressarcimento	11.213	26.471
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.943	0
2.01.05.02.07	Encargos Setoriais	13.667	20.364
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	40.302	9.458
2.01.06	Provisões	41.217	3.067
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	41.217	3.067
2.02	Passivo Não Circulante	4.599.041	3.263.948
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.004.921	2.575.245
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.004.921	2.575.245
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.004.921	2.575.245
2.02.02	Outras Obrigações	113.332	144.899
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.278	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.278	0
2.02.02.02	Outros	109.054	144.899
2.02.02.02.04	Conta de Ressarcimento	20.802	22.213
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	5.488	3.954
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	12.810	8.459
2.02.02.02.10	Obrigações Sociais e Trabalhistas	752	346
2.02.02.02.11	Outras Obrigações	69.202	109.927
2.02.03	Tributos Diferidos	388.913	409.426
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	388.913	409.426
2.02.04	Provisões	91.875	134.378
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	91.875	134.378
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	91.875	134.378
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.520.014	1.557.690
2.03.01	Capital Social Realizado	416.646	416.646
2.03.02	Reservas de Capital	198.961	198.506
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	186.570	186.570

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2.03.02.04	Opções Outorgadas	2.722	2.414
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	9.405	9.405
2.03.02.08	Ganho com Venda de Ações em Tesouraria	264	117
2.03.04	Reservas de Lucros	91.792	139.402
2.03.04.01	Reserva Legal	83.329	83.329
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	47.678
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	0	-68
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	8.463	8.463
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	54.061	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	758.266	801.742
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	288	1.394
2.03.08.01	Ajustes de Avaliação Atuarial	770	770
2.03.08.02	Hedge de Fluxo de Caixa	-482	624

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	564.844	1.456.852	459.423	1.261.980
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-425.861	-918.323	-354.533	-763.441
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-224.303	-325.667	-183.303	-294.673
3.02.03	Encargos do uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-38.338	-110.559	-33.207	-92.446
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.947	-5.834	-1.694	-5.084
3.02.05	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-9.373	-30.626	-13.867	-39.599
3.02.07	Pessoal e Administradores	-30.791	-95.642	-25.841	-82.725
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.072	-3.244	-1.024	-3.169
3.02.09	Serviços de Terceiros	-46.611	-114.029	-33.504	-71.753
3.02.10	Material	2.584	-11.576	-2.649	-9.093
3.02.11	Provisão/Reversão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-135	-1.241	-909	-1.150
3.02.12	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquida	-53	2.335	2.616	-2.755
3.02.16	Depreciação e Amortização	-69.300	-198.932	-55.600	-133.894
3.02.17	Outras Despesas Operacionais	-6.522	-23.308	-5.551	-27.100
3.03	Resultado Bruto	138.983	538.529	104.890	498.539
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-984	-3.045	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-984	-3.045	0	0
3.04.05.01	Amortização de Intangível de Concessão	-984	-3.045	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	137.999	535.484	104.890	498.539
3.06	Resultado Financeiro	-87.935	-252.806	-50.344	-113.186
3.06.01	Receitas Financeiras	30.399	87.698	30.562	69.568
3.06.02	Despesas Financeiras	-118.334	-340.504	-80.906	-182.754
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-121.149	-356.243	-82.214	-183.412
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	2.815	15.739	1.308	658
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	50.064	282.678	54.546	385.353
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.696	-99.593	-16.602	-130.431
3.08.01	Corrente	-17.305	-105.769	-14.825	-97.091
3.08.02	Diferido	2.609	6.176	-1.777	-33.340

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	35.368	183.085	37.944	254.922
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	35.368	183.085	37.944	254.922
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	35.368	183.085	37.944	254.922
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01798	0,09306	0,01929	0,12958
3.99.01.02	PN	0,01798	0,09306	0,01929	0,12958
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01714	0,08871	0,01867	0,12545
3.99.02.02	PN	0,01714	0,08871	0,01867	0,12545

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	35.368	183.085	37.944	254.922
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.217	-1.106	-414	585
4.02.01	Ganhos não Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa Originados no Período	1.286	-4.194	-1.968	942
4.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Sobre Hedge de Fluxo de Caixa	-437	1.426	669	-321
4.02.03	Ganhos Realizados em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa no Período	557	2.518	1.341	-55
4.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Realização de Headge de Fluxo de Caixa	-189	-856	-456	19
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	36.585	181.979	37.530	255.507
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	36.585	181.979	37.530	255.507

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	575.043	565.558
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	644.896	559.950
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	183.085	254.922
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	200.061	141.971
6.01.01.03	Amortização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	3.045	0
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	2.009	2.009
6.01.01.05	Variação Monetária / Cambial	78.007	-4.135
6.01.01.06	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-2.335	2.755
6.01.01.08	Provisão/Reversão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	5.361	3.968
6.01.01.10	Custo de Empréstimos e Debêntures (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	269.983	180.694
6.01.01.11	Despesas com Fundo de Pensão	2.529	2.613
6.01.01.12	Receita de Aplicação Financeira em Investimentos de Curto Prazo	-69.444	-63.361
6.01.01.13	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-6.176	33.464
6.01.01.14	Ações e Opções de Ações Outorgadas	308	222
6.01.01.15	Baixa de Bens do Ativo	1.340	4.279
6.01.01.16	Marcação a Mercado da Opção	-22.102	549
6.01.01.17	Marcação a Mercado do NDF	-775	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	170.433	153.075
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-91.436	-113.931
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-10.949	432
6.01.02.05	Outros Tributos Compensáveis	0	23.670
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	0	-2.532
6.01.02.07	Conta de Ressarcimento - CCEE	-916	0
6.01.02.08	Contas a Receber de Partes Relacionadas	4.278	4.920
6.01.02.10	Outros Créditos	13.079	-3.976
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.346	1.277
6.01.02.12	Fornecedores	141.968	158.579
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	108.811	95.113
6.01.02.16	Outros Tributos a Pagar	785	-2.546
6.01.02.17	Conta de Ressarcimento - CCEE	-15.697	0
6.01.02.19	Encargos Setoriais	-2.348	-1.186
6.01.02.20	Outras obrigações	20.512	-6.745
6.01.03	Outros	-240.286	-147.467
6.01.03.01	Pagamento de Juros (Encargos de Dívidas), Líquido de Juros Capitalizados	-195.450	-89.166
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-87.937	-94.421
6.01.03.03	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-995	-990
6.01.03.04	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-957	-820
6.01.03.05	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	45.053	37.930
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.010.570	-1.016.685
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-294.657	-74.717

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
6.02.02	Aquisição de Investimento, Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa das Empresas Adquiridas	-152.517	-527.380
6.02.03	Aplicações em Investimentos de Curto Prazo	-3.108.023	-2.535.470
6.02.04	Resgates de Investimentos de Curto Prazo	2.494.570	2.270.473
6.02.05	Aplicações / Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	11.021	-143.512
6.02.06	Prêmio Pago/Recebido - Opções de Compra de Moeda Estrangeira	35.048	-6.079
6.02.07	Prêmio Pago/Recebido do NDF	3.988	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	355.765	616.717
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	1.450.000	1.924.423
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-127.078	-321.254
6.03.03	Imposto de Renda s/ Juros sobre Capital Próprio	0	-8.754
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-943.372	-955.812
6.03.05	Custo de Empréstimos e Debentures (Custos de Transação)	-24.000	-21.464
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	0	-317
6.03.07	Venda / Compra de Ações em Tesouraria	215	-105
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-79.762	165.590
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	134.593	72.086
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	54.831	237.676

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	416.646	198.438	139.470	0	803.136	1.557.690	0	1.557.690
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	198.438	139.470	0	803.136	1.557.690	0	1.557.690
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	523	-47.678	-172.500	0	-219.655	0	-219.655
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	308	0	0	0	308	0	308
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	215	0	0	0	215	0	215
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo Obrigatório	0	0	-47.678	0	0	-47.678	0	-47.678
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-172.500	0	-172.500	0	-172.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	183.085	-1.106	181.979	0	181.979
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	183.085	0	183.085	0	183.085
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.106	-1.106	0	-1.106
5.05.02.10	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-1.676	-1.676	0	0
5.05.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	570	570	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	43.476	-43.476	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	65.873	-65.873	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-22.397	22.397	0	0	0
5.07	Saldos Finais	416.646	198.961	91.792	54.061	758.554	1.520.014	0	1.520.014

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	416.646	198.072	107.953	0	855.428	1.578.099	0	1.578.099
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	416.646	198.072	107.953	0	855.428	1.578.099	0	1.578.099
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	117	-34.528	-235.721	0	-270.132	0	-270.132
5.04.01	Aumentos de Capital	0	222	0	0	0	222	0	222
5.04.08	Dividendos Complementares ao Mínimo	0	0	-34.528	0	0	-34.528	0	-34.528
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-235.721	0	-235.721	0	-235.721
5.04.10	Ações em Tesouraria	0	-105	0	0	0	-105	0	-105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	254.922	585	255.507	0	255.507
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	254.922	0	254.922	0	254.922
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	585	585	0	585
5.05.02.08	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	887	887	0	887
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Headge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-302	-302	0	-302
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	42.814	-42.814	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	64.869	-64.869	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-22.055	22.055	0	0	0
5.07	Saldos Finais	416.646	198.189	73.425	62.015	813.199	1.563.474	0	1.563.474

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
7.01	Receitas	1.626.201	1.421.262
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.622.498	1.420.606
7.01.02	Outras Receitas	1.368	3.411
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.335	-2.755
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-648.972	-543.844
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-499.470	-432.979
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-129.059	-84.019
7.02.04	Outros	-20.443	-26.846
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-20.443	-26.846
7.03	Valor Adicionado Bruto	977.229	877.418
7.04	Retenções	-205.115	-143.980
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-202.070	-143.980
7.04.02	Outras	-3.045	0
7.04.02.02	Amortização de Intangível e Mais Valia Gerado em Aquisições	-3.045	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	772.114	733.438
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	123.670	69.568
7.06.02	Receitas Financeiras	123.670	69.568
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	895.784	803.006
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	895.784	803.006
7.08.01	Pessoal	84.298	72.639
7.08.01.01	Remuneração Direta	75.440	65.726
7.08.01.02	Benefícios	3.244	3.169
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.614	3.744
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	252.223	291.420
7.08.02.01	Federais	241.433	266.595
7.08.02.02	Estaduais	10.660	24.757
7.08.02.03	Municipais	130	68
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	376.178	184.025
7.08.03.01	Juros	372.095	182.753
7.08.03.02	Aluguéis	4.083	1.272
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	183.085	254.922
7.08.04.02	Dividendos	172.500	235.721
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.585	19.201

## 1. Perfil

---

A AES Tietê Energia, uma das geradoras do grupo AES Brasil, é uma Companhia de capital aberto com ações listadas na B3 e está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público, na produção e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

Com um parque gerador hidrelétrico formado por nove usinas hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), a Companhia atua no Brasil desde 1999 na geração e na comercialização de energia elétrica.

As concessões das usinas hidrelétricas da AES Tietê Energia e da PCH Mogi-Guaçu vencem em 2029 e as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032.

O Complexo Eólico Alto Sertão II possui capacidade instalada de 386,1 MW e energia contratada por 20 anos, por meio dos leilões de LER e LEN realizados em 2010 e 2011, cujos contratos expiram em 2033 e 2035, respectivamente. Os parques possuem licença de operação de 35 anos. A garantia física dos Parques é de 192,7 MWm.

A planta do Complexo Solar Boa Hora foi outorgada no 8º LER realizado em 13 de novembro de 2015 com o direito de fornecimento de energia contratada por 20 anos e início de operação comercial previsto para novembro de 2018, com capacidade total de 75 MW e garantia física de 15,9 MWm. A planta solar possui licença de operação de 35 anos.

Em 25 de setembro de 2017, foi assinado um acordo de investimento com a Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (“Cobra do Brasil”), subsidiária brasileira do grupo espanhol ACS Group. O processo de aquisição foi concluído em 04 de setembro de 2018, após as condições precedentes da operação terem sido atendidas ou renunciadas, nos termos do Memorando de Fechamento, data em que a titularidade das ações foi transferida e o controle das SPE’s foi assumido, diretamente pela Guaimbê Holding e indiretamente pela Companhia.

Em 18 de dezembro de 2017 a Companhia obteve no Leilão A-4 o direito de comercializar, no mercado regulado, energia a ser gerada por um complexo fotovoltaico com capacidade instalada de 75 MW, com início das obras previsto para dezembro de 2018 (“Complexo Solar Água Vermelha” ou “AGV Solar”). Em junho de 2018, a AGV Solar obteve outorga na condição de Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica, com 75 MW de capacidade instalada e 19,8 MWm de garantia física de energia.

## 2. Energia gerada

No 9M18, o volume total de energia hidrelétrica gerada pelas usinas da Companhia atingiu 6.622 GWh, 25,0% inferior ao mesmo período de 2017. A variação é reflexo principalmente da baixa afluência observada na bacia do Tietê, em 2018, resultando em níveis baixos no reservatório da usina de Água Vermelha e, portanto, fazendo com que a usina gerasse em níveis inferiores aos registrados nos períodos anteriores.

Geração (Usinas) - GWh	9M18	9M17	Var (%)
<b>Energia Gerada Bruta</b>	<b>6.622</b>	<b>8.826</b>	<b>-25,0%</b>
Água Vermelha	3.576	4.350	-17,8%
Bariri	363	555	-34,6%
Barra Bonita	323	472	-31,6%
Caconde	147	222	-33,8%
Euclides da Cunha	215	293	-26,6%
Ibitinga	423	580	-27,1%
Limoeiro	63	348	-81,9%
Nova Avanhandava	862	1.211	-28,8%
Promissão	630	771	-18,3%
Mogi / S. Joaquim / S. José	20	24	-16,7%

O volume total de energia gerada pelas eólicas do Complexo Alto Sertão II está demonstrado abaixo:

Geração (Parques Eólicos) - GWh	9M18
<b>Energia Gerada Bruta</b>	<b>1.188</b>
LER 2010	509
LEN 2011	679

### 2.1. Desempenho econômico-financeiro

Em milhares de reais	9M18	9M17	Var. R\$	Var. %
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.623.865</b>	<b>1.424.015</b>	<b>199.850</b>	<b>14,0%</b>
Deduções da receita operacional bruta	(167.013)	(162.035)	(4.978)	3,1%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.456.852</b>	<b>1.261.980</b>	<b>194.872</b>	<b>15,4%</b>
Custos e despesas operacionais	(918.323)	(763.441)	(154.882)	20,3%
<b>Lucro bruto</b>	<b>538.529</b>	<b>498.539</b>	<b>39.990</b>	<b>8,0%</b>
Amortização do intangível e mais valia em aquisições	(3.045)	-	(3.045)	N/A
Resultado financeiro	(252.806)	(113.186)	(139.620)	123,4%
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>282.678</b>	<b>385.353</b>	<b>(102.675)</b>	<b>-26,6%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(99.593)	(130.431)	30.838	-23,6%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>183.085</b>	<b>254.922</b>	<b>(71.837)</b>	<b>-28,2%</b>

Em milhares de reais - Consolidado



No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia auferiu um lucro líquido no montante de R\$183.085 ante um lucro líquido de R\$245.922 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram a redução de 28,2% do resultado da Companhia.

## 2.2. Receita operacional líquida

	9M18		9M17		GWh	R\$
	GWh	R\$	GWh	R\$	Var. %	Var. %
Contratos bilaterais	7.125	1.201.978	7.670	1.222.394	-7,1%	-1,7%
Mercado de curto prazo						
MRE	(107)	13	1.964	20.561	-105,4%	-99,9%
SPOT	742	236.381	300	82.838	147,0%	185,4%
Outros	-	12.718	-	4.989	-	154,9%
Leilão - Eletropaulo	-	-	123	18.511	-100,0%	-100,0%
Leilão - Outras empresas	174	27.051	193	29.218	-9,6%	-7,4%
LER 2010	498	94.177	131	19.623	280,3%	379,9%
LER 2014	18	4.910	-	-	-	-
LEN 2011	253	37.565	6	538	3962,0%	6882,3%
Renova comercializadora	-	-	148	21.934	-100,0%	-
Partes relacionadas	-	7.704	-	-	-	-
Outras receitas	-	1.368	-	3.409	-	-59,9%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>8.703</b>	<b>1.623.865</b>	<b>10.535</b>	<b>1.424.015</b>	<b>-17,4%</b>	<b>14,0%</b>
Deduções da receita operacional bruta		(167.013)		(162.035)		3,1%
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>1.456.852</b>		<b>1.261.980</b>		<b>15,4%</b>

Em milhares de reais - Consolidado

O aumento de 15,4% da receita operacional líquida é explicado principalmente pelo:

- aumento de receita proveniente do Complexo Eólico Alto Sertão II, no montante de R\$89.647, somada à receita do Complexo Solar Guaimbê, no montante de R\$4.910;
- aumento de receita proveniente da venda no mercado spot no montante de R\$153.543, principalmente em função do maior preço médio ponderado do PLD no período no submercado SE/CO (R\$324/MWh no 9M18 ante R\$276/MWh no 9M17);

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- redução na energia vendida para o leilão A-1 no montante de R\$18.511 devido às rescisões de contratos, principalmente o contrato de comercialização de energia elétrica celebrado entre a Eletropaulo e a Companhia;
- redução de R\$ 20.548 da receita proveniente da energia vendida no MRE na comparação com o mesmo período anterior, em função, principalmente, ao menor volume de geração averiguado no período;
- redução dos contratos bilaterais no montante de R\$20.416, em função do menor volume vendido (7.137 GWh no 9M18 ante 7.670 GWh no 9M17), compensado



parcialmente pelo maior preço vigente no período (R\$168 no 9M18 ante R\$159 no 9M17).

### 2.3. Custos e despesas operacionais

Em milhares de reais	9M18	9M17	Var. R\$	Var. %
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>(472.686)</b>	<b>(431.802)</b>	<b>(40.884)</b>	<b>9,5%</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(325.667)	(294.673)	(30.994)	10,5%
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(110.559)	(92.446)	(18.113)	19,6%
Taxa de fiscalização	(5.834)	(5.084)	(750)	14,8%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(30.626)	(39.599)	8.973	-22,7%
<b>Custo de operação</b>	<b>(445.637)</b>	<b>(331.639)</b>	<b>(113.998)</b>	<b>34,4%</b>
Pessoal e administradores	(95.642)	(82.725)	(12.917)	15,6%
Material e serviços de terceiros	(125.605)	(80.846)	(44.759)	55,4%
Entidade de previdência privada	(3.244)	(3.169)	(75)	2,4%
Depreciação e amortização	(198.932)	(133.894)	(65.038)	48,6%
Outros	(22.214)	(31.005)	8.791	-28,4%
<b>Total dos custos e despesas operacionais</b>	<b>(918.323)</b>	<b>(763.441)</b>	<b>(154.882)</b>	<b>20,3%</b>

*Em milhares de reais - Consolidado*

Os custos e despesas operacionais no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 apresentaram um aumento de R\$154.882 ou 20,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicada principalmente por:

- aumento de 24,8% ou R\$48.960 no PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) ocasionado principalmente em função (i) aumento de material e serviços de terceiros no montante de R\$44.759, principalmente em função da realização de manutenção corretiva e preventiva nos parques eólicos, no montante de R\$31.387 e à despesa relativa à manutenção bianual de usinas hidrelétricas, no montante de R\$7.443 e (ii) aumento de despesa com pessoal e previdência privada, no montante de R\$12.992, principalmente devido à reestruturação do quadro da Companhia como parte de sua estratégia de crescimento e ajuste de inflação em salários e benefícios, compensados parcialmente pelo ônus tarifário reconhecido em 2017, no montante de R\$7.738, devido rescisão do contrato de comercialização de energia elétrica celebrado entre a Eletropaulo e a Companhia no leilão A-1;
- despesas com encargos do uso do sistema de transmissão e conexão, que tiveram aumento de R\$18.113 ou 19,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do reajuste da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST-rb) dos contratos de conexão das usinas hidrelétricas (TUSDg) da Companhia;
- aumento de 10,5% ou R\$30.994 no custo com energia comprada para revenda, ocasionado principalmente pelo maior volume e preço médio dos contratos bilaterais devido à estratégia de contratação adotada no período;
- aumento da depreciação e amortização no montante de R\$65.038, principalmente devido a depreciação dos ativos adquiridos do Complexo Eólico Alto Sertão II e do Complexo Solar Guaimbê, adquiridos em agosto de 2017 e setembro de 2018, respectivamente.



## 2.4. Resultado financeiro

No 9M18 o resultado financeiro líquido consolidado totalizou uma despesa de R\$252.806 ou 123,4 % superior à despesa apresentada no 9M17, no montante de R\$113.186. Contribuiu para esse desempenho:

- maiores encargos de dívida no montante de R\$69.211, principalmente em função do reconhecimento de encargos financeiros oriundo das dívidas do Complexo Eólico Alto Sertão II e ao maior saldo de dívida da Companhia devido à estratégia de investimentos nos Parques Solares e Eólicos, compensando parcialmente pela menor taxa média anualizada do CDI (de 6,50%, no 9M18 ante 10,91% no 9M17);
- efeito negativo de R\$74.099 referente à atualização monetária da liminar obtida na discussão do GSF, devido ao maior IGP-M acumulado no período (8,30% no 9M18 ante -2,12% no 9M17) e ao maior montante registrado como obrigação na rubrica Fornecedores, apresentado nas informações contábeis de 30 de setembro de 2018, nota explicativa nº 13.
- maior atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos em R\$22.505, em função do maior IPCA acumulado no período (4,53% no 9M18 ante 2,54% no 9M17) e ao maior saldo de dívida em 2018.

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- aumento da receita de juros sobre aplicações financeiras (R\$84.822 no 9M18 ante R\$70.499 no 9M17), devido principalmente ao maior saldo médio das aplicações financeiras no período, compensando à menor taxa de juros entre os períodos comparados, visto que no 9M18 a taxa média anualizada do CDI foi de 6,50%, enquanto que no 9M17 foi de 10,91%.
- efeito positivo de R\$23.426 referente à marcação a mercado das operações de hedge cambial para compra de equipamentos de geração solar para os parques em construção.

## 2.5. Imposto de renda e contribuição social

Redução de R\$30.838 ou 23,6% das despesas com imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) sobre o resultado do 9M18 em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução se deve principalmente ao menor lucro tributável apurado no 9M18, o qual foi inferior em 26,6%, parcialmente compensado pela utilização de prejuízo fiscal e base negativa no 9M17, o que não ocorreu no 9M18.



## 2.6. Lucro líquido do período

O lucro líquido no 9M18 foi de R\$183.085, representando uma redução de 28,2% ou R\$71.837 em relação ao mesmo período do ano anterior, quando a Companhia teve um lucro líquido de R\$254.922. Esta redução deve-se aos fatores anteriormente mencionados.

## Notas Explicativas

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tietê Energia S.A. (“Tietê” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, cuja sede está localizada na Avenidas das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, conforme alteração do Estatuto Social, deliberada em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de setembro de 2018.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de duração de 30 anos vencendo em 2029, assim como a concessão da PCH Mogi-Guaçu. Já as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032. Adicionalmente, desde 2017 a Companhia adquiriu o controle das seguintes unidades produtoras de energia eólica e solar: Complexo Alto Sertão II, Complexo Solar Boa Hora, Complexo Solar Água Vermelha e Complexo Solar Guaimbê, conforme detalhado a seguir nessa nota.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Os parques geradores em operação possuem uma capacidade instalada total de 3.194,7 MW e garantia física de 1.469,1 MWh, compostos pelas seguintes usinas:

Parque gerador hidrelétrico

Parque Gerador	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
<b>Usinas Hidrelétricas (UHE)</b>				
Água Vermelha	1978	6	1.396,2	731,0
Nova Avanhandava	1982	3	347,4	132,1
Promissão	1975	3	264,0	98,8
Bariri	1969	3	143,1	62,7
Barra Bonita	1963	4	140,8	47,8
Ibitinga	1969	3	131,5	70,3
Euclides da Cunha	1960	4	108,9	49,2
Caconde	1966	2	80,5	33,2
Limoeiro	1958	2	32,0	14,8
<b>Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)</b>				
Mogi-Guaçu	1994	2	7,2	4,0
São José	2012	2	4,0	2,0
São Joaquim	2011	1	3,0	1,0
<b>Total</b>		<b>35</b>	<b>2.658,6</b>	<b>1.246,9</b>

(i) A partir de 2018, após revisão da garantia física definida pela Portaria MME nº 277/2017, a garantia física bruta da Companhia passou a ser de 1.246,9 MWh.

## Notas Explicativas

### Complexo Eólico Alto Sertão II

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW <sup>(i)</sup>
<b>Eólico</b>									
Ametista	LEN 02/2011	135/2012	15/03/12	14/03/47	35 anos	2015	17	28,6	13,9
Araçás	LER 05/2010	241/2011	08/04/11	07/03/46	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Borgo	LEN 02/2011	222/2012	16/04/12	15/04/47	35 anos	2016	12	20,2	10,4
Caetité	LEN 02/2011	167/2012	23/03/12	14/03/47	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Da Prata	LER 05/2010	177/2011	28/03/11	27/03/46	35 anos	2014	13	21,8	10,1
Dourados	LEN 02/2011	130/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	17	28,6	12,5
Espigão	LEN 02/2011	172/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	LEN 02/2011	107/2012	12/03/12	11/03/47	35 anos	2015	18	30,2	14,2
Morrão	LER 05/2010	268/2011	25/04/11	24/04/46	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Pelourinho	LEN 02/2011	168/2012	23/03/12	22/03/47	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões	LEN 02/2011	128/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	18	30,2	13,1
Seraíma	LER 05/2010	332/2011	31/05/11	30/05/46	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Serra do Espinhaço	LEN 02/2011	171/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Tanque	LER 05/2010	330/2011	30/05/11	29/05/46	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	161/2011	21/03/11	20/03/46	35 anos	2014	14	23,5	10,1
<b>Total</b>							<b>230</b>	<b>386,1</b>	<b>192,7</b>

(i) A partir de 2018, após revisão de todas as garantias físicas do MRE, a garantia física do Complexo Eólico alto Sertão II passou a ser de 192,7 MWm.

### Complexo Solar Guaimbê

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoas solares	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
<b>Solar</b>									
Guaimbê I	LER 08/2014	257/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê II	LER 08/2014	258/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê III	LER 08/2014	259/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê IV	LER 08/2014	260/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê V	LER 08/2014	261/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
<b>Total</b>							<b>110</b>	<b>150,0</b>	<b>29,5</b>

### Estratégia de comercialização de energia da Companhia

Desde 2016, a Companhia tem implementado estratégia dinâmica e ativa de curto, médio e longo prazos para a mitigação de exposição ao risco hidrológico.

Para o curto prazo em 2018, a estratégia da Companhia é de gerir o portfólio de suas unidades produtoras de energia hídrica, com monitoramento constante das exposições mensais, buscando oportunidades comerciais tanto para gerar valor a companhia como para mitigar riscos de exposições ao mercado de curto prazo. Adicionalmente, a estratégia da Companhia persiste em buscar uma composição de contratação para a melhor gestão do risco hidrológico e melhores preços de contratos no ambiente livre. Em linha com a estratégia da Companhia, em 2018 cerca de 52% da energia assegurada nos contratos LEN do Complexo Eólico Alto Sertão II (54,3 MWm) foi descontratado no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (“MCSD”) e revendida a preços de mercado. Este volume está sendo vendido para a Companhia, conforme detalhado na nota explicativa nº 28.1.

Em 30 de setembro de 2018, o percentual da energia assegurada vendida para o portfólio consolidado é de 80%, 77%, 79%, 51% e 40%, para 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, respectivamente, com preços médios de R\$ 174/MWh e R\$ 171/MWh para 2018 e 2019.

### Comercialização de energia do Complexo Eólico Alto Sertão II

Em 26 de maio de 2011, as controladas indiretas Da Prata, Araçás, Morrão, Seraíma, Tanque e Ventos do Nordeste assinaram contrato de energia de reserva (CER) na modalidade quantidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderão toda sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 anos.

## Notas Explicativas

Em 13 de agosto de 2012, as controladas indiretas Ametista, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço assinaram Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com diversas distribuidoras de energia, por meio do qual venderão toda sua produção de energia elétrica, a partir de 1º de janeiro de 2016 com prazo final em abril de 2035.

As controladas indiretas Ametista, Borgo, Dourados, Espigão, Maron, Caetité, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço participaram do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD), descontratando um volume total de 100,2 MWm e 54,3 MWm de energia dos parques do LEN 2011 (A-3), para os períodos de janeiro a dezembro de 2017 e o período de janeiro a dezembro de 2018, respectivamente.

A comercialização de energia produzida pelo Complexo Eólico Alto Sertão II no mercado regulado (ACR) e mercado livre (ACL) estão contratadas conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Da Prata	LER 05/2010	CCEE	86.353	189,16	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Araçás	LER 05/2010	CCEE	115.180	189,16	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Morrão	LER 05/2010	CCEE	128.772	189,16	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Seraíma	LER 05/2010	CCEE	131.121	189,16	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Tanque	LER 05/2010	CCEE	113.284	189,16	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	CCEE	88.476	189,16	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ametista	LEN 02/2011	Distribuidoras	121.764	200,41	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Borgo	LEN 02/2011	Distribuidoras	84.972	199,84	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Caetité	LEN 02/2011	Distribuidoras	125.268	199,96	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Dourados	LEN 02/2011	Distribuidoras	115.632	199,94	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Espigão	LEN 02/2011	Distribuidoras	42.924	200,79	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Maron	LEN 02/2011	Distribuidoras	120.888	200,25	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pelourinho	LEN 02/2011	Distribuidoras	103.368	200,20	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pilões	LEN 02/2011	Distribuidoras	114.756	199,40	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Serra do Espinhaço	LEN 02/2011	Distribuidoras	77.964	199,12	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro

### Complexo Solar Boa Hora

O Complexo Solar foi outorgado no 8º Leilão de Energia de Reserva (“LER”) realizado em 13 de novembro de 2015 com energia contratada por 20 anos a R\$291,75/MWh, com capacidade instalada de 75 MW e garantia física de 15,9 MWm. O investimento estimado é de aproximadamente R\$300.000.

Em 02 de agosto de 2017, a Companhia protocolou na Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) pedido de alteração das características técnicas do projeto, que originalmente possui autorização para construção do Estado do Pernambuco. A Companhia solicitou à ANEEL a transferência do Complexo Solar, com o objetivo de construí-lo em terreno no estado de São Paulo, na cidade de Ouroeste, localizado a 3 km de uma das usinas hidrelétricas da Companhia, a Usina Água Vermelha. Com a aprovação da referida alteração, pela ANEEL, obtida no dia 03 de novembro de 2017, a Companhia aumentará a capacidade instalada do sistema de geração no estado de São Paulo.

O Complexo Solar Boa Hora está em estágio de construção e tem previsão de início das operações comerciais para dezembro de 2018, sendo que na data da outorga, a Companhia efetivamente obteve os direitos de seus contratos relevantes, incluindo os direitos contratuais de venda de energia e direito de exploração de autorização.

### Complexo Solar Água Vermelha

Em 18 de dezembro de 2017 a Companhia obteve no Leilão A-4 o direito de comercializar, no mercado regulado, energia a ser gerada por um complexo fotovoltaico com capacidade instalada de 75 MW, com início das obras previsto para dezembro de 2018 (“Complexo Solar

## Notas Explicativas

Água Vermelha” ou “AGV Solar”). Em junho de 2018, a AGV Solar obteve outorga na condição de Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica, com 75 MW de capacidade instalada e 19,8 MWh de garantia física de energia.

A capacidade de geração certificada da AGV Solar é de aproximadamente 28% da planta para os 20 primeiros anos de geração. A energia gerada acima da garantia física será comercializada no mercado de curto prazo.

O investimento total estimado para a construção da AGV Solar é de aproximadamente R\$280.000, com início do desembolso e construção previstos para o segundo semestre de 2018. A Companhia pretende se beneficiar da antecipação da entrada em operação comercial do Complexo AGV Solar em meados de 2019 e, utilizando nossa plataforma de comercialização, a energia produzida será alocada no mercado livre de fonte incentivada até a data da entrada em vigor do contrato outorgado, firmado para janeiro de 2021. A planta solar possui outorga de operação de 35 anos.

### Aquisição de ativos do Complexo Solar Guaimbê

Em 25 de setembro de 2017, foi assinado um acordo de investimento com a Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (“Cobra do Brasil”), subsidiária brasileira do grupo espanhol ACS Group.

O Complexo Solar Guaimbê é composto por 5 SPE's e 1 Holding, detém autorização outorgada pela ANEEL obtida após Leilão de Energia de Reserva realizado em outubro de 2014, com energia contratada por 20 anos, capacidade instalada de 150 MW e garantia física de 29,5 MWh. A construção do complexo teve início em setembro de 2017 e foi encerrada em agosto de 2018.

O processo de aquisição foi concluído em 04 de setembro de 2018, após as condições precedentes da operação terem sido atendidas ou renunciadas, nos termos do Memorando de Fechamento, data em que a titularidade das ações foi transferida e o controle das SPE's foi assumido, diretamente pela Guaimbê Holding e indiretamente pela Companhia.

O montante total inicialmente envolvido para a transação era de R\$650.000. Após os ajustes de *working capital*, o total investido para a aquisição foi de R\$628.380, composto por (i) R\$137.292 pagos em transferência bancária pela aquisição das ações representativas do capital social das SPE's, ii) R\$488.961 subscritos sob a forma de debêntures emitidas pelas SPE's e adquiridas pela Companhia e iii) custos de transação incorridos na aquisição, no montante de R\$2.127, capitalizadas em favor da controlada direta Guaimbê Holding.

Em julho de 2018, as SPE's concluíram as emissões das debêntures privadas e não conversíveis em ações, no montante de R\$470.000. Na data da aquisição do Complexo Solar Guaimbê, o valor atualizado das debêntures era de R\$488.961. Em setembro de 2018, após a aquisição, houve capitalização dessas debêntures, no montante de R\$491.749 (R\$470.000 de principal e R\$21.749 de encargos financeiros) pelas 5 SPE's em favor da Guaimbê Holding. Estas emissões possuíam garantia de primeira demanda com vencimento em 01 de outubro de 2018.

A transação identificada foi uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos individualmente aos seus valores justos na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente. Os resultados da Controladora e consolidado foram afetados a partir de 1º de setembro de 2018, visto que a aquisição foi concluída 04 de setembro de 2018, com efeitos retroativos a partir de 31 de agosto de 2018, conforme estipulado em documento denominado Memorando de Fechamento.

A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida como investimento nas informações contábeis individuais da controlada direta Guaimbê Holding, detalhada da seguinte forma: (i) R\$55.174 relacionado à participação no capital social das SPE's e avaliada pela equivalência patrimonial, (ii) R\$75.871 referente à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia

## Notas Explicativas

de Reserva (LER), (iii) R\$9.421 ao direito de autorização de geração (iv) (R\$1.047) relacionado à alocação do contas a receber de clientes, totalizando R\$139.419. Nas informações contábeis consolidadas, os itens (ii) e (iii) estão apresentados como intangível (vide notas explicativas nº 12).

### 1.1 Combinação de negócios pela aquisição de conjunto de parques eólicos

Em 18 de abril de 2017, a Companhia celebrou com a Renova Energia S.A. (“Renova”) um contrato de compra e venda da totalidade das ações da Nova Energia Holding S.A. (“Nova Energia”), detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A. (“Renova Eólica”), do Complexo Eólico Alto Sertão II, composto por 15 Sociedades de Propósito Específico.

A Companhia concluiu o processo de aquisição, em 03 de agosto de 2017, a totalidade das ações (100%) de emissão da Nova Energia S.A.

A aquisição do controle da Nova Energia foi realizada nas condições divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, cujos valores justos foram provisoriamente apurados para aquelas demonstrações contábeis, com base em análises conduzidas pela própria Administração, até que o laudo de avaliação econômico-financeiro fosse finalizado por avaliador independente. Em 03 de agosto de 2018, encerrou-se o período de mensuração da combinação de negócios. Alterações subsequentes no valor justo do os pagamentos de *earn-out* serão refletidos no resultado da Companhia.

	Valor Contábil	Ajuste	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	3.619	-	3.619
Contas a receber de clientes	30.865	-	30.865
Cauções e depósitos vinculados	53.892	-	53.892
Imobilizado	1.600.797	128.199 (i)	1.728.996
Intangível (licença)	-	19.073 (ii)	19.073
Outros ativos	12.763		12.763
<b>Valor justo dos ativos</b>	<b>1.701.936</b>	<b>147.272</b>	<b>1.849.208</b>
Fornecedores	55.234	-	55.234
Provisões para processos judiciais e outros	22.265	35.735 (iii)	58.000
Empréstimos e financiamentos	951.167	6.624 (iv)	957.791
Debêntures	172.788	-	172.788
Outros passivos	68.292		68.292
<b>Valor justo dos passivos</b>	<b>1.269.746</b>	<b>42.359</b>	<b>1.312.105</b>
<b>Valor justo dos ativos líquidos</b>	<b>432.190</b>	<b>104.913</b>	<b>537.103</b>
Saldo de caixa na aquisição da controlada			3.619
Contraprestação transferida			(537.103)
<b>Caixa líquido por aquisição da Nova Energia</b>			<b>(533.484)</b>

(i) Em dezembro de 2017 foi concluído o laudo de avaliação dos ativos líquidos do Complexo Eólico Alto Sertão II e a Companhia efetuou um ajuste a valor justo no montante de R\$136.767, relacionado à mais valia de máquinas e equipamentos. Essa mais valia dos ativos líquidos adquiridos deve-se à alta do dólar, preço do aço e inflação. Nas demonstrações contábeis individuais de 31 de dezembro de 2017, este montante está registrado na rubrica de investimentos. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está registrado como imobilizado. Adicionalmente, relacionado às arbitragens detalhadas no item (iii) abaixo, a adquirida possuía R\$8.568 registrado como adiantamento a fornecedores. Para fins de demonstrações consolidadas, a Companhia considerou esse montante como valor justo de processos judiciais em combinação de negócios.

(ii) O ativo intangível gerado na combinação de negócios no valor de R\$19.073 corresponde ao direito de exploração de autorização e será amortizado com base no prazo remanescente de autorização. Nas informações contábeis individuais, o direito de exploração de autorização está registrado na rubrica de investimentos. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como intangível (vide nota explicativa nº 12).

## Notas Explicativas

- (iii) Na data da aquisição foi identificado um passivo contingente com o valor justo de R\$48.691, posteriormente à mensuração inicial, a Companhia reavaliou o valor justo dessa contingência para o novo montante de R\$58.000. Esse passivo refere-se a dois procedimentos arbitrais movidos contra a Renova e as 15 SPE's relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II por fornecedores contratados na época da construção do parque eólico. Em 31 de julho de 2017, parte dos saldos em discussão nas arbitragens, no montante de R\$8.568, estavam registrados como adiantamento de fornecedores apresentados na rubrica de imobilizado no balanço de aquisição da adquirida.
- (iv) Na data de aquisição o saldo de empréstimos e financiamento foi ajustado pelos custos de emissão de empréstimos e financiamento capitalizados pela adquirida.

Durante o primeiro trimestre de 2018, a contraprestação transferida foi remensurada pela atualização do ajuste de capital de giro a receber e *curtailment*, nos montantes de R\$3.702 e R\$5.170, respectivamente. Conforme mencionado anteriormente, em 01 de agosto de 2018 a Companhia concluiu a mensuração da contraprestação transferida, que ficou composto da seguinte forma: (i) R\$456.000 pago em transferência bancária e (ii) R\$81.103 registrados na rubrica outras obrigações do passivo circulante e não circulante, composto por R\$20.000 relativo a indenizações gerais dos vendedores e litígios, R\$5.830 referente ao *curtailment*<sup>1</sup>, R\$58.975 correspondente à contraprestação contingente (*earn-out payment*) e ajuste de capital de giro a receber de R\$3.702, até 30 de setembro de 2018 e totalizando um montante de R\$537.103.

### 1.2 Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previu a obrigação da Companhia de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% no período de 8 anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previu que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no estado de São Paulo ou por meio da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

A obrigação foi objeto de judicialização por parte do Estado de São Paulo em 2011, visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação conforme previa o Edital, sem levar em consideração as profundas mudanças experimentadas pelo setor elétrico brasileiro desde então.

Em 01 de outubro de 2018, a Companhia assinou acordo com o Estado de São Paulo, por meio do qual ambos concordam em suspender por até 6 anos o processo judicial, sem a imposição de qualquer penalidade, para que seja cumprido a totalidade da obrigação de expansão de 398MW, o que poderá ser feito pela construção de novos projetos de geração ou, ainda, por meio de novos projetos de Geração Distribuída ou Geração Centralizada.

#### Novos projetos vinculados à obrigação de expansão

Adicionalmente à conclusão da aquisição do Complexo Solar Guaimbê e a aquisição do Complexo Solar Boa Hora, a Companhia foi vencedora do Leilão de Energia Nova com as três SPEs do projeto Água Vermelha II (AGV II), vide nota explicativa nº 1.

O complexo solar AGV II, contemplado com contratos de 20 anos no Leilão de Energia Nova de dezembro de 2017, já possui Licença de Instalação ambiental emitida pela CETESB, capacidade instalada de 75 MW e está localizado no município de Ouroeste no estado de São Paulo, a aproximadamente 3 km da usina hidrelétrica de Água Vermelha da Companhia. Neste local, será construído o Complexo Solar Boa Hora, também de 75 MW, cujas obras tiveram início em

---

<sup>1</sup> Energia não fornecida, integralmente ou parcialmente, por conta do atraso da entrada em operação comercial das instalações de transmissão/distribuição. Conforme previsto no módulo 17 das Regras de Comercialização da CCEE, o volume informado pela Aneel por meio do acrônimo ENF\_DTF é isento da aplicação das regras de penalidade e de ressarcimento nas contabilizações anuais e quadriênis para ativos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

## Notas Explicativas

2018, em sequência da aprovação da alteração de característica técnica emitida pela ANEEL em novembro de 2017. Ambos os projetos compartilham o mesmo terreno e a licença ambiental de instalação emitida pela CETESB em janeiro de 2018 para um total de 150 MW de capacidade instalada.

A Companhia continua com os estudos de viabilidade dos seus projetos termelétricos a gás natural, entre eles a Termo São Paulo, com capacidade instalada líquida de aproximadamente 500 MW.

Em março de 2016, a Companhia assinou um memorando de entendimento não vinculante com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE) de modo a estabelecer uma parceria para analisar a viabilidade de desenvolvimento de uma termoelétrica a gás natural em um dos terrenos disponíveis da EMAE no bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, onde a térmica Fernando Gasparian está localizada. Atualmente, estão sendo realizados estudos de viabilidade ambiental para definir qual seria a potência permitida para esse projeto e começar o processo de licenciamento ambiental. Adicionalmente, a Companhia continua em processo de negociação do acordo de parceria, que deverá ser finalizado até o final de 2019.

A Companhia também estuda uma iniciativa de viabilizar o fornecimento de gás para os projetos termoelétricos com a construção de um terminal de regaseificação na costa do estado de São Paulo, onde diversas localizações estão em análise. Junto ao terminal, está prevista também a construção de uma usina térmica de modo a criar sinergia e otimizar os custos da cadeia de suprimento de gás.

Adicionalmente, contribuíram para o cumprimento parcial da Obrigação de Expansão, a PCH São Joaquim (3 MW), finalizada em julho de 2011, e a PCH São José (4 MW), finalizada em março de 2012, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW médios.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 26 de outubro de 2018, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e à análise do Conselho Fiscal.

### 2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 também estão de acordo com o IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações com entidade de previdência privada e pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído ("*deemed cost*"), na data de transição em janeiro de 2009.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração de suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

## Notas Explicativas

### 2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

#### Continuidade operacional

Em 30 de setembro de 2018, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e de suas controladas, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia e suas controladas preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia e de suas controladas. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia e de suas controladas, podendo sofrer alterações.

#### Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia e de suas controladas são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

#### Sistema Empresas.Net

Nos quadros individuais e consolidados da “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.net” utilizados para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a sua apresentação.

### 2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

#### (a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

#### (b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços.

## Notas Explicativas

### 2.4 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			30.09.2018	31.12.2017
<b>Controladas diretas:</b>				
AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda. ("Tietê Inova")	Prestação de serviços	Barueri, SP	99%	99%
AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda. ("Tietê Integra")	Prestação de serviços	Bauru, SP	100%	100%
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia")	Holding	Barueri, SP	100%	100%
Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 1")	Geração solar	Barueri, SP	100%	100%
Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 2")	Geração solar	Barueri, SP	100%	100%
Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A. ("Boa Hora 3")	Geração solar	Barueri, SP	100%	100%
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. ("AGV IV")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar V Geradora de Energia S.A. ("AGV V")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. ("AGV VI")	Geração solar	Ouroeste, SP	100%	100%
Guaimbê Solar Holding S.A. (Guaimbê Holding)	Holding	São Paulo, SP	100%	-
<b>Controladas indiretas:</b>				
AES Tietê Eólica Participações S.A. ("Tietê Eólica")	Holding	Barueri, SP	100%	100%
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Igapora, BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Pindai, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité")	Geração eólica	Pindai, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Pindai, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Caetite, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Pindai, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Caetite, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Pindai, BA	100%	100%
Guaimbê I Parque Solar S.A. (Guaimbê I)	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	-
Guaimbê II Parque Solar S.A. (Guaimbê II)	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	-
Guaimbê III Parque Solar S.A. (Guaimbê III)	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	-
Guaimbê IV Parque Solar S.A. (Guaimbê IV)	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	-
Guaimbê V Parque Solar S.A. (Guaimbê V)	Geração solar	Guaimbê, SP	100%	-

### 3 POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

Com exceção da prática contábil detalhada a seguir, adotada a partir de 2018 em função das provisões para desmantelamento de ativos das controladas do Complexo Eólico Alto Sertão II, realizadas neste período, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.13 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## Notas Explicativas

### Provisão para desmantelamento de ativos

Referem-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo Eólico Alto Sertão II. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

Adicionalmente, os pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01 de janeiro de 2018 são:

#### CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15)

O CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes estabelece um novo modelo para reconhecimentos de receitas, composto por cinco passos, que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo o CPC 47 / IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de serviços a um cliente.

Este novo pronunciamento substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente o CPC 47/IFRS 15 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia divulgou os potenciais efeitos da aplicação do CPC 47/IFRS 15 na receita de venda de energia no Leilão de Energia de Reserva (LER 2010) e Leilão de Energia Nova (LEN 2011), com impacto esperado no patrimônio líquido e demonstração do resultado no montante de R\$2.952. No entanto, em 2018, a Companhia reavaliou os impactos da aplicação deste CPC e concluiu que não há impactos relevantes.

Conforme divulgado em 31 de dezembro de 2017, o reconhecimento das receitas dos parques do LER 2010 e LEN 2011 seriam contabilizados de acordo com o desempenho e previsão de geração dos parques em um horizonte de médio prazo, decorrente da expectativa de recebimento estimada, com base na quantidade de energia (MWh) e preço contratual. Entretanto, em função da reversão da receita ser altamente provável devido à suscetibilidade a fatores fora da influência da Companhia, como por exemplo, condições climáticas, a Companhia e suas controladas concluíram que há restrição na estimativa da contraprestação variável. Dessa forma, a adoção da referida norma não resultou em mudança no reconhecimento de receita dos parques eólicos a partir de 01 de janeiro de 2018.

#### CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 48 substituiu o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração. A nova norma estabelece novas categorias de classificação para ativos e passivos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, extinguindo as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

## Notas Explicativas

A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

		Consolidado					
		30.09.2018		31.12.2017			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria CPC 38/IAS 39	Categoria CPC 48/IAS 9
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>							
Notas							
Caixa e Equivalentes de caixa	4	54.831	54.831	134.593	134.593	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	4	1.218.962	1.218.962	1.069.928	1.069.928	Ativos financeiros disponíveis para venda	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5	417.600	417.600	326.070	326.070	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Derivativos - opções de moeda estrangeira	30.2	217	217	13.163	13.163	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Derivativos - ganhos não realizados em operações de hedge	30.2	-	-	945	945	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Cauções e depósitos vinculados	9	218.587	218.587	221.188	221.188	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>1.910.197</b>	<b>1.910.197</b>	<b>1.765.887</b>	<b>1.765.887</b>		
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>							
Fornecedores	13	1.151.639	1.151.639	843.105	843.105	Passivos financeiros pelo custo amortizado	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	4.144.385	4.159.872	3.589.621	3.596.962	Passivos financeiros pelo custo amortizado	Custo amortizado
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)	30.2	3.212	3.212	-	-	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Derivativos - perdas não realizados em operações de hedge	30.2	731	731	-	-	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		104.744	104.744	11.646	11.646	Passivos financeiros pelo custo amortizado	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>5.404.711</b>	<b>5.420.198</b>	<b>4.444.372</b>	<b>4.451.713</b>		

## 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
<b>Caixa e Equivalentes de caixa</b>				
Numerário disponível	5.535	526	54.831	90.825
Operação compromissada	-	43.768	-	43.768
<b>Subtotal</b>	<b>5.535</b>	<b>44.294</b>	<b>54.831</b>	<b>134.593</b>
<b>Investimentos de curto prazo</b>				
CDB-DI	796.971	396.599	850.128	398.982
Operação compromissada	220.653	376.934	220.653	376.934
Debêntures (i)	-	151.232	-	151.232
Fundo de investimentos				
Letra financeira	70.252	55.918	70.252	55.918
LTN over	-	77.883	-	77.883
NTN over	40.049	-	40.049	-
Letra financeira subordinada	19.709	-	19.709	-
Letra financeira do tesouro	7.422	7.520	7.422	7.520
CDB	10.749	1.459	10.749	1.459
<b>Subtotal</b>	<b>1.165.805</b>	<b>1.067.545</b>	<b>1.218.962</b>	<b>1.069.928</b>
<b>Total</b>	<b>1.171.340</b>	<b>1.111.839</b>	<b>1.273.793</b>	<b>1.204.521</b>

- (i) Refere-se às debêntures capitalizadas pelas 5 SPE's em favor da controlada direta Guaimbê Holding, após a aquisição do Complexo Solar Guaimbê. Vide nota explicativa nº 1.

O saldo de aplicações financeiras em 30 de setembro de 2018 está representado por operações de CDB, operações compromissadas e fundo de investimentos com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada no período findo em 30 de setembro de 2018 de 102,76% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (102,04% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

## Notas Explicativas

### 5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
<b>CIRCULANTE</b>				
Consumidores livres	144.742	142.257	146.285	143.800
Leilão - Outras empresas	2.999	2.884	2.999	2.884
Mercado de curto prazo <sup>(i)</sup>	193.150	112.896	222.309	141.546
LER 2010 - CCEE	-	-	10.892	10.243
LER 2014 - CCEE	-	-	13.714	-
LEN 2011	-	-	-	12.930
LEN 2011 - Distribuidoras	-	-	8.529	184
Serviços prestados	5	10	239	4.185
<b>Subtotal</b>	<b>340.896</b>	<b>258.047</b>	<b>404.967</b>	<b>315.772</b>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) <sup>(ii)</sup>	(442)	(2.777)	(442)	(2.777)
<b>Saldo líquido de PECLD</b>	<b>340.454</b>	<b>255.270</b>	<b>404.525</b>	<b>312.995</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Energia livre <sup>(iii)</sup>	13.075	13.075	13.075	13.075
<b>Subtotal</b>	<b>13.075</b>	<b>13.075</b>	<b>13.075</b>	<b>13.075</b>
<b>Total</b>	<b>353.529</b>	<b>268.345</b>	<b>417.600</b>	<b>326.070</b>
<b>Total</b>	<b>353.529</b>	<b>268.345</b>	<b>417.600</b>	<b>326.070</b>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

- (i) As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido à inadimplência do setor causada por liminares que impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo GSF. Com base em uma avaliação das garantias e histórico de recebimentos, a Companhia realizou uma análise deste contas a receber e concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.
- (ii) Em função das incertezas quanto ao recebimento, foram registradas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para valores vencidos relativos a um contrato de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR, no montante de R\$442. A Companhia vem constituindo PECLD no momento do faturamento deste cliente. Adicionalmente às perdas estimadas, a Companhia reconheceu baixa para perdas no recebimento do ambiente regulado CCEAR, no montante de R\$2.343, conforme nota explicativa nº 26.
- (iii) A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento.

Os recebimentos e pagamentos referentes à energia livre estão condicionados à decisão no final do mandado de segurança impetrado pela ABRADÉE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

## Notas Explicativas

A abertura de consumidores e revendedores por vencimento é a seguinte:

	Controladora					
	SalDOS vincendos	SalDOS vencidos		Subtotal	PECLD	SalDO líquido de PECLD
		até 90 dias	mais de 90 dias			
<b>CIRCULANTE</b>						
Consumidores livres	144.742	-	-	144.742	-	144.742
Leilão - Outras empresas	2.999	-	-	2.999	(442)	2.557
Mercado de curto prazo	58.312	134.838	-	193.150	-	193.150
Serviços prestados	5	-	-	5	-	5
<b>Total</b>	<b>206.058</b>	<b>134.838</b>	<b>-</b>	<b>340.896</b>	<b>(442)</b>	<b>340.454</b>

	Consolidado					
	SalDOS vincendos	SalDOS vencidos		Subtotal	PECLD	SalDO líquido de PECLD
		até 90 dias	mais de 90 dias			
<b>CIRCULANTE</b>						
Consumidores livres	146.285	-	-	146.285	-	146.285
Leilão - Outras empresas	2.999	-	-	2.999	(442)	2.557
Mercado de curto prazo	67.042	137.530	17.737	222.309	-	222.309
LER 2010 - CCEE	10.892	-	-	10.892	-	10.892
LER 2014 - CCEE	13.714	-	-	13.714	-	13.714
LEN 2011 - Distribuidoras	8.529	-	-	8.529	-	8.529
Serviços prestados	239	-	-	239	-	239
<b>Total</b>	<b>249.700</b>	<b>137.530</b>	<b>17.737</b>	<b>404.967</b>	<b>(442)</b>	<b>404.525</b>

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos de contas a receber vencidos estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
<b>Circulante</b>				
Até 90 dias	134.838	27.934	137.530	27.934
De 90 a 180 dias	-	10.675	17.737	10.675
De 180 a 360 dias	-	68.560	-	68.560
Acima de 360 dias	-	2.343	-	2.343
<b>Total</b>	<b>134.838</b>	<b>109.512</b>	<b>155.267</b>	<b>109.512</b>

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente. A Companhia e suas controladas não requerem garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionados à energia livre. Para outros detalhes sobre as garantias ver nota explicativa 30.3 (b.1).

Após o vencimento, há a incidência de multa de 2% sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidirão juros de 1% ao mês.

## Notas Explicativas

## 6 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
<b>CIRCULANTE</b>				
Imposto de renda	33.867	4.207	37.088	5.141
Contribuição social	24.635	2.656	25.521	2.658
Imposto de renda retido na fonte	20.102	23.215	22.443	24.425
PIS	-	-	212	-
COFINS	-	-	939	-
Outros	2	-	1.091	479
<b>Subtotal</b>	<b>78.606</b>	<b>30.078</b>	<b>87.294</b>	<b>32.703</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
ICMS	244	467	246	474
<b>Subtotal</b>	<b>244</b>	<b>467</b>	<b>246</b>	<b>474</b>
<b>Total</b>	<b>78.850</b>	<b>30.545</b>	<b>87.540</b>	<b>33.177</b>

## 7 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

## 7.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Controladora				Consolidado			
	Balança Patrimonial		Resultado		Balança Patrimonial		Resultado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	30.09.2017	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	30.09.2017
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:								
<b>Tributos ativos:</b>								
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.351	2.920	(569)	(1.051)	2.444	2.949	(553)	(954)
Provisão para processos fiscais	4.135	2.595	1.540	1.007	4.135	2.595	1.540	1.007
Provisão para processos trabalhistas	1.825	1.639	186	263	1.825	1.639	186	263
Provisão de benefício a empregados	2.263	-	2.263	-	2.263	-	2.263	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	150	944	(794)	937	150	944	(794)	937
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	2.028	2.028	-	-	2.028	2.028	-	-
Provisão para processos civis	13.309	12.358	951	(165)	13.309	12.358	951	(165)
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	10.507	9.174	1.333	(2.083)	10.507	9.251	1.304	(2.081)
Provisões de meio ambiente	722	697	25	(3.331)	722	697	25	(3.331)
Ressarcimento de energia	-	-	-	-	832	1.501	(670)	26
Prejuízo fiscal e base negativa	-	1.636	(1.636)	(40.159)	843	1.636	(1.230)	(39.752)
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	248	-	-	-	248	-	-	-
Instrumentos financeiros financeiros derivativos	-	-	-	187	-	-	-	187
Variação cambial não realizada	-	-	-	-	1.339	-	(721)	-
Outras	3.761	5.508	(1.747)	205	5.983	5.508	(1.509)	205
<b>Tributos passivos:</b>								
Ativo imobilizado - custo atribuído	(390.622)	(413.018)	22.396	22.055	(390.622)	(413.018)	22.396	22.055
Ativo intangível - uso do bem público	(10.293)	(10.976)	683	683	(10.293)	(10.976)	683	683
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	-	(321)	-	-	-	(321)	-	-
Instrumentos financeiros financeiros derivativos	(3.925)	(644)	(3.281)	-	(3.925)	(644)	(3.281)	-
Atualização de depósito judicial	(136)	(41)	(95)	-	(136)	(41)	(95)	-
Atualização cauções e depósitos vinculados	(1.546)	(947)	(599)	-	(1.546)	(947)	(599)	-
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	(398)	(398)	-	-	(398)	(398)	-	-
Ressarcimento de energia	-	-	-	-	(78)	(44)	(32)	-
Ativo imobilizado - taxa de depreciação	(23.214)	(22.536)	(678)	1.637	(23.214)	(22.536)	(678)	1.637
<b>Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido</b>	<b>(388.835)</b>	<b>(409.382)</b>	<b>19.978</b>	<b>(19.815)</b>	<b>(383.584)</b>	<b>(407.819)</b>	<b>19.186</b>	<b>(19.283)</b>
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio - nota nº 8	-	-	(13.010)	(14.057)	-	-	(13.010)	(14.057)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	-	-	<b>6.968</b>	<b>(33.872)</b>	-	-	<b>6.176</b>	<b>(33.340)</b>
Tributos diferidos ativos	41.299	39.499	-	-	46.628	41.106	-	-
Tributos diferidos passivos	(430.134)	(448.881)	-	-	(430.212)	(448.925)	-	-
<b>Passivo fiscal diferido, líquido</b>	<b>(388.835)</b>	<b>(409.382)</b>	-	-	<b>(383.584)</b>	<b>(407.819)</b>	-	-

A movimentação dos saldos consolidados de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(409.382)	(407.819)
Impacto no resultado	19.978	19.186
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	569	569
Saldos provenientes da aquisição do Complexo Solar Guaimbé	-	4.480
<b>Saldo em 30 de setembro de 2018</b>	<b>(388.835)</b>	<b>(383.584)</b>

A Companhia estima que os saldos em 30 de setembro de 2018, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão, que se encerra em 2029.

**Notas Explicativas**

Os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição a seguir:

<b>Companhias</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Ativo (Passivo) líquido</b>
Controladora	41.299	(430.134)	(388.835)
AES Tietê Integra	93	-	93
Ametista	137	-	137
Araças	92	-	92
Borgo	50	-	50
Caetite	-	(3)	(3)
Da prata	14	-	14
Dourados	137	-	137
Espigão	24	-	24
Maron	79	-	79
Morrão	38	-	38
Pelourinho	53	-	53
Pilões	117	-	117
Seraíma	45	-	45
Serra do espinhaço	46	-	46
Tanque	-	(23)	(23)
Ventos do nordeste	-	(52)	(52)
Guaimbê I	1.046	-	1.046
Guaimbê II	666	-	666
Guaimbê III	1.116	-	1.116
Guaimbê IV	865	-	865
Guaimbê V	711	-	711
<b>Consolidado</b>	<b>46.628</b>	<b>(430.212)</b>	<b>(383.584)</b>

**Apresentação no balanço patrimonial consolidado**

Ativo líquido	5.329
Passivo líquido	(388.913)
<b>Total</b>	<b>(383.584)</b>

## Notas Explicativas

### 7.2 A composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	01.07.2018 a 30.09.2018		01.07.2017 a 30.09.2017		01.07.2018 a 30.09.2018		01.07.2017 a 30.09.2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>								
<b>Na rubrica de tributos:</b>								
Corrente	(10.671)	(3.955)	(8.648)	(3.453)	(12.268)	(5.037)	(10.396)	(4.429)
Diferidos	2.221	725	(1.635)	(346)	2.274	335	(1.487)	(290)
<b>Total</b>	<b>(8.450)</b>	<b>(3.230)</b>	<b>(10.283)</b>	<b>(3.799)</b>	<b>(9.994)</b>	<b>(4.702)</b>	<b>(11.883)</b>	<b>(4.719)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos:</b>								
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>47.048</b>	<b>47.048</b>	<b>52.026</b>	<b>52.026</b>	<b>50.064</b>	<b>50.064</b>	<b>54.546</b>	<b>54.546</b>
<b>Adições (exclusões):</b>								
Doações	363	363	519	519	363	363	519	519
Resultado de equivalência patrimonial (nota 10)	(17.022)	(17.022)	(10.105)	(10.105)	-	-	-	-
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	(1.356)	(1.356)	10	10	(1.356)	(1.356)	10	10
Ajuste lucro presumido	-	-	-	-	(31.425)	(31.329)	(25.985)	(22.873)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	-	-	-	-	33.692	34.951	20.496	20.467
Amortização da mais valia em combinação de negócios	1.624	1.624	-	-	1.624	1.624	-	-
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	984	984	-	-	984	984	-	-
Outras	3.105	4.246	386	386	(9.525)	(4.048)	382	382
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>(12.302)</b>	<b>(11.161)</b>	<b>(9.190)</b>	<b>(9.190)</b>	<b>(5.643)</b>	<b>1.189</b>	<b>(4.578)</b>	<b>(1.495)</b>
<b>Resultado ajustado</b>	<b>34.746</b>	<b>35.887</b>	<b>42.836</b>	<b>42.836</b>	<b>44.421</b>	<b>51.253</b>	<b>49.968</b>	<b>53.051</b>
Aliquota	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
<b>Tributos</b>	<b>(8.687)</b>	<b>(3.230)</b>	<b>(10.709)</b>	<b>(3.855)</b>	<b>(11.105)</b>	<b>(4.613)</b>	<b>(12.492)</b>	<b>(4.775)</b>
Incentivos fiscais	231	-	267	-	231	-	267	-
Ajuste de anos anteriores (P&D)	-	-	153	56	-	-	153	56
Outros	6	-	6	-	880	(89)	189	-
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(8.450)</b>	<b>(3.230)</b>	<b>(10.283)</b>	<b>(3.799)</b>	<b>(9.994)</b>	<b>(4.702)</b>	<b>(11.883)</b>	<b>(4.719)</b>
<b>Aliquota efetiva</b>	<b>18,0%</b>	<b>6,9%</b>	<b>19,8%</b>	<b>7,3%</b>	<b>20,0%</b>	<b>9,4%</b>	<b>21,8%</b>	<b>8,7%</b>

	Controladora				Consolidado			
	01.01.2018 a 30.09.2018		01.01.2017 a 30.09.2017		01.01.2018 a 30.09.2018		01.01.2017 a 30.09.2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>								
<b>Na rubrica de tributos:</b>								
Corrente	(71.346)	(26.597)	(69.014)	(25.353)	(76.482)	(29.287)	(70.762)	(26.329)
Diferidos	4.629	2.339	(25.112)	(8.760)	4.275	1.901	(24.723)	(8.617)
<b>Total</b>	<b>(66.717)</b>	<b>(24.258)</b>	<b>(94.126)</b>	<b>(34.113)</b>	<b>(72.207)</b>	<b>(27.386)</b>	<b>(95.485)</b>	<b>(34.946)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos:</b>								
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>274.060</b>	<b>274.060</b>	<b>383.161</b>	<b>383.161</b>	<b>282.678</b>	<b>282.678</b>	<b>385.353</b>	<b>385.353</b>
<b>Adições (exclusões):</b>								
Doações	621	621	1.269	1.269	621	621	1.269	1.269
Resultado de equivalência patrimonial (nota 10)	(16.733)	(16.733)	(9.467)	(9.467)	-	-	-	-
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	4.497	4.497	-	-	4.497	4.497
Ajuste lucro presumido	-	-	-	-	(75.292)	(76.325)	(25.985)	(22.873)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	-	-	-	-	94.434	95.689	20.496	20.467
Amortização da mais valia em combinação de negócios	4.565	4.565	-	-	4.565	4.565	-	-
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	3.045	3.045	-	-	3.045	3.045	-	-
Outras	3.976	3.980	1.707	1.707	(7.858)	(6.970)	1.707	1.707
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>(4.526)</b>	<b>(4.522)</b>	<b>(1.994)</b>	<b>(1.994)</b>	<b>19.515</b>	<b>20.625</b>	<b>1.984</b>	<b>5.067</b>
<b>Resultado ajustado</b>	<b>269.534</b>	<b>269.538</b>	<b>381.167</b>	<b>381.167</b>	<b>302.193</b>	<b>303.303</b>	<b>387.337</b>	<b>390.420</b>
Aliquota	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
<b>Tributos</b>	<b>(67.384)</b>	<b>(24.258)</b>	<b>(95.292)</b>	<b>(34.305)</b>	<b>(75.548)</b>	<b>(27.297)</b>	<b>(96.834)</b>	<b>(35.138)</b>
Incentivos fiscais	649	-	615	-	649	-	615	-
Ajuste de anos anteriores (P&D)	-	-	533	192	-	-	533	192
Outros	18	-	18	-	2.692	(89)	201	-
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(66.717)</b>	<b>(24.258)</b>	<b>(94.126)</b>	<b>(34.113)</b>	<b>(72.207)</b>	<b>(27.386)</b>	<b>(95.485)</b>	<b>(34.946)</b>
<b>Aliquota efetiva</b>	<b>24,3%</b>	<b>8,9%</b>	<b>24,6%</b>	<b>8,9%</b>	<b>25,5%</b>	<b>9,7%</b>	<b>24,8%</b>	<b>9,1%</b>

## 8 TRIBUTOS A RECUPERAR

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos estavam assim representados:

## Notas Explicativas

	Consolidado			
	30.09.2018			31.12.2017
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>AES Brazilian Energy Holdings Ltda</b>				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(92.278)	60.904	(31.374)	(23.518)
<b>Subtotal</b>	<b>227.286</b>	<b>(150.008)</b>	<b>77.278</b>	<b>85.134</b>
<b>AES Gás Ltda.</b>				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(671.771)	449.735	(222.036)	(217.489)
<b>Subtotal</b>	<b>136.533</b>	<b>(91.829)</b>	<b>44.704</b>	<b>49.251</b>
<b>AES Tietê Participações S.A.</b>				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(64.977)	42.884	(22.093)	(21.486)
<b>Subtotal</b>	<b>17.443</b>	<b>(11.513)</b>	<b>5.930</b>	<b>6.537</b>
<b>Total</b>	<b>381.262</b>	<b>(253.350)</b>	<b>127.912</b>	<b>140.922</b>

A movimentação dos tributos a recuperar é como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>140.922</b>
Amortização	(38.778)
Reversão	25.768
<b>Saldo em 30 de setembro de 2018</b>	<b>127.912</b>

A amortização do ágio traz impacto nulo no resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

O montante de benefício fiscal já utilizado pela Companhia e, portanto, disponível para capitalização é de R\$40.075 em 30 de setembro de 2018. A Companhia atualiza o montante do benefício fiscal disponível para capitalização ao término de cada exercício social, quando da apuração final do imposto de renda e contribuição social a pagar, levando em consideração a redução efetiva dos tributos pagos.

## 9 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
<b>CIRCULANTE</b>				
Garantias de compromissos contratuais	702	678	702	678
Garantias de financiamento <sup>(i)</sup>	-	-	28.766	6.878
<b>Subtotal</b>	<b>702</b>	<b>678</b>	<b>29.468</b>	<b>7.556</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Garantias de financiamento <sup>(i)</sup>	-	-	89.143	75.629
Cauções e depósitos vinculados (nota 19.1)	12.544	7.218	12.544	7.218
Garantias de compromissos contratuais <sup>(ii)</sup>	87.432	130.785	87.432	130.785
<b>Subtotal</b>	<b>99.976</b>	<b>138.003</b>	<b>189.119</b>	<b>213.632</b>
<b>Total</b>	<b>100.678</b>	<b>138.681</b>	<b>218.587</b>	<b>221.188</b>

(i) Com a finalidade de garantir os pagamentos das obrigações dos contratos de financiamentos e escritura de debêntures celebrados entre o Complexo Eólico Alto Sertão II e BNDES, Banco

## Notas Explicativas

do Brasil e agente fiduciário, foi firmado “Contrato de direitos creditórios, administração de contas e outras avenças”, obrigando o Complexo Eólico Alto Sertão II a manter em conta vinculada as seguintes contas reservas, durante todo o prazo de vigência do contrato de financiamento: (a) Reservas de O&M, que deverá ser mantida com finalidade de garantir os pagamentos das obrigações dos contratos de operação e manutenção; (b) Reservas especiais individuais de titularidade de cada um dos parques, destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos das contas centralizadoras mantidas com o banco e não movimentável; (c) Reserva Banco do Brasil, Reserva BNDES e Reserva debêntures, destinando-se ao pagamento das prestações de amortização de principal e dos acessórios.

As contas vinculadas mencionadas acima nos itens (a) e (c) devem possuir saldo como garantia às obrigações. Em relação ao item (c), a Reserva Banco do Brasil e a Reserva BNDES devem possuir saldo equivalente a três meses do serviço da dívida, enquanto que a Reserva debêntures deve possuir saldo equivalente a uma parcela de serviço da dívida, paga semestralmente. Em 30 de setembro de 2018, esses compromissos financeiros estão sendo cumpridos. Os saldos referem-se basicamente a aplicações financeiras de fundo de investimentos, com rentabilidade média de 96,66% do CDI, cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.

- (ii) Em 03 de agosto de 2017, houve a conclusão da aquisição do controle da Nova Energia. A assinatura entre as partes do Memorando de Fechamento da referida aquisição teve como condição precedente o depósito de garantias para litígios, *earn-out* e indenização geral dos vendedores. Em agosto de 2018, houve decisão desfavorável em relação à arbitragem B, e após acordo entre as partes, foi efetuado resgate de garantias contratuais previstas no SPA, no montante de R\$48.433. Ainda, ficou acordado que os valores depositados nas contas garantia referentes ao *Earn-out*, garantias de litígios e indenização geral serão comunicáveis entre si e garantirão o pagamento de quaisquer obrigações de indenizações dos vendedores.

Os saldos referem-se, basicamente, a aplicações financeiras em fundo de investimentos, com rentabilidade média de 98,74% do CDI, cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos vendedores.

## 10 INVESTIMENTOS

	Controladora	
	30.09.2018	31.12.2017
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	1.443.861	560.446
Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios e de aquisição de ativos (i)	32.877	42.661
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos (ii)	57.155	59.289
Ajustes a valor justo do investimento adquirido	99.702	82.826
<b>Total</b>	<b>1.633.595</b>	<b>745.222</b>

- (i) Refere-se ao direito do direito de autorização de geração dos Complexos Boa Hora e Alto Sertão II, amortizados no prazo remanescente de autorização. Vide notas explicativas nº 1 e 12.
- (ii) Refere-se ao direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) do Complexo Solar Boa Hora, amortizado com base no prazo dos contratos de leilão de energia. Vide notas explicativas nº 1 e 12.

## Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 é como segue:

Controladas	Saldo inicial 31.12.2017	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Saldo final 30.09.2018
Nova Energia	490.306	7.943	46.025	544.274
Guaimbê Holding <sup>(i)</sup>	-	3.405	631.168	634.573
Tietê Integra	5.290	397	-	5.687
Tietê Inova	-	328	32.832	33.160
Boa Hora 1	19.367	2.689	45.384	67.440
Boa Hora 2	19.367	3.048	47.816	70.231
Boa Hora 3	26.116	1.788	33.279	61.183
AGV Solar IV	-	(486)	10.036	9.550
AGV Solar V	-	(1.125)	10.071	8.946
AGV Solar VI	-	(1.254)	10.071	8.817
	<b>560.446</b>	<b>16.733</b>	<b>866.682</b>	<b>1.443.861</b>

(i) O aumento de capital na controlada Guaimbê Holding pode ser resumido da seguinte forma: R\$491.749 referente à capitalização das debêntures, sendo R\$470.000 de principal e R\$21.749 de encargos financeiros), R\$137.292 relacionado ao pagamento pela aquisição das ações representativas do capital social das SPE's do Complexo Solar Guaimbê e R\$2.127 referente aos custos de transação incorridos na aquisição deste Complexo.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de quotas do capital social	Quantidade de ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Valor do patrimônio líquido ajustado <sup>(i)</sup>	Lucro (prejuízo) líquido do período	Lucro (prejuízo) líquido do período ajustado <sup>(i)</sup>
Nova Energia	-	596.756.905	100%	692.435	544.274	544.274	7.943	7.943
Guaimbê Solar Holding	-	631.168.801	100%	631.168	634.573	634.573	3.405	3.405
Tietê Integra	5.000.100	-	100%	5.000	5.687	5.687	397	397
Tietê Inova	23.360.075	-	99%	32.831	33.076	33.159	245	328
Boa Hora 1	-	5.270.489.001	100%	65.769	66.042	67.448	1.283	2.689
Boa Hora 2	-	4.481.683.161	100%	68.201	68.928	70.296	1.680	3.048
Boa Hora 3	-	4.481.683.161	100%	60.414	59.764	61.190	362	1.788
AGV Solar IV	-	99.000.500	100%	10.036	9.548	9.550	(488)	(486)
AGV Solar V	-	99.000.500	100%	10.071	8.944	8.946	(1.127)	(1.125)
AGV Solar VI	-	76.600.500	100%	10.071	8.815	8.817	(1.256)	(1.254)

### (i) Juros capitalizados

Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos parques solares, a Companhia captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Companhia, nas informações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas "Investimentos" em contrapartida ao "Resultado de equivalência patrimonial". Já nas informações contábeis consolidadas, está apresentado como "Imobilizado, líquido" em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica "Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso".

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, foram capitalizados custos de empréstimos nas controladas do Complexo Solar Boa Hora, Complexo Solar Água Vermelha e Tietê Inova, nos montantes de R\$4.200, R\$6 e R\$83, respectivamente. Para melhor apresentação dessas informações, os juros capitalizados foram ajustados na tabela acima em "Valor do patrimônio líquido ajustado" e "Lucro (prejuízo) líquido do período ajustado".

## Notas Explicativas

### 11 IMOBILIZADO

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Controladora			
	30.09.2018			31.12.2017
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	411.401	-	411.401	411.781
Reservatórios, barragens e adutoras	2.915.770	(1.911.905)	1.003.865	1.059.397
Edificações, obras civis e benfeitorias	668.694	(477.181)	191.513	202.249
Máquinas e equipamentos	2.119.693	(812.669)	1.307.024	1.264.352
Veículos	10.373	(7.335)	3.038	2.073
Móveis e utensílios e outros	6.581	(3.872)	2.709	2.858
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>6.132.512</b>	<b>(3.212.962)</b>	<b>2.919.550</b>	<b>2.942.710</b>
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	-	2.099	2.099
Imobilizado em curso <sup>(i)</sup>	18.427	-	18.427	87.274
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>6.153.038</b>	<b>(3.212.962)</b>	<b>2.940.076</b>	<b>3.032.083</b>
Obrigações especiais	-	-	-	(4.781)
Equipamentos de informática (Arrendamento financeiro)	1.994	(1.172)	822	749
<b>Total Imobilizado</b>	<b>6.155.032</b>	<b>(3.214.134)</b>	<b>2.940.898</b>	<b>3.028.051</b>

	Consolidado			
	30.09.2018			31.12.2017
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	413.904	-	413.904	414.284
Reservatórios, barragens e adutoras	2.915.770	(1.911.905)	1.003.865	1.059.397
Edificações, obras civis e benfeitorias	743.680	(479.685)	263.995	249.901
Máquinas e equipamentos	4.341.489	(912.870)	3.428.619	2.882.962
Veículos	10.373	(7.335)	3.038	2.073
Móveis e utensílios e outros	6.599	(3.873)	2.726	2.876
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>8.431.815</b>	<b>(3.315.668)</b>	<b>5.116.147</b>	<b>4.611.493</b>
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	-	2.099	2.099
Imobilizado em curso <sup>(i)</sup>	273.797	-	273.797	112.582
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>8.707.711</b>	<b>(3.315.668)</b>	<b>5.392.043</b>	<b>4.726.174</b>
Obrigações especiais	-	-	-	(4.781)
Equipamentos de informática (Arrendamento financeiro)	1.994	(1.172)	822	749
<b>Total Imobilizado</b>	<b>8.709.705</b>	<b>(3.316.840)</b>	<b>5.392.865</b>	<b>4.722.142</b>

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela construção dos Complexos Solares e gastos com a modernização em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.
- (ii) Entre os elementos que compõem o custo de cada item do imobilizado dos ativos eólicos, estão incluídos os custos de desmontagem, remoção e restauração do local no qual este estão localizados, no montante de R\$12.530. Vide notas explicativas nº 3 e 21.

#### (b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018:

	Controladora						
	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Adições	Baixas	Transferências	Juros capitalizados	Outras mutações (ii)	Saldo em 30 de setembro de 2018
Terrenos (i)	411.781	-	-	(380)	-	-	411.401
Reservatórios, barragens e adutoras	2.906.481	-	(1.143)	10.432	-	-	2.915.770
Edificações, obras civis e benfeitorias	669.088	-	(71)	(323)	-	-	668.694
Máquinas e equipamentos	2.025.232	-	(679)	95.140	-	-	2.119.693
Veículos	8.502	1.871	-	-	-	-	10.373
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	8.085	-	-	490	-	-	8.575
Em curso	87.274	35.178	-	(105.359)	1.334	-	18.427
Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	(2.682)	-	-	-	-	4.781	2.099
Subtotal	<b>6.113.761</b>	<b>37.049</b>	<b>(1.893)</b>	<b>-</b>	<b>1.334</b>	<b>4.781</b>	<b>6.155.032</b>
Depreciação	(3.085.710)	(129.071)	647	-	-	-	(3.214.134)
<b>Total líquido</b>	<b>3.028.051</b>	<b>(92.022)</b>	<b>(1.246)</b>	<b>-</b>	<b>1.334</b>	<b>4.781</b>	<b>2.940.898</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado								
	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Adições	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transferências	Efeito da aquisição de ativos Complexo Solar Guaimbé (nota 1)	Juros capitalizados	Outras mutações (ii)	Saldo em 30 de setembro de 2018
Terrenos (i)	414.284	-	-	-	(380)	-	-	-	413.904
Reservatórios, barragens e adutoras	2.906.481	-	-	(1.143)	10.432	-	-	-	2.915.770
Edificações, obras civis e benfeitorias	717.608	-	2.098	(71)	(323)	24.368	-	-	743.680
Máquinas e equipamentos	3.678.930	-	10.432	(678)	110.171	542.634	-	-	4.341.489
Veículos	8.502	1.871	-	-	-	-	-	-	10.373
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	8.103	-	-	-	490	-	-	-	8.593
Em curso	112.582	287.054	-	(3.410)	(120.390)	13	5.544	(7.596)	273.797
Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	(2.682)	-	-	-	-	-	-	4.781	2.099
Subtotal	<b>7.843.808</b>	<b>288.925</b>	<b>12.530</b>	<b>(5.202)</b>	<b>-</b>	<b>567.015</b>	<b>5.544</b>	<b>(2.815)</b>	<b>8.709.705</b>
Depreciação	(3.121.666)	(195.873)	-	699	-	-	-	-	(3.316.840)
Total líquido	<b>4.722.142</b>	<b>93.052</b>	<b>12.530</b>	<b>(4.603)</b>	<b>-</b>	<b>567.015</b>	<b>5.544</b>	<b>(2.815)</b>	<b>5.392.865</b>

(i) Saldo líquido da provisão para redução ao provável valor de realização do ativo, no valor de R\$5.963.

(ii) R\$4.781 refere-se a obrigações especiais, transferidas para o passivo circulante e não circulante na rubrica "Outras obrigações", em função da publicação do Decreto 9022/2017. Este saldo está sendo amortizado de forma linear e será concluído até 31 de dezembro de 2026. Vide nota explicativa nº 21.

### (c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga e bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Em 30 de setembro de 2018 os ativos da Companhia e suas controladas que possuem essas características, são:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Concessão	2.891.749	2.982.746	2.891.749	2.982.746
Autorizações	46.228	47.238	2.498.195	1.741.329
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	2.099	2.099	2.099
<b>Total</b>	<b>2.940.076</b>	<b>3.032.083</b>	<b>5.392.043</b>	<b>4.726.174</b>

Para maiores detalhes sobre o contrato de concessão e das autorizações da Companhia, vide nota explicativa nº 12 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## 12 INTANGÍVEL

A composição da conta intangível é a seguinte:

	Controladora				
	30.09.2018			31.12.2017	
Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Uso do bem público (UBP)	3,7%	73.174	(42.900)	30.274	32.283
Software e outros intangíveis	20,0%	42.314	(33.291)	9.023	9.993
		<b>115.488</b>	<b>(76.191)</b>	<b>39.297</b>	<b>42.276</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado				
	30.09.2018			31.12.2017	
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Uso do bem público (UBP)	3,7%	73.174	(42.900)	30.274	32.283
Intangível gerado na combinação de negócios (i)	3,5%	19.073	(750)	18.323	27.773
Direitos contratuais Boa Hora(ii)	5,0%	60.000	(2.846)	57.154	59.289
Direito de exploração de autorização Boa Hora (ii)	3,0%	15.000	(446)	14.554	14.888
Direitos contratuais Guaimbês (iii)	5,0%	75.871	(42)	75.829	-
Direito de exploração de autorização Guaimbês (iii)	3,0%	9.421	(10)	9.411	-
Software e outros intangíveis	20,0%	43.246	(33.291)	9.955	9.993
		<b>295.785</b>	<b>(80.285)</b>	<b>215.500</b>	<b>144.226</b>

- (i) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.
- (ii) Referem-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Complexo Solar Boa Hora, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização.
- (iii) Referem-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Complexo Solar Guaimbê, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização.

Os valores dos itens (ii) e (iii) foram definidos com base em modelos de “valuation” considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.

O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

A movimentação do intangível no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 é como segue:

	Controladora			
	Uso do Bem Público	Outros ativos intangíveis		Total
		Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	32.283	927	9.066	42.276
Adições	-	4.238	-	4.238
Baixas	-	-	(94)	(94)
Amortizações	(2.009)	-	(4.188)	(6.197)
Transferências	-	(659)	659	-
Aumento de capital <sup>(i)</sup>	-	-	(926)	(926)
Saldo em 30 de setembro de 2018	30.274	4.506	4.517	39.297

	Consolidado						
	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Outros ativos intangíveis		Total
					Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	32.283	59.289	14.888	27.773	927	9.066	144.226
Adições	-	75.871	9.421	-	5.170	-	90.462
Baixas	-	-	-	-	-	(94)	(94)
Amortizações	(2.009)	(2.177)	(344)	(577)	-	(4.188)	(9.295)
Transferências	-	-	-	-	(659)	659	-
Aumento de capital <sup>(i)</sup>	-	-	-	-	-	(926)	(926)
Outras mutações <sup>(ii)</sup>	-	-	-	(8.873)	-	-	(8.873)
Saldo em 30 de setembro de 2018	30.274	132.983	23.965	18.323	5.438	4.517	215.500

- (i) Refere-se a despesas incrementais de aquisição do Complexo Solar Boa Hora, capitalizadas na Companhia como ativo intangível e, posteriormente, capitalizado nas controladas Boa Hora 1, Boa Hora 2 e Boa Hora 3, durante a fase de construção do Parque Solar.

## Notas Explicativas

- (ii) Refere-se à alteração do intangível gerado na combinação de negócios, no montante de R\$8.873, detalhado na nota explicativa nº 1.1 - Combinação de negócios pela aquisição de conjunto de parques eólicos.

### 13 FORNECEDORES

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
<b>CIRCULANTE</b>				
Rebaixamento hidrelétrico - GSF <sup>(i)</sup>	934.250	711.048	934.250	711.048
Energia elétrica comprada para revenda	81.121	25.245	82.708	28.634
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas - (nota 28.1)	9.639	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	9.507	9.133	10.886	10.577
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg	3.388	2.315	3.388	2.315
<b>Subtotal</b>	<b>1.037.905</b>	<b>747.741</b>	<b>1.031.232</b>	<b>752.574</b>
Materiais e Serviços	23.206	53.545	120.407	90.430
Materiais e Serviços - partes relacionadas - (nota 28.1)	-	121	-	101
<b>Total</b>	<b>1.061.111</b>	<b>801.407</b>	<b>1.151.639</b>	<b>843.105</b>

- (i) Este saldo é composto por valores efetivamente divulgados nas liquidações fornecidas pela CCEE, e têm sido quitados tendo em vista os efeitos da liminar obtida na discussão do denominado Rebaixamento Energético (GSF). O valor total informado pela CCEE (principal) é de R\$833.265 (R\$676.462 em 31 de dezembro de 2017). Contudo, como a discussão encontra-se em andamento, a Companhia não reconheceu este ganho em seu resultado, sendo o valor em discussão registrado como obrigação na rubrica Fornecedores quando do seu recebimento através de liquidações da CCEE.

Adicionalmente, a partir da decisão judicial de 07 de fevereiro de 2018, detalhada nas notas explicativas nº 19.3 e 30.3 (c.2), a Companhia passou a liquidar os valores do GSF no mercado de curto prazo. Dessa forma, o saldo do principal de GSF permaneceu estático e atualizado apenas pela variação do IGP-M, de fevereiro a maio de 2018, quando o Tribunal acatou a liminar da APINE e as liquidações fornecidas pela CCEE voltaram a compor o saldo deste passivo. Posteriormente, em 23 de outubro de 2018, o Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão desfavorável e a liminar perdeu parcialmente seus efeitos, sendo mantido o período compreendido de julho de 2015 a fevereiro de 2018. Dessa forma, a Companhia voltará a ter seus valores liquidados no mercado de curto prazo a partir da data da decisão com efeitos retroativos desde fevereiro de 2018. Até 30 de setembro de 2018, foi reconhecido no resultado financeiro de 2018 uma despesa com atualização monetária no montante de R\$66.399 (vide nota explicativa nº 27). O montante estimado total atualizado até 30 de setembro de 2018 corresponde a R\$934.250 (R\$711.048 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia e suas controladas possuem contratadas 30 cartas de fiança no valor de R\$184.788 e 12 seguros garantia no valor de R\$45.593, totalizando uma importância segurada de R\$230.381, com custo de 0,24% a 4,50% a.a. Os valores referentes às garantias estão registrados como despesas pagas antecipadamente. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

## Notas Explicativas

### 14 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

#### 14.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
<b>Federais</b>				
Imposto de renda	71.346	30.261	75.247	33.050
Contribuição social	26.596	-	28.489	1.600
<b>Total</b>	<b>97.942</b>	<b>30.261</b>	<b>103.736</b>	<b>34.650</b>

A Companhia e suas controladas Tietê Integra, Nova Energia, Boa Hora, Inova e Tietê Eólica e Guaimbês são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetuou os recolhimentos das antecipações mensais com base na estimativa. As controladas Tietê Integra, Tietê Eólica e Nova Energia utilizando-se da apuração com base no balancete de redução apuraram prejuízo fiscal e não foi necessário efetuar antecipações.

A apuração do imposto de renda e da contribuição social das SPE's dos Complexos AGV e Alto Sertão II é feita com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. A Companhia espera continuar com a adoção deste regime para apuração do imposto de renda e da contribuição social de suas SPE's.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas efetuaram os seguintes pagamentos de imposto de renda e contribuição social:

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	30.09.2017	30.09.2018	30.09.2017
Recolhimentos por estimativa	51.032	44.107	53.048	44.107
Pagamento da cota de ajuste anual	14.240	35.090	14.240	35.090
Lucro presumido	-	-	6.912	2.290
Pagamentos relativos a IRRF	11.845	12.908	13.737	12.934
<b>Total</b>	<b>77.117</b>	<b>92.105</b>	<b>87.937</b>	<b>94.421</b>

#### 14.2 Outros tributos a pagar

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
PIS e Cofins	4.176	469	9.013	2.459
INSS	2.067	2.274	2.161	2.403
FGTS	422	623	415	629
IRRF a recolher	90	130	91	155
Outros	362	592	591	829
<b>Subtotal</b>	<b>7.117</b>	<b>4.088</b>	<b>12.271</b>	<b>6.475</b>
<b>Estaduais</b>				
ICMS	273	2.365	402	2.423
<b>Subtotal</b>	<b>273</b>	<b>2.365</b>	<b>402</b>	<b>2.423</b>
<b>Municipais</b>				
ISS	118	819	378	928
<b>Subtotal</b>	<b>118</b>	<b>819</b>	<b>378</b>	<b>928</b>
<b>Total</b>	<b>7.508</b>	<b>7.272</b>	<b>13.051</b>	<b>9.826</b>

## Notas Explicativas

## 15 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

## 15.1 Os saldos de debêntures não conversíveis, empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros são compostos da seguinte forma:

			Controladora							Total circulante + não circulante
			30.09.2018							
Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(1)</sup>	Circulante				Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
<b>Debêntures</b>										
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	8.241	-	(4.000)	4.241	342.553	(5.447)	337.106	341.347
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,28%	9.697	-	(937)	8.760	191.092	(4.163)	186.929	195.689
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	2022	CDI + 1,14%	22.638	-	(1.210)	21.428	682.380	(3.030)	679.350	700.778
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	10.205	-	(362)	9.843	332.665	(1.840)	330.825	340.668
Debêntures - 7ª Emissão (1ª Série)	2020	CDI + 1,00%	20.614	-	(2.178)	18.436	500.000	(881)	499.119	517.555
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	6.938	-	(1.303)	5.635	750.000	(4.402)	745.598	751.233
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	3.835	-	(1.277)	2.558	203.612	(11.616)	191.996	194.554
<b>Subtotal</b>			<b>82.168</b>	<b>-</b>	<b>(11.267)</b>	<b>70.901</b>	<b>3.002.302</b>	<b>(31.379)</b>	<b>2.970.923</b>	<b>3.041.824</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>										
Arrendamento financeiro		8,39 a 15,64	-	423	-	423	479	-	479	902
<b>Subtotal</b>			<b>-</b>	<b>423</b>	<b>-</b>	<b>423</b>	<b>479</b>	<b>-</b>	<b>479</b>	<b>902</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>82.168</b>	<b>423</b>	<b>(11.267)</b>	<b>71.324</b>	<b>3.002.781</b>	<b>(31.379)</b>	<b>2.971.402</b>	<b>3.042.726</b>

			Controladora							Total circulante + não circulante
			31.12.2017							
Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(1)</sup>	Circulante				Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
<b>Debêntures</b>										
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	962	-	(3.685)	(2.723)	332.184	(8.495)	323.689	320.966
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,28%	444	-	(881)	(437)	185.308	(4.875)	180.433	179.996
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	2022	CDI + 1,14%	11.134	-	(1.101)	10.033	682.380	(3.953)	678.427	688.460
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.314	-	(338)	3.976	322.595	(2.116)	320.479	324.455
<b>Subtotal</b>			<b>16.854</b>	<b>-</b>	<b>(6.005)</b>	<b>10.849</b>	<b>1.522.467</b>	<b>(19.439)</b>	<b>1.503.028</b>	<b>1.513.877</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>										
Nota promissória - 3ª Emissão	2018	CDI + 1,54%	44.468	900.000	(797)	943.671	-	-	-	943.671
Arrendamento financeiro		8,39 a 15,64	-	450	-	450	406	-	406	856
<b>Subtotal</b>			<b>44.468</b>	<b>900.450</b>	<b>(797)</b>	<b>944.121</b>	<b>406</b>	<b>-</b>	<b>406</b>	<b>944.527</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>61.322</b>	<b>900.450</b>	<b>(6.802)</b>	<b>954.970</b>	<b>1.522.873</b>	<b>(19.439)</b>	<b>1.503.434</b>	<b>2.458.404</b>

			Consolidado							Total circulante + não circulante
			30.09.2018							
Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(1)</sup>	Circulante				Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
<b>Debêntures</b>										
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série) - Tietê Eólica	2025	IPCA + 7,61% aa	1.925	2.404	-	4.329	86.066	-	86.066	90.395
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série) - Tietê Eólica	2025	IPCA + 7,87% aa	1.869	5.176	-	7.045	77.880	-	77.880	84.925
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	8.241	-	(4.000)	4.241	342.553	(5.447)	337.106	341.347
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,28%	9.697	-	(937)	8.760	191.092	(4.163)	186.929	195.689
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	2022	CDI + 1,14%	22.638	-	(1.210)	21.428	682.380	(3.030)	679.350	700.778
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	10.205	-	(362)	9.843	332.665	(1.840)	330.825	340.668
Debêntures - 7ª Emissão (1ª Série)	2020	CDI + 1,00%	20.614	-	(2.178)	18.436	500.000	(881)	499.119	517.555
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	2023	CDI + 1,53%	6.938	-	(1.303)	5.635	750.000	(4.402)	745.598	751.233
Debêntures - 8ª Emissão	2030	IPCA + 7,48%	3.835	-	(1.277)	2.558	203.612	(11.616)	191.996	194.554
<b>Subtotal</b>			<b>85.962</b>	<b>7.580</b>	<b>(11.267)</b>	<b>82.275</b>	<b>3.166.248</b>	<b>(31.379)</b>	<b>3.134.869</b>	<b>3.217.144</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>										
Repasso BNDES - Tietê Eólica	2031	TJLP + 2,88% aa	2.234	38.926	-	41.160	626.471	-	626.471	667.631
Repasso BNDES (Banco do Brasil) - Tietê Eólica	2031	TJLP + 2,60% aa	831	14.528	-	15.359	238.602	-	238.602	253.961
BNDES (Subcrédito Social) - Tietê Eólica	2031	TJLP	12	235	-	247	4.500	-	4.500	4.747
Arrendamento financeiro		8,49 a 15,64	-	423	-	423	479	-	479	902
<b>Subtotal</b>			<b>3.077</b>	<b>54.112</b>	<b>-</b>	<b>57.189</b>	<b>870.052</b>	<b>-</b>	<b>870.052</b>	<b>927.241</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>89.039</b>	<b>61.692</b>	<b>(11.267)</b>	<b>139.464</b>	<b>4.036.300</b>	<b>(31.379)</b>	<b>4.004.921</b>	<b>4.144.385</b>

## Notas Explicativas

Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(i)</sup>	Consolidado							Total circulante + não circulante
			Circulante				Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
<b>Debêntures</b>										
Debêntures - 1ª Emissão (1ª Série) - Tietê Eólica	2025	IPCA + 7,61% aa	234	1.201	-	1.435	86.246	-	86.246	87.681
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série) - Tietê Eólica	2025	IPCA + 7,87% aa	219	2.310	-	2.529	80.367	-	80.367	82.896
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	2020	IPCA + 10,09%	962	-	(3.685)	(2.723)	332.184	(8.495)	323.689	320.966
Debêntures - 5ª Emissão	2023	IPCA + 7,28%	444	-	(881)	(437)	185.308	(4.875)	180.433	179.996
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	2022	CDI + 1,14%	11.134	-	(1.101)	10.033	682.380	(3.953)	678.427	688.460
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	4.314	-	(338)	3.976	322.595	(2.116)	320.479	324.455
<b>Subtotal</b>			<b>17.307</b>	<b>3.511</b>	<b>(6.005)</b>	<b>14.813</b>	<b>1.689.080</b>	<b>(19.439)</b>	<b>1.669.641</b>	<b>1.684.454</b>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>										
Nota promissória - 3ª Emissão	2018	CDI + 1,54%	44.468	900.000	(797)	943.671	-	-	-	943.671
Repasse BNDES - Tietê Eólica	2031	TJLP + 2,88% aa	2.520	38.050	-	40.570	652.477	-	652.477	693.047
Repasse BNDES (Banco do Brasil) - Tietê Eólica	2031	TJLP + 2,60% aa	925	13.688	-	14.613	248.093	-	248.093	262.706
BNDES (Subcrédito Social) - Tietê Eólica	2031	TJLP	24	235	-	259	4.628	-	4.628	4.887
Arrendamento financeiro		8,49 a 15,64	-	450	-	450	406	-	406	856
<b>Subtotal</b>			<b>47.937</b>	<b>952.423</b>	<b>(797)</b>	<b>999.563</b>	<b>905.604</b>	<b>-</b>	<b>905.604</b>	<b>1.905.167</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>65.244</b>	<b>955.934</b>	<b>(6.802)</b>	<b>1.014.376</b>	<b>2.594.684</b>	<b>(19.439)</b>	<b>2.575.245</b>	<b>3.589.621</b>

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

## 15.2 A movimentação das debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros é como segue:

	Controladora			Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Repasses BNDES	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.513.877	944.527	2.458.404	1.684.454	944.527	960.640	3.589.621
Efeito da aquisição (nota 1)	-	-	-	488.961	-	-	488.961
Ingressos	1.450.000	391	1.450.391	1.450.000	391	-	1.450.391
Encargos financeiros	142.767	12.127	154.894	158.039	12.127	57.895	228.061
Variação monetária	29.835	-	29.835	32.758	-	7.113	39.871
Pagamento de principal	-	(900.454)	(900.454)	(4.259)	(900.454)	(38.659)	(943.372)
Pagamento de encargos financeiros	(77.453)	(56.486)	(133.939)	(83.858)	(56.486)	(60.650)	(200.994)
Diferimento custos de transação	(24.000)	-	(24.000)	(24.000)	-	-	(24.000)
Amortização custos de transação	6.798	797	7.595	6.798	797	-	7.595
Capitalização de debêntures (notas 1 e 10)	-	-	-	(491.749)	-	-	(491.749)
Saldo em 30 de setembro de 2018	3.041.824	902	3.042.726	3.217.144	902	926.339	4.144.385

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.458.404	11.646	2.470.050	3.589.621	11.646	3.601.267
<b>- Itens que afetam o fluxo de caixa</b>						
Ingressos	1.450.000	-	1.450.000	1.450.000	-	1.450.000
Pagamentos de principal	(900.454)	(127.080)	(1.027.534)	(943.372)	(127.080)	(1.070.452)
Custo de empréstimos e debêntures	(24.000)	-	(24.000)	(24.000)	-	(24.000)
Pagamento de encargos financeiros <sup>(i)</sup>	(132.605)	-	(132.605)	(195.450)	-	(195.450)
Juros capitalizados (nota 27) <sup>(ii)</sup>	(1.334)	-	(1.334)	(5.544)	-	(5.544)
<b>- Itens que não afetam o fluxo de caixa</b>						
Efeito da aquisição	-	-	-	488.961	-	488.961
Capitalização de debêntures <sup>(iii)</sup>	-	-	-	(491.749)	-	(491.749)
Encargos de dívida (nota 27)	162.489	-	162.489	235.656	-	235.656
Variação monetária	29.835	-	29.835	39.871	-	39.871
Arrendamento financeiro	391	-	391	391	-	391
Destinação de dividendos (nota 22.2)	-	220.178	220.178	-	220.178	220.178
Saldo em 30 de setembro de 2018	3.042.726	104.744	3.147.470	4.144.385	104.744	4.249.129

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

## Notas Explicativas

- (ii) Os juros capitalizados são classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento.  
 (iii) Refere-se às debêntures capitalizadas pelas 5 SPE's em favor da controlada direta Guaimbê Holding. Vide nota explicativa nº 1.

### 15.3 As principais características dos contratos de debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros estão descritas a seguir:

Companhia	Valor Ingresso	Data Emissão	Descrição	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Amortização do Principal	Montante	Vencimento	Finalidade
Controladora	303.205	15 de dezembro de 2015	4ª Emissão (3ª série)	IPCA + 8,43%	Semestrais	Única	342.553 <sup>(i)</sup>	Dezembro de 2020	Modernizar e/ou recapitar os equipamentos das usinas.
Controladora	180.000	15 de dezembro de 2016	5ª Emissão Debêntures	IPCA + 6,54%	Anual	Única	95.546 <sup>(i)</sup> 95.546 <sup>(i)</sup>	Dezembro de 2022 Dezembro de 2023	Modernizar e/ou recapitar os equipamentos das usinas.
Controladora	1.000.000	15 de abril de 2017	6ª Emissão (1ª série)	CDI + 0,90%	Semestrais	Anual	341.190 341.190	Abril de 2021 Abril de 2022	Pré-pagamento da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da 2ª série da 4ª emissão de debêntures
			6ª Emissão (2ª série)	IPCA + 6,78%	Semestrais	Anual	166.333 <sup>(i)</sup> 166.333 <sup>(i)</sup>	Abril de 2023 Abril de 2024	
Controladora	1.250.000	15 de fevereiro de 2018	7ª Emissão (1ª série)	CDI + 0,52%	Única	Única	500.000	Fevereiro de 2020	Reforço de capital de giro e gestão ordinária dos negócios da Emissora
			7ª Emissão (2ª série)	CDI + 1,30%	Semestrais	Anual	375.000 375.000	Fevereiro de 2022 Fevereiro de 2023	
Controladora	200.000	15 de maio de 2018	8ª Emissão Debêntures	IPCA + 6,02%	Semestrais	Semestral	203.612	Maio de 2030	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas ao Complexo Boa Hora
Controladora indireta <sup>(ii)</sup> AES Tietê Eólica	1.044.100	15 de dezembro de 2014	Repasse BNDES Repasse BNDES (Banco do Brasil) BNDES (Subcrédito Social)	TJLP + 2,88% aa TJLP TJLP + 2,60% aa	Mensal	Mensal	665.397 253.130 4.735	Dezembro de 2031	Financiamento dos parques de Alto Sertão II
Controladora indireta <sup>(i)</sup> AES Tietê Eólica	146.000	15 de dezembro de 2014	Debênture Infraestrutura	IPCA + 7,61% aa (1ª série) IPCA + 7,87% aa (2ª série)	Semestral	Semestral	88.470 83.056	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II

- (i) O saldo devedor é corrigido monetariamente pelo IPCA em uma base diária, sendo este montante incorporado ao saldo da dívida.  
 (ii) Os empréstimos com o BNDES possuem garantias de fiança, nos montantes de R\$56.822. Além disso, possuem penhor de máquinas e equipamentos do Complexo Alto Sertão II.

Arrendamentos financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

#### Financiamento BNDES (Direto e Repasse Banco do Brasil)

A controlada Tietê Eólica S.A. (nova denominação da Renova Eólica S.A.), com a interveniência de suas controladas, da sua controladora direta Nova Energia S.A. e sua controladora indireta anterior, a Renova Energia S.A., obteve financiamento no valor total de R\$1.044.100 (contrato direto assinado em 4 de junho de 2014, no valor de R\$734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$310.080).

O financiamento foi dividido em 16 subcréditos, de "A" a "P", sendo que a amortização dos mesmos a partir de setembro de 2017 tem as seguintes características: (i) subcréditos A, C, D, E, F, G, I, J, M e P: 172 (cento e setenta e duas) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de setembro de 2017 e a última em 15 (quinze) de dezembro de 2031; e (ii) subcréditos B, H, K, L, N e O: 160 (cento e sessenta) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de setembro de 2017 e a última em 15 (quinze) de dezembro de 2030.

São garantias de todos os contratos do BNDES, bem como do Repasse do Banco do Brasil, o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens, fiança bancária, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção.

## Notas Explicativas

### Debêntures de infraestrutura

Em 15 de novembro de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples da controlada indireta Tietê Eólica, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Debêntures”), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Companhia, no valor total de R\$146.000.

As Debêntures foram emitidas como debêntures de infraestrutura, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos como projetos prioritários, por meio das portarias expedidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos das Debêntures foram destinados ao LER 2010 e LEN 2011 com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES, para aquisição de ativos.

As amortizações das debêntures de primeira e segunda série seguem o cronograma disposto na Escritura da Emissão, sendo que a amortização das debêntures da primeira série teve início em 15 de junho de 2015 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025 e a amortização das debêntures da segunda série tiveram início em 15 de dezembro de 2016 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025. O pagamento dos juros ocorre em parcelas semestrais, nos meses de junho e dezembro de cada ano.

### Condições Restritivas

As dívidas emitidas pela controlada Tietê Eólica com o BNDES contemplam cláusulas de condições restritivas, tais como restrição de distribuição de dividendos:

O Estatuto Social da controlada Tietê Eólica prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, a controlada indireta Tietê Eólica obteve financiamentos do BNDES, repasse do Banco do Brasil e emitiu uma debênture de infraestrutura que contemplam restrições de não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, acima de 25% do lucro líquido ajustado, salvo se expressamente autorizado pelo BNDES, Banco do Brasil ou debenturistas reunidos em AGD, ou se verificados itens como (i) o acúmulo de R\$60.000 na “Conta Reserva Especial da Holding”; (ii) verificada a conclusão do projeto; (iii) preenchidas as contas reservas referentes ao serviço da dívida e a conta reserva de O&M; (iv) atingido o ICSD mínimo de 1,30; (v) adimplemento das empresas do grupo econômico perante o Sistema BNDES; e (vi) geração mínima consolidada das centrais geradoras eólicas de 1.430.475 MWh no período de doze meses imediatamente anteriores à distribuição pretendida.

Em 30 de setembro de 2018, a controlada indireta AES Tietê Eólica apresenta restrição para distribuir dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório, pois os itens (i) e (ii) acima não foram atendidos.

#### 15.4 Os valores relativos ao principal e encargos apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

	Controladora				Consolidado			
	30.09.2018		31.12.2017		30.09.2018		31.12.2017	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>Moeda nacional</b>								
CDI	1.982.570	64,26	1.637.982	65,92	1.982.570	47,35	1.637.982	45,30
IPCA	1.101.900	35,71	845.807	34,04	1.277.220	30,50	1.016.384	28,11
TJLP	-	-	-	-	926.339	22,12	960.640	26,57
Taxa fixa	902	0,03	856	0,04	902	0,03	856	0,02
<b>Total</b>	<b>3.085.372</b>	<b>100,00</b>	<b>2.484.645</b>	<b>100,00</b>	<b>4.187.031</b>	<b>100,00</b>	<b>3.615.862</b>	<b>100,00</b>

## Notas Explicativas

15.5 Em 30 de setembro de 2018, as parcelas relativas ao principal das debêntures, arrendamentos financeiros e custos a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Debêntures	Repasses BNDES	Repasses BNDES (Banco do Brasil)	BNDES (Subcrédito Social)	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar	Total
2019	4.268	9.959	3.735	61	276	(3.043)	15.256
2020	890.422	40.806	15.368	255	168	(10.351)	936.668
2021	391.495	42.461	16.092	271	35	(5.548)	444.806
2022	859.212	44.262	16.872	289	-	(4.213)	916.422
2023	673.833	46.224	17.710	308	-	(2.370)	735.705
Após 2023	347.018	442.759	168.825	3.316	-	(5.854)	956.064
	<b>3.166.248</b>	<b>626.471</b>	<b>238.602</b>	<b>4.500</b>	<b>479</b>	<b>(31.379)</b>	<b>4.004.921</b>

15.6 Os indexadores utilizados para atualização das debêntures, empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

	30.09.2018	31.12.2017
CDI <sup>(i)</sup>	6,39%	6,89%
TJLP <sup>(i)</sup>	6,56%	7,00%
IPCA <sup>(ii)</sup>	4,69%	2,95%

(i) Índice do último dia útil do período

(ii) Índice acumulado dos últimos 12 meses

## 15.7 Compromissos financeiros - “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros nos contratos das debêntures, empréstimos e financiamentos.

Conforme definido nos contratos, a Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

### 4<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> Emissões de Debêntures

- (i) Capacidade de endividamento (endividamento líquido): mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado<sup>2</sup> dos últimos 12 meses. Este índice deve ser inferior a 3,5 vezes, sendo que em caso de Aquisição de Ativos pela emissora, o índice assume como limite 3,85x durante o período de 36 meses ou até a data de vencimento, o que ocorrer primeiro. Em 30 de setembro de 2018 este índice era de 2,98 vezes;
- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Este índice deve ser superior a 1,5 vezes. Em 30 de setembro de 2018 este índice era de 3,00 vezes.

A não observância dos índices mencionados anteriormente por dois trimestres consecutivos, verificados trimestralmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 30 de setembro de 2018.

<sup>2</sup> EBITDA ajustado - significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil da Emissora na linha “Resultado antes dos tributos sobre o lucro” (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada. No caso de uma aquisição de ativos, o cálculo e a verificação do índice financeiro deverá considerar o EBITDA Ajustado proforma do ativo adquirido, consolidado com o da Emissora, relativo aos 12 meses anteriores à data de liquidação da respectiva aquisição de ativos.

## Notas Explicativas

### 7ª Emissão de Debêntures

- (i) Capacidade de endividamento (endividamento líquido): mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado<sup>1</sup> dos últimos 12 meses. Este índice deve ser inferior a 4,0 vezes, sendo que em caso de um Evento de Investimento<sup>3</sup> pela emissora, o índice assume como limite 4,5 vezes durante o período de 12 meses, 4,25 vezes do 13º ao 24º mês, retornando para 4,0 vezes até a data de vencimento. Em 30 de setembro de 2018 este índice era de 2,98 vezes;
- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Este índice deve ser superior a 1,25 vezes. Em 30 de setembro de 2018 este índice era de 3,00 vezes.

### 8ª Emissão de Debêntures

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: calculado a partir da divisão da geração de caixa das SPEs do Complexo Solar de Boa Hora pelo serviço da dívida. Este índice deve ser igual ou superior a 1,2 vezes. A periodicidade da verificação deste índice é anual, sendo que a primeira verificação ocorrerá apenas em 2019.

Adicionalmente, a Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 30 de setembro de 2018 encontram-se integralmente atendidos.

O financiamento com BNDES e repasse do Banco do Brasil, estabelece que o índice ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] deve ser maior ou igual a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o ICSD foi atendido.

## 16 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Participação nos lucros e resultados	6.914	8.588	7.188	8.816
Férias	7.487	7.584	7.634	7.821
13º Salário	3.372	-	3.439	-
Encargos sociais sobre férias e gratificações	3.906	2.767	3.983	2.850
Bônus <sup>(i)</sup>	1.308	2.022	1.308	2.022
Encargos sobre folha de pagamento	1.469	1.589	1.487	1.622
Folha de pagamento outros	185	145	213	181
<b>Total Circulante</b>	<b>24.641</b>	<b>22.695</b>	<b>25.252</b>	<b>23.312</b>
Bônus <sup>(i)</sup>	752	346	752	346
<b>Total Não Circulante</b>	<b>752</b>	<b>346</b>	<b>752</b>	<b>346</b>

- (i) Definido pela The AES Corporation, é um bônus diferido atrelado ao cumprimento de metas trienais. Representa 50% do ILP (Incentivo de Longo Prazo) de cada Diretor (estatutário e não estatutário) e o pagamento é assumido localmente pela Companhia. O indicador de referência é o EBITDA. O critério de pagamento prevê valores diferenciados para atingimento parcial, total ou superação de metas. Os valores atribuídos passam a ser disponíveis da seguinte forma: 1/3 no primeiro ano, 1/3 no segundo ano e 1/3 no terceiro ano, pagando-se no início do 4º ano.

<sup>3</sup> Evento de investimento - significa uma aquisição, pela Emissora, direta ou indiretamente, de qualquer participação societária, inclusive por meio de subscrição ou compra e venda de valores mobiliários, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, ou outros investimentos pela Emissora para a construção ou desenvolvimento de projetos de geração, armazenamento, comercialização e/ou gestão de energia, inclusive em decorrência de leilões de energia elétrica.

## Notas Explicativas

### 17 OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A FUNCESP é a principal entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido (BD) é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio variam de 1,45% a 7,88%, conforme faixa salarial, e são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, especificamente um aumento nas taxas de juros. Em 30 de setembro de 2018, a Companhia não verificou nenhuma alteração significativa de mercado que requeresse uma atualização da avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2017.

#### (a) Movimentação do passivo registrado:

	Consolidado	
	30.09.2018	30.09.2017
Saldo no início do período	3.954	7.981
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	2.529	2.613
Pagamentos de contribuições	(995)	(990)
Saldo no final do período	5.488	9.604

#### (b) Despesas reconhecidas no resultado do período:

	Consolidado			
	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017
Custo dos serviços correntes	779	2.338	696	2.087
Custo dos juros	9.162	27.487	9.169	27.508
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(9.099)	(27.297)	(8.993)	(26.981)
<b>Total das despesas benefício definido</b>	<b>842</b>	<b>2.528</b>	<b>872</b>	<b>2.614</b>
Contribuição definida	224	694	140	532
Contribuição definida de controladas	6	22	12	23
<b>Total da despesa no período</b>	<b>1.072</b>	<b>3.244</b>	<b>1.024</b>	<b>3.169</b>

## Notas Explicativas

### (c) Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a Companhia possui plano de contribuição definida administrado pelo Itaú Previdência. Nessa modalidade, os benefícios são obtidos pela conversão dos saldos acumulados pelo participante e pelo patrocinador em seu nome, de acordo com a sua opção de renda.

## 18 CONTA DE RESSARCIMENTO - CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do LER 2010 e a CCEE e entre os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2010 e o maior valor entre o PLD médio do ano e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2010 e ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011.

Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011 por desvios positivos (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER 2010 e para os parques do LEN 2011 30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2010, e mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância para os parques do LEN 2011. Os Parques do LER 2010 são valorados a 70% do preço de venda vigente e os parques do LEN 2011 são valorados pelo PLD mensal, conforme expresso nos referidos contratos. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2010. O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017 e o LEN 2011 se encerrará em dezembro de 2019.

Para os parques do Complexo Solar Guaimbê (LER 2014), os ressarcimentos por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes, após possíveis compensações com parques superavitários, valorado a 106% do preço contratual vigente. A receita variável por desvios positivos (acima da faixa de tolerância de 15%) de geração serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 30% do preço contratual vigente. A receita variável que estiver na faixa de tolerância de 15% de geração será recebida em 12 parcelas, após possíveis compensações com parques deficitários, valorado ao preço contratual vigente.

A receita dos Parques Eólicos e Solares é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os ativos e passivos do ressarcimento representam os desvios positivos e negativos, respectivamente, que serão liquidados de acordo com as regras mencionadas acima.

## Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos ativos e passivos em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	Consolidado			
	30.09.2018		31.12.2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>CIRCULANTE</b>				
CCEE	-	6.610	159	2.057
Distribuidoras	-	4.603	-	24.414
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>11.213</b>	<b>159</b>	<b>26.471</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
CCEE	2.429	5.698	1.253	4.239
Distribuidoras	-	15.104	-	8.848
Renova Comercializadora - MCSD	-	-	-	9.126
<b>Subtotal</b>	<b>2.429</b>	<b>20.802</b>	<b>1.253</b>	<b>22.213</b>
<b>Total</b>	<b>2.429</b>	<b>32.015</b>	<b>1.412</b>	<b>48.684</b>

A movimentação dos saldos de ressarcimentos ativos e passivos é como segue:

	Consolidado					Saldo final 30.09.2018
	Saldo inicial 31.12.2017	Provisão	Reversão de provisão	Atualização monetária	Pagamentos	
CCEE	1.412	1.078	-	101	(162)	2.429
<b>Total ativo</b>	<b>1.412</b>	<b>1.078</b>	<b>-</b>	<b>101</b>	<b>(162)</b>	<b>2.429</b>
CCEE	6.296	7.829	-	243	(2.060)	12.308
Distribuidoras	33.262	8.136	-	-	(21.691)	19.707
Renova Comercializadora - MCSD	9.126	-	(9.126)	-	-	-
<b>Total passivo</b>	<b>48.684</b>	<b>15.965</b>	<b>(9.126)</b>	<b>243</b>	<b>(23.751)</b>	<b>32.015</b>

Abertura do ressarcimento por ciclo em 30 de setembro de 2018:

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	MWh	R\$	MWh	R\$
<b>CIRCULANTE</b>				
CCEE - LER 2010 - Ciclo 09.2017 à 08.2018 (anual)	-	-	2.199	416
CCEE - LER 2014 - Ciclo 09.2017 à 08.2018 (anual)	-	-	32.745	6.194
Distribuidoras - LEN 2011 - Ciclo 01.2018 à 12.2018 (anual)	-	-	30.946	4.603
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>65.890</b>	<b>11.213</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
CCEE - LER 2010 - 09.2017 à 08.2020 (quadrienal)	40.164	2.429	30.123	5.698
Distribuidoras - LEN 2011 - Ciclo 01.2016 à 12.2019 (quadrienal)	-	-	101.567	15.104
<b>Subtotal</b>	<b>40.164</b>	<b>2.429</b>	<b>131.690</b>	<b>20.802</b>
<b>Total</b>	<b>40.164</b>	<b>2.429</b>	<b>197.580</b>	<b>32.015</b>

## Notas Explicativas

### 19 PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

#### 19.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Controladora				Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados		Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Trabalhista (a)	5.367	4.820	3.955	3.021	5.367	4.820	3.955	3.021
Meio ambiente (b)	2.125	2.051	-	-	2.125	2.051	-	-
<b>Regulatório (c)</b>								
Perda no repasse da energia de Itaipu (c.1)	35.680	26.541	-	-	35.680	26.541	-	-
Despacho 288 (c.2)	35.754	33.221	-	-	35.754	33.221	-	-
<b>Fiscal (d)</b>								
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	5.847	5.739	-	-	5.847	5.739	-	-
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	8.370	3.948	7.947	3.637	8.370	3.948	7.947	3.637
<b>Cível (e)</b>								
Arbitragens (e)	-	-	-	-	36.559	58.000	-	-
Outros processos cíveis	3.390	3.125	-	-	3.390	3.125	-	-
<b>Total</b>	<b>96.533</b>	<b>79.445</b>	<b>11.902</b>	<b>6.658</b>	<b>133.092</b>	<b>137.445</b>	<b>11.902</b>	<b>6.658</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.658</b>	<b>3.067</b>			<b>41.217</b>	<b>3.067</b>		
<b>Não Circulante</b>	<b>91.875</b>	<b>76.378</b>			<b>91.875</b>	<b>134.378</b>		
<b>Total</b>	<b>96.533</b>	<b>79.445</b>			<b>133.092</b>	<b>137.445</b>		

O total de cauções e depósitos vinculados em 30 de setembro de 2018 no montante de R\$12.544 (R\$7.218 em 31 de dezembro de 2017), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Consolidado							
	30.09.2018				31.12.2017			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	3.955	148	494	4.597	3.021	71	489	3.581
Fiscal	7.947	-	-	7.947	3.637	-	-	3.637
<b>Total</b>	<b>11.902</b>	<b>148</b>	<b>494</b>	<b>12.544</b>	<b>6.658</b>	<b>71</b>	<b>489</b>	<b>7.218</b>

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.820	2.051	59.762	9.687	3.125	79.445
Provisão	1.780	101	-	4.120	-	6.001
Atualização monetária	337	-	2.533	410	265	3.545
Atualização cambial	-	-	9.139	-	-	9.139
Reversão de provisão	(613)	(27)	-	-	-	(640)
Pagamentos	(957)	-	-	-	-	(957)
Saldo em 30 de setembro de 2018	5.367	2.125	71.434	14.217	3.390	96.533

	Consolidado					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.820	2.051	59.762	9.687	61.125	137.445
Provisão	1.780	101	-	4.120	-	6.001
Atualização monetária	337	-	2.533	410	265	3.545
Atualização cambial	-	-	9.139	-	-	9.139
Reversão de provisão	(613)	(27)	-	-	-	(640)
Pagamentos	(957)	-	-	-	(21.441)	(22.398)
Saldo em 30 de setembro de 2018	5.367	2.125	71.434	14.217	39.949	133.092

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo, podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

## Notas Explicativas

- (a) Trabalhistas: Existem 142 processos (167 em 31 de dezembro de 2017) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 40 processos (38 em 31 de dezembro de 2017). O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$5.367, em 30 de setembro de 2018 (R\$4.820 em 31 de dezembro de 2017).

Dos processos provisionados, destaca-se 1 (uma) Ação Civil Pública (“ACP”) que visa a observância da jornada de trabalho legal, descanso semanal remunerado, fornecimento de EPIs e pagamento de danos morais aos colaboradores da Companhia. Em 11 de abril de 2012, a Companhia foi condenada ao pagamento de indenização por danos morais arbitrada em R\$200. Em 09 de junho de 2014, após apresentação de recurso por ambas as partes, este valor foi majorado para R\$500. Em janeiro de 2015 foi publicado acórdão de recurso de revista, o qual negou seguimento ao recurso apresentado pela Companhia. Em 07 de outubro de 2016, após a designação de perito contábil, a Companhia recebeu ordem judicial para depositar em juízo o montante de R\$ 1,6 MM para garantir a execução enquanto a diferença dos cálculos se encontra em discussão judicial. Em 20 de outubro de 2016, foram protocolados embargos à execução pela Companhia. Em 14 de junho de 2017, foi proferida decisão que julgou procedente os embargos à execução opostos pela Companhia, a qual entendeu que os cálculos elaborados pelo Ministério Público excedem o comando sentencial e, conseqüentemente, determinou o retorno dos autos ao perito para retificação dos cálculos. Tendo em vista que a decisão transitou em julgado em 27 de janeiro de 2018, o processo foi remetido ao perito contador para retificação dos cálculos. Em 20 de junho de 2018, foi dada ciência às partes quanto à adequação da sentença homologatória nos termos do acórdão proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho. Em 30 de setembro de 2018, o valor provisionado para esta demanda totaliza R\$ 953 (R\$907 em 31 de dezembro de 2017).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que estes processos serão concluídos até 2022.

- (b) Meio ambiente: Existem 333 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 318 demandas, já que as demais 15 ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$2.125 (R\$2.051 em 31 de dezembro de 2017).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2023.

- (c) Regulatório:

(c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da Companhia de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia recorreu da decisão, no qual restou decidido que a suspensão da liminar só valeria para o futuro (os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004). Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela Companhia. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobrás e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a Companhia aguarda julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão atualizado pela variação cambial, em 30 de setembro de 2018, no montante de R\$35.680 (R\$26.541 em 31 de dezembro de 2017).

## Notas Explicativas

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2020.

- (c.2) Despacho 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a Companhia teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a Companhia restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a Companhia apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª. instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela Companhia, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1a Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 30 de setembro de 2018 corresponde a R\$35.754 (R\$33.221 em 31 de dezembro de 2017).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2022.

(d) Fiscal:

- (d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram que de um total de R\$128.597 (R\$126.695 em 31 de dezembro de 2017) envolvidos na discussão, R\$5.847 (R\$5.739 em 31 de dezembro de 2017) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2019.
- (d.2) A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia está obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. A Companhia compensou os débitos com seus créditos de tributos federais até março de 2017, no total de R\$6.855, referente às competências de julho de 2015 a fevereiro de 2017. A partir de abril de 2017 (competência de março de 2017), a Companhia passou a efetuar depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 30 de setembro de 2018, corresponde a R\$8.370 e efetuou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$7.947. Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao

## Notas Explicativas

desembolso de caixa, a Companhia estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2021.

(e) Cível:

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Nova Energia, passivo contingente avaliado ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$58.000. Desse montante, R\$22.265 já estavam registrados no balanço patrimonial da adquirida, na rubrica de “Fornecedores”. Tais valores referem-se a dois procedimentos arbitrais movidos em face da Renova e das 15 SPE’s relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II por fornecedores contratados na época.

O primeiro procedimento de arbitragem (“arbitragem A”) foi iniciado em dezembro de 2015, relativo à execução de contratos de locação de guindastes e montagem de torres em parques eólicos, com o objetivo de obter os valores remanescente devidos por supostos atrasos nos cronogramas de obras, alegadamente atribuíveis à Renova. Em julho de 2018, foi proferida sentença arbitral julgando procedentes os pedidos das requerentes e improcedentes os pedidos da Renova, determinando a liquidação de sentença para apuração dos valores relativos a determinados pleitos. Com relação à condenação pertinente aos pedidos líquidos, o montante atualizado para setembro de 2018 totaliza a importância de R\$ 31.513. Os demais pedidos serão apurados em fase de liquidação de sentença.

O segundo procedimento arbitral (“arbitragem B”) foi iniciado por outro fornecedor, em novembro de 2016, relativo à construção (fundação e acessos) dos parques eólicos. Em linhas gerais, os pleitos do fornecedor são relativos a “Change Orders” (alterações de escopo durante a execução dos contratos), alterações tributárias e investimentos imprevistos pelo fornecedor em razão de atrasos nos cronogramas. Em janeiro de 2018, foi proferida sentença arbitral que julgou parcialmente procedente o pedido formulado, bem como condenou as SPE’s ao pagamento de R\$50.678, em face da qual, em agosto de 2018, foi assinado e protocolado acordo entre Renova, AES Tietê Energia, as SPE’s e Mammoet Wind, por meio do qual ficou consignado o pagamento de R\$50.000, em parcela única, encerrando a discussão objeto desta arbitragem.

### 19.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Meio ambiente (a)	Não determinado	Não determinado	Não determinado	Não determinado
Cível (i) (b)	8.499	7.810	8.499	94.799
Fiscal (c)	305.262	276.745	305.262	276.745
Regulatório (d)	109.482	109.482	109.482	109.482
Imobiliário (e)	Não determinado	Não determinado	Não determinado	Não determinado
<b>Total</b>	<b>423.243</b>	<b>394.037</b>	<b>423.243</b>	<b>481.026</b>

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

- (a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como

## Notas Explicativas

sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avanhandava, e possuem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

- (a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a Companhia se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a Companhia apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a Companhia informou quanto a necessidade da CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.
- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a Companhia foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a Companhia apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da Companhia avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela Companhia. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2018, na 1ª Câmara reservada ao Meio Ambiente, foi proferido despacho determinando o retorno dos autos à origem, diante da ausência de intimação do Ministério Público acerca da sentença e atos processuais posteriores. Em março de 2018, os autos foram recebidos na vara de origem e remetidos ao Ministério Público, o qual apresentou a sua manifestação. Em decorrência, a Companhia apresentou a sua manifestação à cota da Procuradoria e o processo será remetido para julgamento; e
- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

(b) Cível:

- (b.1) Obrigação de expansão: Em outubro de 2018, a Companhia assinou acordo judicial com o Estado de São Paulo. No acordo judicial, restou registrado que: (i) 80% da obrigação de expansão (317 MW) foi cumprida ou está em fase de cumprimento; e (ii) a partir da homologação judicial do acordo, a Companhia terá o prazo de até 6 anos para cumprir o saldo remanescente (81 MW). Diante do exposto, a partir da referida homologação judicial, o processo ficará suspenso por 6 anos. Em caso de não cumprimento da obrigação remanescente no prazo de até 6 anos, fica a Companhia sujeita aos termos formulados na petição inicial pelo Estado de São Paulo, sob pena de pagamento de indenização por eventuais perdas e danos. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 1.2.
- (b.2) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a Companhia, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a empresa e a Companhia, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

## Notas Explicativas

Em abril de 2013, a Companhia apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia ambiental. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$7.771, atualizado até 30 de setembro de 2018 (R\$7.138 em 31 de dezembro de 2017).

(b.3) A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Nova Energia, passivo contingente avaliado ao seu valor justo na combinação de negócios, conforme mencionado no item (e) da nota explicativa nº 19.1. De um total de R\$84.378 envolvidos na discussão, há uma parcela avaliada como perda possível com valor ainda não determinado.

(c) Fiscal:

(c.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se a intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº 19.1 sendo estimado como perda possível R\$122.750 de um total de R\$128.597 (R\$120.956 de um total de R\$126.695 em 31 de dezembro de 2016). Em 19 de abril de 2017, a Companhia foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Tal decisão foi proferida em um dos quatro processos administrativos, cujo prognóstico é classificado como possível, em que se discutem as compensações de IRPJ e CSLL, o qual corresponde ao valor de R\$48.989. Em 27 de abril de 2017, a Companhia interpôs recurso especial que será apreciado pela Câmara Superior do CARF. Apesar da decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece classificado como possível. No tocante às demais três compensações, aguarda-se decisão dos recursos administrativos apresentados pela Companhia perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (2ª instância administrativa).

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2019.

(c.2) Auto de infração - ágio: Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$152.562 atualizado até 30 de setembro de 2018 (R\$124.605 até 31 de dezembro de 2017). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a Companhia recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a Companhia recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da Companhia pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a Companhia ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em virtude do ajuizamento de execução fiscal, os valores discutidos no processo sofreram um acréscimo de 20% relativos aos encargos legais, representando um aumento no montante de R\$24.878. Em maio de 2018, a Companhia opôs embargos à execução fiscal, os quais

## Notas Explicativas

encontram-se pendentes de julgamento. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

- (c.3) Auto de infração - Refere-se ao Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da Companhia. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à Companhia. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento pela Câmara Superior do CARF. Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado. O valor atualizado até 30 de setembro de 2018 é de R\$9.060 (R\$8.848 em 31 de dezembro de 2017).
- (c.4) Mandado de Segurança- Multa de Mora: Em abril de 2005, a Companhia moveu ação judicial em face da União Federal com o intuito de afastar a aplicação de multa de mora dos pagamentos de diferenças espontaneamente recolhidas a título de Contribuição ao PIS e da COFINS, referentes aos meses de junho a outubro de 2004. Em outubro de 2005, foi proferida decisão de 1ª instância, favorável aos interesses da Companhia. Em decorrência, a União Federal interpôs o recurso de apelação. Em setembro de 2008, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso da União Federal, mantendo a decisão favorável a Companhia. Em face desta decisão, a União Federal interpôs Recurso Especial e a Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região determinou que fosse realizado o juízo de retratação e, com isso, um novo julgamento do recurso de apelação da União. Em fevereiro de 2010, foi proferida decisão monocrática favorável aos interesses da União Federal. Em decorrência, em fevereiro de 2011, a Companhia interpôs Recurso Especial. Atualmente, aguarda-se o julgamento do referido recurso. O valor atualizado até 30 de setembro de 2018 é de R\$9.368 (R\$9.188 em 31 de dezembro de 2017).
- (d) Regulatório: Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013: A Resolução CNPE nº 3, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo dos Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional - SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve liminar que suspendeu o rateio do ESS aos produtores independentes. A decisão judicial apontou que os custos só poderiam ser repassados aos produtores independentes por meio de mudança em lei. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é classificada como possível.

Em 05 de dezembro de 2014, houve sentença favorável à APINE, ratificando a liminar obtida, declarando desta forma a inexigibilidade do ESS decorrente da Resolução CNPE 03. Em 12 de dezembro de 2014, a União interpôs apelação à referida sentença. Em 01 de junho de 2015, a APINE apresentou suas contrarrazões à apelação interposta pela União.

Em 07 de junho de 2016, por unanimidade de votos, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou provimento ao recurso de apelação da União. Em decorrência, foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento. Com base nas decisões judiciais e nos pareceres jurídicos obtidos pela APINE, a Companhia não reconhece o custo do ESS por motivo de segurança energética. A liminar obtida pela APINE continua vigente.

## Notas Explicativas

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar aproximadamente R\$109.482, referentes aos valores originais divulgados pela CCEE nas liquidações financeiras ocorridas até 30 de setembro de 2018 (R\$109.482 até 31 de dezembro de 2017).

- (e) **Imobiliário:** Refere-se à ação de desapropriação indireta do imóvel confrontante em face da Companhia, em razão da erosão resultante das águas do reservatório requerendo, além da indenização, realização de obras para contenção da erosão (águas do reservatório teriam invadido e inutilizado parte da propriedade da Autora). Em março de 2017, foi proferida decisão de 1ª instância favorável aos interesses da Companhia, a qual julgou totalmente improcedente a ação de desapropriação indireta proposta em face da Companhia. Em junho de 2017, a autora interpôs o recurso de apelação. Em junho de 2018, o Tribunal negou provimento a apelação interposta pela autora. Como a parte contrária não interpôs recurso, a decisão favorável à Companhia transitou em julgado em agosto de 2018. Em decorrência, o processo será encaminhado ao arquivo.

### 19.3 Outros processos - Rebaixamento Hidrelétrico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

A APINE obteve em 1º de julho de 2015, uma liminar favorável a todas as geradoras elétricas representadas pela associação no âmbito da Ação Judicial, entre elas a Companhia. Em 07 de fevereiro de 2018, a ação judicial foi julgada improcedente em 1ª instância e, consequentemente, revogou os efeitos da liminar que protegia as empresas associadas da APINE dos efeitos do GSF no Mecanismo de Realocação de Energia - "MRE". Em 14 de fevereiro de 2018, foram opostos embargos de declaração, julgados em 16 de fevereiro de 2018, preservando os efeitos da liminar durante o período em que a mesma esteve válida, ou seja, de 01 de julho de 2015 a 07 de fevereiro de 2018, até o julgamento definitivo, em 2ª instância.

Em 20 de fevereiro de 2018, a ANEEL opôs embargos de declaração, com o objetivo de reformar a parcela da decisão que restabeleceu os efeitos de liminar. Em 06 de março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento aos embargos de declaração da ANEEL e, consequentemente, manteve os efeitos da liminar favorável à APINE. A ANEEL apelou da decisão de 1ª instância, buscando, através de pedido liminar, cancelar a decisão que manteve os efeitos da liminar em favor da APINE (no período de 07 de janeiro de 2015 a 07 de fevereiro de 2018).

Em 30 de abril de 2018, o Tribunal negou o pedido da ANEEL. A APINE, por sua vez, também apelou da decisão de 1ª instância, pleiteando, dentre outros pedidos, que os efeitos da liminar não se restringissem a 07 de fevereiro de 2018, mas sim até o julgamento final em 2ª instância.

Em 07 de maio de 2018, o Tribunal acatou o pedido da APINE e, consequentemente, determinou que a CCEE fique impossibilitada de aplicar, mensalmente, os efeitos do GSF no MRE, aos integrantes da ação judicial.

A ANEEL recorreu da decisão do Tribunal que estendeu os efeitos da liminar e, em 23 de outubro de 2018, o Superior Tribunal de Justiça - STJ proferiu decisão que deferiu parcialmente o pleito da ANEEL. Com essa decisão, foi mantida a liminar para o período compreendido entre julho de 2015 a fevereiro de 2018 e revogada a parcela da decisão que estendeu os efeitos da estabilização da liminar para o período posterior à própria decisão (maio de 2018) e até trânsito em julgado da sentença. Na prática, esta decisão permite que os valores de GSF em aberto correspondentes ao período posterior a fevereiro de 2018 possam ser liquidados pela CCEE. Com relação ao mérito da discussão, aguarda-se o julgamento das apelações interpostas pela ANEEL e APINE.

A Companhia estima que o provável desembolso relacionado a esta discussão, atualizado até 30 de setembro de 2018, seja de aproximadamente R\$934.250 (R\$711.048 em 31 de dezembro de 2017), montante este recebido pela Companhia por meio das liquidações financeiras da CCEE, sem impacto deste valor em sua demonstração de resultado, uma vez que os efeitos dessas operações já se encontram devidamente reconhecidos, sem considerar os efeitos das medidas liminares. Com a finalidade de atender possíveis compromissos futuros do GSF, esses montantes recebidos estão mantidos em investimentos, sob a rubrica Caixa e equivalentes de caixa. Vide notas explicativas nº 13 e 30.3 (c.2).

## Notas Explicativas

### Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possui 1 carta de fiança no valor de R\$479 e 5 seguros garantia no valor de R\$169.764 para processos judiciais de natureza tributária e trabalhista, totalizando uma importância segurada de R\$170.243, ao custo de 0,35% a 3,25% a.a. Os valores referentes ao seguro garantia estão registrados como despesas pagas antecipadamente e amortizados no resultado do exercício de acordo com o prazo contratual, de forma linear.

## 20 ENCARGOS SETORIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
<b>CIRCULANTE</b>				
Pesquisa e desenvolvimento	5.238	11.203	5.238	11.203
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	6.855	7.789	6.855	7.789
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	617	484	617	484
Ministério de minas e energia	309	242	309	242
Taxa de fiscalização ANEEL	565	565	648	646
<b>Subtotal</b>	<b>13.584</b>	<b>20.283</b>	<b>13.667</b>	<b>20.364</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Pesquisa e desenvolvimento	12.810	8.459	12.810	8.459
<b>Subtotal</b>	<b>12.810</b>	<b>8.459</b>	<b>12.810</b>	<b>8.459</b>
<b>Total</b>	<b>26.394</b>	<b>28.742</b>	<b>26.477</b>	<b>28.823</b>

## 21 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
<b>CIRCULANTE</b>				
Obrigações de aquisições (nota 19.1 (e)) <sup>(i)</sup>	31.514	-	31.514	-
Meio ambiente	1.764	1.690	3.502	4.026
Ônus de acordo bilateral - Eletropaulo	1.720	4.923	1.720	4.923
Ajuste financeiro MCSD <sup>(iii)</sup>	-	-	1.338	-
Obrigações especiais <sup>(ii)</sup>	417	-	417	-
Demais obrigações	624	474	1.811	509
<b>Subtotal</b>	<b>36.039</b>	<b>7.087</b>	<b>40.302</b>	<b>9.458</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Obrigações de aquisições <sup>(i)</sup>	50.249	92.891	27.984	93.103
Meio ambiente	9.547	9.110	14.849	13.812
Provisões para desmobilização <sup>(ii)</sup> (nota 3)	-	-	12.697	-
Ônus de acordo bilateral - Eletropaulo	-	410	-	410
Ajuste financeiro MCSD <sup>(iii)</sup>	-	-	5.934	-
Obrigações especiais <sup>(ii)</sup>	4.030	-	4.030	-
Demais obrigações	2.903	2.548	3.708	2.602
<b>Subtotal</b>	<b>66.729</b>	<b>104.959</b>	<b>69.202</b>	<b>109.927</b>
<b>Total</b>	<b>102.768</b>	<b>112.046</b>	<b>109.504</b>	<b>119.385</b>

(i) De acordo com a publicação do Decreto 9022/2017, em seu artigo 27, os recursos do fundo de reversão e da RGR que foram investidos e não compensados serão corrigidos monetariamente pelos mesmos índices de correção dos ativos. Assim, a Companhia amortizará integralmente os débitos com o fundo da RGR até 31 de dezembro de 2026. A CCEE vem cobrando o referido saldo em parcelas mensais, aplicando juros de 5% a.a.

(ii) Refere-se à parte da contraprestação a ser transferida em troca da aquisição do controle acionário do Complexo Alto Sertão II.

(iii) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, as controladas do Complexo Alto Sertão II desconstruíram um volume total de 100,2 MWh de energia dos parques do LEN 2011 (A-3) para o período de janeiro a dezembro de 2017. Com a mudança de controle para a

## Notas Explicativas

Companhia, ficou estabelecido no contrato de venda para a Renova Comercializadora de Energia S.A, firmado em 03 de agosto de 2017, que a diferença entre a energia comprada e a energia entregue, geraria uma obrigação de ressarcimento, com as mesmas regras do CCEAR com a CCEE, detalhados na nota explicativa nº 18. De acordo com o estabelecido, o ressarcimento é atualizado pelo IPCA e será pago até dezembro de 2020.

- (iv) Em junho de 2018 a Companhia reconheceu provisão no montante de R\$12.530 em contrapartida ao imobilizado, correspondente à expectativa de desembolso futuro para desmantelamento, demolição e todos os demais gastos associados à retirada de serviço de ativos de longo prazo do Complexo Eólico Alto Sertão II. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente da provisão foi de 4,1% na data-base da avaliação.

## 22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para maiores detalhes sobre o capital social, vide nota explicativa nº 23 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A seguir está apresentada a composição acionária da Companhia:

	30.09.2018		31.12.2017	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>				
AES Holdings Brasil Ltda.	477.289.199	61,57	477.289.199	61,57
BNDESPar	111.477.600	14,38	111.477.600	14,38
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	31.228.340	4,03	31.228.340	4,03
Outros	155.179.442	20,02	155.159.742	20,02
<b>Ações ordinárias em circulação</b>	<b>775.174.581</b>	<b>100,00</b>	<b>775.154.881</b>	<b>100,00</b>
Ações em tesouraria	3	-	19.703	-
<b>Total das ações ordinárias</b>	<b>775.174.584</b>	<b>100,00</b>	<b>775.174.584</b>	<b>100,00</b>
<b>Acionistas</b>				
AES Holdings Brasil Ltda.	471.926	0,04	471.926	0,04
BNDESPar	445.910.403	37,40	445.910.403	37,40
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	124.913.360	10,48	124.913.360	10,48
Outros	620.914.627	52,08	620.835.827	52,07
<b>Ações preferenciais em circulação</b>	<b>1.192.210.316</b>	<b>100,00</b>	<b>1.192.131.516</b>	<b>99,99</b>
Ações em tesouraria	12	-	78.812	0,01
<b>Total das ações preferenciais</b>	<b>1.192.210.328</b>	<b>100,00</b>	<b>1.192.210.328</b>	<b>100,00</b>
<b>Total das ações</b>	<b>1.967.384.912</b>		<b>1.967.384.912</b>	

## Notas Explicativas

### 22.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	30.09.2018	31.12.2017
<u>Reservas de capital:</u>		
Reserva especial de ágio na incorporação	186.570	186.570
Remuneração das imobilizações em curso - capital próprio	9.405	9.405
Ações e opções de ações outorgadas	2.722	2.414
Ações em tesouraria	264	117
<b>Subtotal</b>	<b>198.961</b>	<b>198.506</b>
<u>Avaliação patrimonial:</u>		
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	758.266	801.742
<u>Outros resultados abrangentes:</u>		
Plano de previdência privada - ganho (perda) atuarial, líquido de impostos	770	770
Hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos	(482)	624
<b>Subtotal</b>	<b>288</b>	<b>1.394</b>
<u>Reservas de lucro:</u>		
Reserva legal	83.329	83.329
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	47.678
Reserva de investimentos	8.463	8.463
<b>Subtotal</b>	<b>91.792</b>	<b>139.470</b>
<b>Total</b>	<b>1.049.307</b>	<b>1.141.112</b>

Para maiores detalhes sobre as reservas de capital e de lucro, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes, vide nota explicativa nº 23.1 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### 22.2 Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2017, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada proposta da Administração da Companhia para distribuição de dividendos complementares no montante de R\$47.677, correspondente a R\$ 0,02423384513 por ação ordinária e preferencial e R\$ 0,12116922565 por *unit* referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este valor estava classificado no patrimônio líquido sob a rubrica “proposta de distribuição de dividendos adicionais”. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 24 de abril de 2018, foi aprovada sua distribuição, sendo o pagamento realizado em 25 de julho de 2018.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de dezembro de 2017, foi aprovada a distribuição dos juros sobre o capital próprio, não imputáveis ao dividendo obrigatório referentes ao exercício de 2016, no montante de R\$12.425 correspondente a R\$0,00631571829 por ação ordinária e preferencial e R\$0,03157859145 por *unit*. A Companhia realizou o pagamento no montante de R\$12.425 em 10 de janeiro de 2018.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$68.799 correspondente a R\$0,03496966957 por ação ordinária e preferencial e R\$0,17484834785 por *unit* referente ao período encerrado em 31 de março de 2018. O pagamento foi realizado em 25 de julho de 2018.

## Notas Explicativas

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de agosto de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$103.700 correspondente a R\$ 0,05270980253 por ação ordinária e preferencial e R\$ 0,26354901265 por *unit* referente ao período encerrado em 30 de junho de 2018. O pagamento foi realizado em 10 de outubro de 2018.

### 23 RESULTADO POR AÇÃO

O objetivo do cálculo do resultado por ação é o de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Durante o primeiro trimestre de 2018, a Companhia concluiu a venda das ações em tesouraria oriundas dos acionistas que exerceram seu direito de retirada em 07 de julho de 2017. O total da venda destas ações foi de 19.700 ações ordinárias e 78.800 ações preferenciais, nos montantes de R\$43 e R\$172, respectivamente. A média ponderada foi ajustada prospectivamente a partir da data de aquisição.

As ações preferenciais e ordinárias da Companhia possuem direitos econômicos equivalentes.

#### 23.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

A tabela a seguir apresenta o resultado básico por ação para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017, excluindo as ações ordinárias e preferenciais mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora			
	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017
<b>Numerador:</b>				
Resultado líquido do período	35.368	183.085	37.944	254.922
<b>Denominador (em milhares de ações):</b>				
Média ponderada do número de ações ordinárias	775.175	775.168	775.146	775.165
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.192.210	1.192.185	1.192.097	1.192.172
Remuneração das ações preferenciais - idênticas às ordinárias	1,00	1,00	1,00	1,00
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	1.192.210	1.192.185	1.192.097	1.192.172
<b>Denominador ajustado</b>				
Denominador para lucro básico por ação	1.967.385	1.967.353	1.967.243	1.967.337
Denominador para lucro básico por ação ajustado	1.967.385	1.967.353	1.967.243	1.967.337
<b>Resultado básico por ação (R\$ por ação)</b>				
Resultado básico por ação ordinária	0,01798	0,09306	0,01929	0,12958
Resultado básico por ação preferencial	0,01798	0,09306	0,01929	0,12958
Resultado básico por Unit	0,08989	0,46531	0,09644	0,64789

#### Resultado atribuível aos acionistas:

	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017
Ordinárias	13.935	72.138	14.946	100.431
Preferenciais	21.433	110.947	22.998	154.491
<b>Total</b>	<b>35.368</b>	<b>183.085</b>	<b>37.944</b>	<b>254.922</b>

#### 23.2 Demonstração do cálculo do lucro por ação - diluído

Conforme mencionado na nota explicativa 22.1, a Companhia possui uma reserva especial de ágio no montante de R\$186.570 (R\$186.570 em 31 de dezembro de 2017), que poderá ser capitalizada a favor de sua controladora AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR Participações

## Notas Explicativas

S.A., sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio são consideradas diluidoras para o cálculo do resultado por ação diluído da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas.

Caso a reserva seja capitalizada em favor dos acionistas AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR com emissão de 100% das ações e nenhum acionista minoritário exerça seu direito de participar do aumento de capital, o percentual dos demais acionistas reduziria de 47,38% para 45,17% em 30 de setembro de 2018, considerando os preços das ações nesta mesma data.

	Controladora			
	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017
<b>Numerador:</b>				
Resultado líquido do período	35.368	183.085	37.944	254.922
<b>Denominador incluindo ações a serem subscritas com a totalidade da reserva de ágio (em milhares de ações):</b>				
Média ponderada do número de ações ordinárias	812.681	812.674	800.408	800.427
Média ponderada do número de ações preferenciais	1.251.095	1.251.070	1.231.490	1.231.565
<b>Resultado diluído por ação (R\$ por ação)</b>				
Resultado diluído por ação ordinária	0,01714	0,08871	0,01867	0,12545
Resultado diluído por ação preferencial	0,01714	0,08871	0,01867	0,12545
Resultado diluído por Unit	0,08569	0,44357	0,09337	0,62727

### Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio

	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017
Ordinárias	13.935	72.138	14.946	100.431
Preferenciais	21.433	110.947	22.998	154.491
<b>Total</b>	<b>35.368</b>	<b>183.085</b>	<b>37.944</b>	<b>254.922</b>

## 24 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora							
	01.07.2018 a 30.09.2018		01.01.2018 a 30.09.2018		01.07.2017 a 30.09.2017		01.01.2017 a 30.09.2017	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	2.461.340	418.638	7.136.675	1.201.977	2.654.702	428.216	7.670.225	1.222.394
Mercado de curto prazo								
MRE	(28.175)	(334)	138.466	13	1.103.923	12.216	1.963.844	20.561
SPOT	263.799	127.576	674.555	220.058	(14.147)	12.574	262.463	62.115
Outros	-	929	-	12.718	-	(11.156)	-	4.989
Leilão - Eletropaulo (nota 28.1)	-	-	-	-	-	-	122.648	18.511
Leilão - Outras empresas	57.366	8.914	174.099	27.052	61.080	9.219	192.550	29.218
Outras receitas	-	243	-	385	-	95	-	190
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>2.754.330</b>	<b>555.966</b>	<b>8.123.795</b>	<b>1.462.203</b>	<b>3.805.557</b>	<b>451.164</b>	<b>10.211.729</b>	<b>1.357.978</b>
PIS e Cofins	-	(51.085)	-	(134.268)	-	(40.931)	-	(123.335)
ICMS	-	(3.676)	-	(10.655)	-	(8.666)	-	(24.628)
Pesquisa e desenvolvimento	-	(4.838)	-	(12.645)	-	(3.806)	-	(11.484)
ISS	-	(1)	-	(2)	-	-	-	-
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.754.330</b>	<b>496.366</b>	<b>8.123.795</b>	<b>1.304.633</b>	<b>3.805.557</b>	<b>397.761</b>	<b>10.211.729</b>	<b>1.198.531</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado							
	01.07.2018 a 30.09.2018		01.01.2018 a 30.09.2018		01.07.2017 a 30.09.2017		01.01.2017 a 30.09.2017	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	2.461.340	418.638	7.136.675	1.201.977	2.654.702	428.216	7.670.225	1.222.394
Mercado de curto prazo								
MRE	(28.175)	(334)	138.466	13	1.103.923	12.216	1.963.844	20.561
SPOT	293.033	137.993	730.054	236.381	23.811	33.297	300.421	82.838
Outros	-	929	-	12.718	-	(11.156)	-	4.989
Leilão - Eletropaulo (nota 28.1)	-	-	-	-	-	-	122.648	18.511
Leilão - Outras empresas	57.366	8.914	174.099	27.052	61.080	9.219	192.550	29.218
LER 2010	194.307	36.755	497.870	94.177	130.954	19.623	130.954	19.623
LER 2014	18.336	4.910	18.336	4.910	-	-	-	-
LEN 2011	90.431	13.448	252.606	37.565	6.228	538	6.228	538
Renova comercializadora	-	-	-	-	148.064	21.934	148.064	21.934
Partes relacionadas (nota 28.1)	-	6.575	-	7.704	-	-	-	-
Outras receitas	-	748	-	1.368	-	1.297	-	3.409
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>3.086.638</b>	<b>628.576</b>	<b>8.948.106</b>	<b>1.623.865</b>	<b>4.128.761</b>	<b>515.184</b>	<b>10.534.933</b>	<b>1.424.015</b>
PIS e Cofins	-	(55.120)	-	(143.603)	-	(43.270)	-	(125.860)
ICMS	-	(3.676)	-	(10.655)	-	(8.666)	-	(24.628)
Pesquisa e desenvolvimento	-	(4.838)	-	(12.645)	-	(3.806)	-	(11.484)
ISS	-	(98)	-	(110)	-	(19)	-	(63)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.086.638</b>	<b>564.844</b>	<b>8.948.106</b>	<b>1.456.852</b>	<b>4.128.761</b>	<b>459.423</b>	<b>10.534.933</b>	<b>1.261.980</b>

## 25 CUSTO DA ENERGIA COMPRADA E TRANSMISSÃO

	Controladora							
	01.07.2018 a 30.09.2018		01.01.2018 a 30.09.2018		01.07.2017 a 30.09.2017		01.01.2017 a 30.09.2017	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	719.385	(253.802)	1.309.668	(364.033)	853.099	(198.260)	1.601.279	(338.450)
Contratos com partes relacionadas (nota 28.1)	119.895	(29.560)	355.827	(87.729)	-	-	-	-
Mercado de curto prazo								
MRE	(70.909)	(471)	(6.514)	(4.765)	-	-	-	-
SPOT	-	654	-	2.774	49.748	(570)	59.655	10.665
Outros	-	1.135	-	(4.025)	-	(2.626)	-	(2.762)
Encargos de transmissão	-	(37.215)	-	(106.779)	-	(32.067)	-	(96.702)
Encargos de conexão	-	(713)	-	(2.232)	-	(759)	-	(2.593)
PIS crédito	-	5.910	-	11.282	-	3.908	-	8.180
COFINS crédito	-	27.216	-	51.962	-	18.000	-	37.679
<b>Total</b>	<b>768.371</b>	<b>(286.846)</b>	<b>1.658.981</b>	<b>(503.545)</b>	<b>902.847</b>	<b>(213.374)</b>	<b>1.660.934</b>	<b>(383.983)</b>

	Consolidado							
	01.07.2018 a 30.09.2018		01.01.2018 a 30.09.2018		01.07.2017 a 30.09.2017		01.01.2017 a 30.09.2017	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Contratos bilaterais	718.509	(253.802)	1.313.275	(365.041)	853.099	(198.260)	1.601.279	(338.450)
Mercado de curto prazo								
MRE	(70.909)	(471)	(6.514)	(4.765)	-	-	-	-
SPOT	(906)	(623)	27.111	(4.803)	49.748	(1.265)	59.655	9.970
Outros	-	1.135	-	(4.025)	-	(2.626)	-	(2.762)
Encargos de transmissão	-	(41.005)	-	(117.908)	-	(35.508)	-	(99.143)
Encargos de conexão	-	(1.002)	-	(2.928)	-	(759)	-	(2.593)
PIS crédito	-	5.910	-	11.282	-	3.908	-	8.180
COFINS crédito	-	27.217	-	51.962	-	18.000	-	37.679
<b>Total</b>	<b>646.694</b>	<b>(262.641)</b>	<b>1.333.872</b>	<b>(436.226)</b>	<b>902.847</b>	<b>(216.510)</b>	<b>1.660.934</b>	<b>(387.119)</b>

## 26 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora			
	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017
Ônus de acordo bilateral - Eletropaulo	-	-	-	(7.738)
Seguros	(2.499)	(7.370)	(2.140)	(6.434)
Contribuições setoriais	(1.377)	(5.356)	(1.475)	(4.752)
Perdas no recebimento de créditos de liquidação duvidosa	-	(2.343)	-	-
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	(75)	(1.431)	(10)	(4.497)
Doações ao Instituto AES Brasil (nota 28.1)	-	-	(482)	(1.132)
Arrendamentos e aluguéis	(136)	(1.777)	(177)	(825)
Outros	(1.091)	(1.563)	(241)	(695)
<b>Total</b>	<b>(5.178)</b>	<b>(19.840)</b>	<b>(4.525)</b>	<b>(26.073)</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado			
	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017
Ônus de acordo bilateral - Eletropaulo	-	-	-	(7.738)
Seguros	(2.862)	(8.325)	(2.415)	(6.709)
Contribuições setoriais	(1.420)	(5.554)	(1.608)	(4.885)
Perdas no recebimento de créditos de liquidação duvidosa	-	(2.343)	-	-
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	(75)	(1.431)	(10)	(4.497)
Doações ao Instituto AES Brasil (nota 28.1)	-	-	(482)	(1.132)
Arrendamentos e aluguéis	(1.020)	(4.083)	(624)	(1.272)
Outros	(1.145)	(1.572)	(412)	(867)
<b>Total</b>	<b>(6.522)</b>	<b>(23.308)</b>	<b>(5.551)</b>	<b>(27.100)</b>

## 27 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de aplicações financeiras	30.731	81.460	29.369	69.638
Renda de cauções e depósitos judiciais	1.992	6.365	1.141	1.361
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.529)	(4.120)	(1.453)	(3.357)
Outras	167	788	753	1.105
<b>Total</b>	<b>31.361</b>	<b>84.493</b>	<b>29.810</b>	<b>68.747</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas	(57.896)	(162.489)	(57.931)	(148.313)
Prêmio de resgate antecipado	-	-	-	(7.639)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	(13.054)	(29.835)	(1.221)	(11.807)
Atualizações monetárias - P&D e Eficiência Energética	(272)	(814)	(428)	(1.468)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso <sup>(1)</sup>	(1.622)	1.334	2.652	7.969
Cartas de fiança e seguros garantia	(1.096)	(2.434)	(454)	(1.466)
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(41)	(233)	(9)	(356)
Atualização monetária GSF (nota 13)	(21.305)	(66.399)	127	7.700
Atualização monetária sobre ônus de acordo bilateral - Eletropaulo	(36)	(165)	(155)	(298)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(1.477)	(3.545)	133	(236)
Atualização monetária de passivo ambiental	(173)	(510)	(230)	(786)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	(1.431)	(3.968)	-	-
Outras	198	(2.353)	667	(1.345)
<b>Total</b>	<b>(98.205)</b>	<b>(271.411)</b>	<b>(56.849)</b>	<b>(158.045)</b>
<b>Variações Cambiais, líquidas</b>				
Ganho (Perda) sobre o repasse de energia - Itaipú (nota 19.1)	(1.945)	(9.139)	1.841	1.196
Marcação a mercado da opção (nota 30.2)	6.571	22.102	(549)	(549)
Outras	(22)	(112)	16	11
<b>Total</b>	<b>4.604</b>	<b>12.851</b>	<b>1.308</b>	<b>658</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(62.240)</b>	<b>(174.067)</b>	<b>(25.731)</b>	<b>(88.640)</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado			
	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de aplicações financeiras	29.731	84.822	30.158	70.499
Renda de cauções e depósitos judiciais	1.992	6.365	1.141	1.361
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.594)	(4.380)	(1.490)	(3.397)
Outras	270	891	753	1.105
<b>Total</b>	<b>30.399</b>	<b>87.698</b>	<b>30.562</b>	<b>69.568</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas	(81.187)	(232.869)	(73.276)	(163.658)
Prêmio de resgate antecipado	-	-	-	(7.639)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	(15.994)	(39.871)	(6.780)	(17.366)
Atualizações monetárias - P&D e Eficiência Energética	(272)	(814)	(428)	(1.468)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso <sup>(i)</sup>	2.588	5.544	2.652	7.969
Cartas de fiança e seguros garantia	(1.133)	(9.001)	(3.636)	(4.648)
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(73)	(508)	(9)	(357)
Atualização monetária GSF (nota 13)	(21.305)	(66.399)	127	7.700
Atualização monetária sobre ônus de acordo bilateral - Eletropaulo	(36)	(165)	(155)	(298)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(1.477)	(3.545)	133	(236)
Atualização monetária de passivo ambiental	(173)	(510)	(230)	(786)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	(1.431)	(3.968)	-	-
Outras	(656)	(4.137)	(612)	(2.625)
<b>Total</b>	<b>(121.149)</b>	<b>(356.243)</b>	<b>(82.214)</b>	<b>(183.412)</b>
<b>Variações Cambiais, líquidas</b>				
Ganho (Perda) sobre o repasse de energia - Itaipú (nota 19.1)	(1.945)	(9.139)	1.841	1.196
Marcação a mercado da opção (nota 30.2)	6.571	22.102	(549)	(549)
Marcação a mercado do NDF (nota 30.2)	(3.904)	775	-	-
Outras	2.093	2.001	16	11
<b>Total</b>	<b>2.815</b>	<b>15.739</b>	<b>1.308</b>	<b>658</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(87.935)</b>	<b>(252.806)</b>	<b>(50.344)</b>	<b>(113.186)</b>

- (i) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 9,5% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 (12,8% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017), sobre os ativos qualificáveis.

## Notas Explicativas

### 28 PARTES RELACIONADAS

#### 28.1 Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
<b>Ativo</b>				
Máquinas e equipamentos (nota 11)				
Boa Hora 3 (i)	-	-	11.982	400
Adiantamento para futuro aumento de capital (viii)	21.716	-	-	-
	<b>21.716</b>	<b>-</b>	<b>11.982</b>	<b>400</b>
<b>Passivo</b>				
Fornecedores (nota 13)				
Eletropaulo - sublocação (ii)	-	101	-	101
Compra de energia - Caetité (vii)	1.330	-	-	-
Compra de energia - Ametista (vii)	1.293	-	-	-
Compra de energia - Dourados (vii)	1.228	-	-	-
Compra de energia - Pilões (vii)	1.219	-	-	-
Compra de energia - Pelourinho (vii)	1.098	-	-	-
Compra de energia - Borgo (vii)	903	-	-	-
Compra de energia - Serra do Espinhaço (vii)	828	-	-	-
Compra de energia - Espigão (vii)	456	-	-	-
Compra de energia - Maron (vii)	1.284	-	-	-
AES Tietê Integra (iii)	-	20	-	-
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	4.278	-
Outras obrigações (nota 21)				
Ônus de acordo bilateral - Eletropaulo (iv) <sup>(1)</sup>	-	5.333	-	5.333
Obrigações com entidade de previdência privada (nota 17)				
FUNCESP - Obrigações pós-emprego (v)	5.488	3.954	5.488	3.954
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar - AES Holdings Brasil	25.183	2.565	25.183	2.565
	<b>40.310</b>	<b>11.973</b>	<b>34.949</b>	<b>11.953</b>

	Controladora			
	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017
<b>Resultado</b>				
Receita operacional líquida				
Eletropaulo - Leilão (iv) (nota 21)	-	-	-	18.511
Energia elétrica comprada para revenda (vii)				
Compra de energia - Caetité	(4.080)	(12.109)	-	-
Compra de energia - Ametista	(3.966)	(11.771)	-	-
Compra de energia - Dourados	(3.766)	(11.178)	-	-
Compra de energia - Pilões	(3.738)	(11.093)	-	-
Compra de energia - Pelourinho	(3.367)	(9.992)	-	-
Compra de energia - Borgo	(2.768)	(8.214)	-	-
Compra de energia - Serra do Espinhaço	(2.539)	(7.537)	-	-
Compra de energia - Espigão	(1.398)	(4.149)	-	-
Compra de energia - Maron	(3.938)	(11.686)	-	-
FUNCESP - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (v) (nota 17)	(842)	(2.528)	(872)	(2.614)
Outras despesas operacionais				
Sublocação: Eletropaulo (ii) <sup>(1)</sup>	-	(634)	(374)	(890)
Doações ao Instituto AES Brasil (vi)	-	-	(482)	(1.132)
Ônus de acordo bilateral - Eletropaulo (iv)	-	-	-	(7.738)
Resultado financeiro				
Variações Monetárias - atualização do ônus de acordo bilateral (iv)	(36)	(165)	(155)	(298)
	<b>(30.438)</b>	<b>(91.056)</b>	<b>(1.883)</b>	<b>5.839</b>

## Notas Explicativas

	Consolidado			
	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017
<b>Resultado</b>				
Receita operacional líquida				
AES Tietê Integra (i)	6.575	7.704	-	-
FUNCESP - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (v) (nota 17)	(842)	(2.528)	(872)	(2.614)
Outras despesas operacionais				
Sublocação: Eletropaulo (ii) (*)	-	(634)	(374)	(890)
Doações ao Instituto AES Brasil (vi)	-	-	(482)	(1.132)
Ônus de acordo bilateral - Eletropaulo (iv)	-	-	-	(7.738)
Resultado financeiro				
Variações Monetárias - atualização do ônus de acordo bilateral (iv)	(36)	(165)	(155)	(298)
	<b>5.697</b>	<b>4.377</b>	<b>(1.883)</b>	<b>(12.672)</b>

- (\*) As transações com a Eletropaulo estão sendo demonstradas como parte relacionada até 04 de junho de 2018, data em que a sua controladora direta AES Holdings Brasil Ltda vendeu a totalidade das suas ações para Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A.
- (i) Contrato de prestação de serviços entre as controladas AES Tietê Integra e Boa Hora 3, tendo como finalidade a construção de uma subestação para conexão do Complexo Solar Boa Hora, com vigência até dezembro de 2018.
- (ii) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a Eletropaulo (sublocadora) e a Companhia (sublocatária), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do despacho nº. 2.804/2012. Em abril de 2018 houve rescisão desde contrato, sem ônus para a Companhia.
- (iii) Contrato de prestação de serviços celebrado entre a controlada AES Tietê Integra e Companhia, tendo como finalidade o reparo e manutenção de equipamentos elétrico e eletrônico, com vigência de 30 dias.
- (iv) A partir de janeiro de 2016, a Companhia passou a vender energia através de leilão - CCEAR, em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela ANEEL, para a Eletropaulo. O contrato tem prazo de duração de 3 anos e preço médio de R\$142,00, e o volume envolvido é de aproximadamente 49,7 MWh. Por se tratar de um contrato regulado, o mesmo não foi submetido à anuência da ANEEL. A rescisão deste contrato foi aprovada a partir de maio de 2017 e a Companhia arcou com o ônus tarifário da Eletropaulo no montante de R\$7.738.
- (v) A Companhia é parte integrante do Conselho Deliberativo do fundo, possuindo influência significativa na administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário com a FUNCESP estão demonstrados na nota explicativa nº 17.
- (vi) A Companhia integra os membros associados do Instituto AES Brasil. A partir de 2017, o Instituto AES Brasil consolida a atuação social voluntária das empresas do Grupo AES Brasil visando dar maior capilaridade e impacto aos projetos já existentes, e criar novas possibilidades de impacto social. As doações efetuadas ao Instituto AES Brasil têm o objetivo de subsidiar projetos que impulsionem a inovação social, viabilizando novas soluções de energia e de geração de renda que promovam transformações positivas na vida das pessoas e das comunidades.
- (vii) A partir de janeiro de 2018, a Companhia passou a comprar energia das SPEs do Complexo Alto Sertão II através do MCSD, em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE. O contrato tem validade até 31 de dezembro de 2018, preço médio de R\$246,55 e volume envolvido de aproximadamente 54,3 MWh. Os preços e termos desta transação são efetuados nas mesmas condições às transações realizadas com terceiros.
- (viii) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) efetuado para a controlada Boa Hora 3 em 06 de abril de 2018, com a finalidade financiar a construção do complexo Solar.

## Notas Explicativas

### 28.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração nos trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	01.07.2018 a 30.09.2018	01.01.2018 a 30.09.2018	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017
Benefícios de curto prazo (a)	1.409	4.203	1.480	4.353
Benefícios pós-emprego (b)	23	88	19	56
Outros benefícios de longo prazo (c)	73	193	69	157
Benefícios de rescisão contrato de trabalho	-	335	-	-
Remuneração baseada em ações (d)	66	176	38	140
<b>Total</b>	<b>1.571</b>	<b>4.995</b>	<b>1.606</b>	<b>4.706</b>

- Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e
- Compostos por ações e opções de ações da The AES Corporation outorgadas à alta administração.

A remuneração dos administradores é aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela The AES Corporation.

## 29 SEGUROS

Em 30 de setembro de 2018, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais - (Hidrelétricas e Eólicas)	31/12/2017	31/12/2018	3.250.000
Seguro terrorismo	31/12/2017	31/12/2018	975.000
Vida em grupo	01/01/2018	01/01/2019	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.833
Responsabilidade civil geral (Hidrelétricas e Eólicas)	01/04/2018	01/04/2019	40.000
Riscos ambientais	01/04/2018	01/04/2019	10.000
Frota veículos - RCF	01/04/2018	01/04/2019	RCFV Garantia única R\$ 1.000
Responsabilidade civil de administradores- D&O	01/04/2018	01/04/2019	100.000

Os limites de proteção são compartilhados entre algumas empresas do Grupo AES, com exceção do seguro de frota veículos - RCF, que tem limite de proteção contratado individualmente por veículo. Para todos os seguros, o prêmio é pago individualmente por cada empresa, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice.

O seguro terrorismo é complementar ao seguro de riscos operacionais e faz parte do programa de proteção dos ativos do Grupo AES Brasil.

## Notas Explicativas

As apólices corporativas de Responsabilidade Civil Geral, Riscos Ambientais e D&O passaram a contemplar os parques eólicos adquiridos.

### 30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

#### 30.1 Instrumentos financeiros

##### 30.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

	Notas	Consolidado				Categoria
		30.09.2018		31.12.2017		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Caixa e Equivalentes de caixa	4	54.831	54.831	134.593	134.593	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	4	1.218.962	1.218.962	1.069.928	1.069.928	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5	417.600	417.600	326.070	326.070	Custo amortizado
Derivativos - opções de moeda estrangeira	30.2	217	217	13.163	13.163	Valor justo por meio do resultado
Derivativos - ganhos não realizados em operações de hedge	30.2	-	-	945	945	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Cauções e depósitos vinculados	9	218.587	218.587	221.188	221.188	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>1.910.197</b>	<b>1.910.197</b>	<b>1.765.887</b>	<b>1.765.887</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Fornecedores	13	1.151.639	1.151.639	843.105	843.105	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	4.144.385	4.159.872	3.589.621	3.596.962	Custo amortizado
Derivativos - Non-Deliberable Forward (NDF)	30.2	3.212	3.212	-	-	Valor justo por meio do resultado
Derivativos - perdas não realizados em operações de hedge	30.2	731	731	-	-	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		104.744	104.744	11.646	11.646	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>5.404.711</b>	<b>5.420.198</b>	<b>4.444.372</b>	<b>4.451.713</b>	

A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e fundo de investimento, os quais são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e suas controladas optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

##### 30.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	30.09.2018			31.12.2017				
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>ATIVO</b>								
Investimentos de curto prazo	1.218.962	-	1.218.962	-	1.069.928	-	1.069.928	
Derivativos - opções de compra de moeda estrangeira	217	-	217	-	13.163	-	13.163	
Derivativos - ganhos não realizados em operações de hedge	-	-	-	-	945	-	945	
<b>Total - Ativo</b>	<b>1.219.179</b>	<b>-</b>	<b>1.219.179</b>	<b>-</b>	<b>1.084.036</b>	<b>-</b>	<b>1.083.091</b>	
<b>PASSIVO</b>								
Derivativos - Non-Deliberable Forward (NDF)	3.212	-	3.212	-	-	-	-	
Derivativos - perdas não realizados em operações de hedge	731	-	-	731	11.646	-	11.646	
<b>Total - Passivo</b>	<b>3.943</b>	<b>-</b>	<b>3.212</b>	<b>731</b>	<b>11.646</b>	<b>-</b>	<b>11.646</b>	

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

## Notas Explicativas

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2.

### 30.1.3 Exposição ao risco de preços entre submercados que são objeto de hedge de fluxo de caixa

A Companhia está exposta a risco de diferenças de preços entre submercados decorrentes de contratos de venda de energia no submercado Nordeste e da alocação de energia no MRE, caso esta se dê em um submercado distinto daquele onde a energia é gerada. A hidrologia crítica que vem se realizando no submercado Nordeste nos últimos anos indica que as diferenças de preços entre os submercados podem se manter nos próximos anos.

Com o objetivo de mitigar o risco referente ao contrato de venda de energia no Nordeste, a Companhia efetuou operações de compra no submercado Nordeste e revenda do volume no submercado Sudeste, que foram realizadas com a mesma contraparte para travar a exposição dos preços de submercados para o ano de 2018. Estas operações de compra e venda de energia foram firmadas com o objetivo exclusivo de mitigação de risco.

Além das referidas compras, as controladas do LEN 2011 pertencentes ao Complexo Alto Sertão II participaram do MCSD A-0 de abril a dezembro/18 e revenderam parte desta energia no Sudeste a um preço superior aos contratados no ACR. Esta operação além de proporcionar ganhos comerciais para a Companhia também inverteu a exposição no Nordeste, anteriormente compradora no submercado.

Em função das características dos referidos contratos, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de hedge de fluxo de caixa para o seu registro contábil.

Para que uma relação de cobertura seja classificada como *hedge accounting*, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, foram executados testes prospectivos e retrospectivos de modo a demonstrar que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada deve ser reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

A metodologia de contabilização e apuração deste instrumento financeiro leva em consideração o valor justo, classificado na hierarquia nível 3, no reconhecimento inicial e a cada período em que são novamente mensurados. Como técnica de valoração do valor justo, a Companhia usou um modelo desenvolvido internamente e aplicou técnicas de avaliação do valor presente por desconto de fluxo de caixa futuros dos contratos de compra e venda de energia. As premissas foram definidas com base em informações históricas de mercado, indicadores macroeconômicos e projeções do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). Na projeção do PLD utilizou-se modelos computacionais para formação de preço, além de premissas internas como hidrologia, despacho térmico, expansão da matriz energética e projeções da carga.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge de fluxo de caixa” foi reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes no montante de R\$731 em contrapartida ao passivo, na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”. Os valores acumulados no patrimônio serão transferidos para o resultado quando o item protegido afetar o resultado do exercício, de acordo com a competência. Até 30 de setembro de 2018, o valor reconhecido no resultado com efeito redutor do custo com energia comprada no mercado de curto prazo foi no montante de R\$2.518.

## Notas Explicativas

### 30.2 Instrumentos derivativos

Com o objetivo de minimizar impactos negativos e obter cobertura de risco de câmbio na compra futura de painéis solares fotovoltaicos e inversores para o Complexo Solar Boa Hora, AGV e Geração Distribuída (GD), em 2017, a Companhia contratou operações de compra de opções de compra de moeda estrangeira, com contrapartes diferentes. A contratação destas operações não apresenta caráter especulativo. Após o vencimento das opções e com objetivo de proteger pagamentos futuros em moeda estrangeira oriundos de contratos de construção do Complexo Eólico Boa Hora, durante o segundo trimestre de 2018, as controladas Boa Hora 1, Boa Hora 2 e Boa Hora 3 contrataram *Non-Deliberable Forward* (NDF), com vencimento até setembro de 2018. Adicionalmente, durante o terceiro trimestre de 2018, as controladas AGV IV, AGV V e AGV VI contrataram NDF, com vencimento até fevereiro de 2019.

As opções foram inicialmente reconhecidas aos seus valores justos na data de contratação e foram posteriormente atualizados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente. O valor justo das opções foi calculado com base no Modelo Black Scholes de Precificação de Opções, envolvendo as seguintes variáveis: valor do ativo objeto, preço de exercício da opção, taxa de juros, prazo e volatilidade. As NDF são ajustadas ao valor justo com base na cotação do dólar-americano, divulgado pela Bloomberg. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

A volatilidade (“vol”) foi determinada com base nos cálculos da precificação média do mercado, dólar futuro e outras variáveis aplicáveis, tendo a vol da opção de dólar uma variação média de 34,28%.

Em 30 de setembro de 2018, os montantes ainda contratados foram de US\$30.120 mil, que representam R\$123.854, com vencimentos entre 03 de outubro de 2018 a 11 de fevereiro de 2019. O preço médio de exercício das opções de dólar é de R\$3,39 e o preço médio das NDF's é de R\$ 4,11. Os ganhos e perdas das opções e NDF's foram registrados no resultado financeiro da controladora e consolidado, nos montantes de R\$22.102 e R\$22.877, respectivamente (nota explicativa nº 27). A contrapartida destes ganhos está registrada na rubrica Instrumentos financeiros derivativos.

### 30.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

#### (a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia e suas controladas contam com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e *Compliance*.

##### Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

## Notas Explicativas

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, *compliance*, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. Para assessoramento da Diretoria Executiva, existe o Comitê de Gestão de Riscos, que tem como principal objetivo a supervisão e monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos, onde são avaliados e validados os modelos de Gestão de Risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia além de aprovar metas e ações e priorizar recursos para mitigação dos riscos aos qual a Companhia está exposta.

Compete ao Conselho Fiscal fiscalizar a avaliação dos riscos prioritários da Companhia bem como, em bases periódicas, discutir com a administração sua percepção quanto aos riscos tangíveis e intangíveis identificados pela Administração.

### Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou procedimentos internos.

### Auditoria Interna

A Companhia conta com uma área de Auditoria Interna, que atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados e o terceiro os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a Lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

A Companhia realiza anualmente uma auto-avaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a eficácia dos controles chave implementados para garantir a exatidão das demonstrações contábeis. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possuam impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, quando aplicável, e Auditoria Interna.

O plano de auditoria é aprovado pelo Comitê de Auditoria da AES Corporation, pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e a evolução das implementações ou regularizações dos planos de ação são apresentados periodicamente aos Diretores, Vice-Presidentes e Conselho Fiscal.

## Notas Explicativas

### Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia, conduzido pela área de Ética e Compliance, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas informações contábeis intermediárias, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

#### **(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

##### **(b.1) Risco de crédito**

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

#### Contas a receber

A partir de 1º de janeiro de 2016, as vendas de energia da Companhia estão sendo efetuadas para consumidores livres, comercializadoras, distribuidoras e geradoras por meio de contratos bilaterais e em contratos no ambiente regulado (leilões de energia), tanto no longo como no curto prazo. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a *bureaus* de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

As vendas realizadas no ambiente regulado possuem como garantia os recebíveis da parte contratante, os quais são firmados por meio de contratos de constituição de garantias.

#### Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da

## Notas Explicativas

carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, *rating* inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 30 de setembro de 2018 é a seguinte:

	<b>30.09.2018</b>
Caixa e equivalentes de caixa	54.831
Investimentos de curto prazo	1.218.962
Contas a receber de clientes	417.600
Derivativos - opções de compra de moeda estrangeira	217
<b>Total da exposição</b>	<b>1.691.610</b>

### (b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 15)	3.042.726	2.458.404	4.144.385	3.589.621
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(5.535)	(44.294)	(54.831)	(134.593)
Investimentos de curto prazo (nota 4)	(1.165.805)	(1.067.545)	(1.218.962)	(1.069.928)
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.871.386</b>	<b>1.346.565</b>	<b>2.870.592</b>	<b>2.385.100</b>
Patrimônio líquido	1.520.014	1.557.690	1.520.014	1.557.690
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>123,12%</b>	<b>86,45%</b>	<b>188,85%</b>	<b>153,12%</b>

## Notas Explicativas

Do endividamento financeiro total consolidado em 30 de setembro de 2018, 2,65% (28,26% em 31 de dezembro de 2017) era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 4,4 anos (4,2 anos em 31 de dezembro de 2017).

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 15.7.

### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” e “Empréstimos e Financiamentos” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 15. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 30 de setembro de 2018	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	217.389	934.250	-	-	-
Debêntures	38.103	64.510	196.763	2.799.449	818.605
Empréstimos e financiamentos	16.296	40.469	114.067	190.777	564.729
Arrendamento financeiro	85	338	276	203	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	103.700	1.044	-	-	-
Derivativos - perdas não realizados em operações de hedge	731	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>376.304</b>	<b>1.040.611</b>	<b>311.106</b>	<b>2.990.429</b>	<b>1.383.334</b>

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI, IPCA e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 30 de setembro de 2018.

### (b.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

#### Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do DI, IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

Em 30 de setembro de 2018, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs, debêntures, operações compromissadas e fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

## Notas Explicativas

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de setembro de 2018 é:

	<b>30.09.2018</b>
Investimentos de curto prazo	1.218.962
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 15)	(4.186.129)
<b>Total da exposição líquida</b>	<b>(2.967.167)</b>

Os montantes de debêntures, empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, IPCA e TJLP, não contemplam os saldos de custos a amortizar.

### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros e moeda estrangeira

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos, nas dívidas, nas NDF's e nas opções de compra e venda aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 30 de setembro de 2018, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2018, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

### Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, debêntures, empréstimos e financiamentos.

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 30.09.2018	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,41%	5,11%	6,81%	8,51%	10,22%
Investimentos de curto prazo	CDI	1.218.962	41.567	62.289	83.011	103.734	124.578
<b>Impacto no resultado</b>			<b>41.567</b>	<b>62.289</b>	<b>83.011</b>	<b>103.734</b>	<b>124.578</b>
Dívidas	Risco	Posição em 30.09.2018	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,41%	5,11%	6,81%	8,51%	10,22%
Debêntures - 6ª Emissão (1ª Série)	CDI	(705.018)	(30.603)	(42.696)	(54.789)	(66.882)	(79.046)
Debêntures - 7ª Emissão (1ª Série)	CDI	(520.614)	(20.552)	(29.449)	(38.345)	(47.242)	(56.191)
Debêntures - 7ª Emissão (2ª Série)	CDI	(756.938)	(35.987)	(49.023)	(62.058)	(75.093)	(88.205)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(87.142)</b>	<b>(121.168)</b>	<b>(155.192)</b>	<b>(189.217)</b>	<b>(223.442)</b>
IPCA			1,99%	2,99%	3,98%	4,98%	5,97%
Debêntures - 1ª Emissão (1ª Série)	IPCA	(90.395)	(8.815)	(9.788)	(10.751)	(11.723)	(12.686)
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(84.925)	(8.507)	(9.423)	(10.330)	(11.246)	(12.153)
Debêntures - 4ª Emissão (3ª Série)	IPCA	(350.794)	(37.141)	(40.945)	(44.714)	(48.514)	(52.280)
Debêntures - 5ª Emissão	IPCA	(200.789)	(17.389)	(19.528)	(21.647)	(23.785)	(25.903)
Debêntures - 6ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(342.870)	(30.532)	(34.193)	(37.821)	(41.479)	(45.104)
Debêntures - 8ª Emissão	IPCA	(207.447)	(16.865)	(19.064)	(21.244)	(23.441)	(25.618)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(119.249)</b>	<b>(132.941)</b>	<b>(146.507)</b>	<b>(160.188)</b>	<b>(173.744)</b>
TJLP			3,28%	4,92%	6,56%	8,20%	9,84%
Repasso BNDES	TJLP	(667.631)	(41.757)	(53.021)	(64.274)	(75.550)	(86.815)
Repasso BNDES (Banco do Brasil)	TJLP	(253.961)	(15.149)	(19.423)	(23.692)	(27.969)	(32.242)
BNDES (Subcrédito Social)	TJLP	(4.747)	(156)	(234)	(311)	(389)	(467)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(57.062)</b>	<b>(72.678)</b>	<b>(88.277)</b>	<b>(103.908)</b>	<b>(119.524)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(221.886)</b>	<b>(264.498)</b>	<b>(306.965)</b>	<b>(349.579)</b>	<b>(392.132)</b>

## Notas Explicativas

### Risco de moeda estrangeira

Com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio incidentes em compromissos futuros, a Companhia e suas controladas contrataram instrumentos financeiros derivativos (opções de compra e venda de moeda estrangeira e *Non-Deliberable Forward* (NDF) - vide nota nº 30.2).

A taxa de câmbio para o dólar considerada na data base de 30 de setembro de 2018 foi obtida na B3, no valor de R\$4,06. Para a análise de sensibilidade das opções de compra e venda de moeda estrangeira, o dólar foi analisado isoladamente a volatilidade, para apurar as variações no valor justo das opções.

Instrumentos	Risco	Posição em 30.09.2018	Projeção Resultado Financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Compra de opções de compra de moeda estrangeira	Dólar	23.036	11.796	14.981	17.232	17.953	18.762
Venda de opções de compra de moeda estrangeira	Dólar	(22.819)	(5.636)	(2.451)	(199)	521	1.331
Derivativos - Non-Deliberable Forward (NDF)	Dólar	(3.212)	(62.720)	(32.966)	(3.213)	26.541	56.295
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(56.560)</b>	<b>(20.436)</b>	<b>13.820</b>	<b>45.015</b>	<b>76.388</b>

No balanço patrimonial, as compras/vendas de opções de compra de moeda estrangeira estão apresentadas com base em sua exposição líquida aos riscos de mercado, pois há a intenção realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Dessa forma, a posição comprada líquida das opções mencionadas acima estão apresentadas na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”, no montante de R\$217.

#### (b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures, empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Em 30 de setembro de 2018, a Companhia e suas controladas estavam cumprindo os termos dos *covenants* (vide nota explicativa nº 15.7).

Caso a Companhia não consiga cumprir, com as cláusulas restritivas de seus contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos, tais operações poderão ser vencidas antecipadamente, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

#### (c) Outros riscos considerados relevantes

##### (c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A Companhia, baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico serão reembolsados pelo Poder Concedente, bem como aqueles realizados após a assinatura do contrato de concessão que não estiverem totalmente depreciados ao final da concessão. No entanto, há risco dos investimentos realizados em modernização e reformas desde a licitação da Companhia não serem reconhecidos pelo Poder Concedente e, portanto, não indenizados, uma vez que a regulamentação vigente, publicada para usinas que tiveram sua concessão renovada, ainda não se aplica à Companhia.

##### (c.2) Risco hidrológico

#### Geração hidrelétrica no Brasil

A energia produzida pelas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que é constituído pelas regiões Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e de parte da região Norte do País. As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são

## Notas Explicativas

executadas pelo ONS, que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o País.

As variações climáticas podem ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano, uma vez que o volume de energia gerado pelas usinas hidrelétricas depende do índice pluviométrico (vazões) e do volume acumulado de água em seus reservatórios, que determinam o despacho otimizado do ONS. O SIN possibilita que toda energia gerada no sistema seja transmitida e distribuída da forma mais adequada por todo o País, permitindo a troca de energia entre as regiões, além de obter benefícios da diversidade das bacias hidrográficas.

De acordo com as regras do MRE, o volume total de energia hidrelétrica gerada no mecanismo é alocado para cada usina hidroelétrica do SIN participante deste mecanismo, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física (ou energia assegurada). Essa alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE atinjam seus níveis de garantia física, independentemente da produção individual de cada planta. Se, após a etapa acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantias física e ainda houver saldo de energia produzida, o adicional da geração, designado “Energia Secundária”, é alocado proporcionalmente entre os geradores. A energia secundária alocada, será liquidada no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

Da mesma forma, quando a geração de energia for inferior à garantia física total das usinas hidrelétricas do MRE, tal déficit também é rateado, proporcionalmente, entre os participantes do mecanismo, através do GSF, efeito este conhecido como “Rebaixamento” da garantia física no MRE, podendo resultar em exposições no mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Nas situações acima também pode ocorrer da alocação de energia no MRE se dar em um submercado distinto daquele onde a energia é gerada, o que pode ou não criar exposições à diferença entre o PLD dos submercados onde a usina se localiza e de origem da energia alocada. Tais exposições, sejam positivas ou negativas, estão sujeitas a um mecanismo de alívio financeiro e podem ser reduzidas ou eliminadas, dependendo da contabilização de curto prazo do mês em que se configurem.

### Limites máximo e mínimo do PLD - Resolução Homologatória nº 2190/2016

Anualmente, no mês de dezembro, a ANEEL estabelece os limites máximos e mínimos do PLD que vigorarão durante o ano seguinte. O PLD máximo é calculado com base no CVU mais elevado de uma Usina Termelétrica em operação comercial, a gás natural, contratada por meio de CCEAR. O cálculo do PLD mínimo considera os custos de operação e manutenção das usinas hidrelétricas em regime de cotas, bem como referentes à compensação financeira.

Em 22 de dezembro de 2017 foi publicada a Resolução Homologatória nº. 2.364/2017, que estabeleceu os limites máximos e mínimos do PLD para o ano de 2018. O PLD mínimo e máximo foi definido em R\$ 40,16/MWh e R\$ 505,18/MWh, respectivamente (vs. PLD mínimo de R\$ 33,68/MWh e máximo de R\$ 533,82/MWh para o ano de 2017).

### Impactos da retração de geração hidroelétrica no MRE / GSF

Desde 2013, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido menor que as suas respectivas Garantias Físicas, resultando em GSF, que indica o nível de rebaixamento das Garantias Físicas para efeito da contabilização do mercado de curto prazo, em geral relacionado à hidrologia adversa e PLD elevado, implicando em significativo impacto econômico.

Este período úmido verificou-se melhor do que o ano passado, com uma afluência de 88%, associado a sazonalização do MRE (em que os agentes concentraram energia para o segundo semestre) verificou-se rebaixamento de 3,5% para o primeiro semestre de 2018

## Notas Explicativas

A APINE obteve em 1º de julho de 2015, uma liminar favorável a todas as geradoras elétricas representadas pela associação, entre elas a Companhia, que impede que o GSF seja alocado aos geradores detentores da liminar nas próximas liquidações financeiras da CCEE. Durante o ano de 2018, foram opostos embargos de declaração pela APINE e ANEEL, além de decisão de 1ª instância pelo Tribunal. Diante disso, em 07 de maio de 2018, o Tribunal acatou o pedido da APINE e, conseqüentemente, determinou que a CCEE fique impossibilitada de aplicar, mensalmente, os efeitos do GSF no MRE, aos integrantes da ação judicial. Atualmente, aguarda-se o julgamento do mérito das apelações interpostas pela ANEEL e APINE. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 19.3.

Adicionalmente, conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de mérito da ação é classificada como possível. Contudo, em relação a um futuro desembolso de caixa, esse processo é classificado como provável.

### Repactuação do GSF

A ANEEL reabriu a audiência pública nº 45/2016 (AP045), cujo o prazo para contribuição foi encerrado em fevereiro de 2017. O objetivo da audiência foi tratar do custo do deslocamento de geração hidrelétrica decorrente de geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito econômico (GFOM) e importação de energia elétrica sem garantia física.

Em reunião pública de 18 de abril de 2017, a ANEEL aprovou a AP45/2016 em que estabelece o montante de energia elegível, a valoração e as condições de pagamento para os participantes do MRE, do custo do deslocamento da geração hidráulica decorrente de geração termelétrica que exceder aquela por ordem de mérito e de importação de energia sem garantia física. A aprovação deste mecanismo de mitigação parcial do risco hidrológico não é retroativa, deste modo a liminar ainda permanece válida. O resultado desta AP será válido após o encaminhamento do ONS para a ANEEL da proposta de critérios de elegibilidade para classificação do despacho térmico e após a CCEE encaminhar a alteração da Regra de Comercialização. Como não houve consenso em como o ONS apurar a geração termelétrica por razões elétricas, a ANEEL abriu novamente uma Audiência Pública (83/2017) para tratar da geração térmica fora da ordem de mérito com relação as seguintes questões: (i) critérios de elegibilidade para a geração termelétrica despachada por razões de restrições elétricas, a ser considerada no deslocamento de geração hidrelétrica (GSF); (ii) tratamento para as inflexibilidades termelétricas declaradas na programação diária e em tempo real; e (iii) tratamento da importação de energia sem garantia física. O prazo de contribuição da referida audiência encerrou em 05 de fevereiro de 2018.

O Projeto de Lei (PL) nº 10.332, que versa sobre a repactuação do GSF e considera o ressarcimento dos riscos não hidrológicos aos geradores que participam do MRE por meio de extensão das concessões destes geradores para os efeitos (ii) e (iii) e por meio dos ESS para o efeito (i) foi aprovado pela Câmara dos Deputados em julho de 2018, mas rejeitado pelo Senado Federal, em outubro de 2018. A Companhia está em fase de negociação junto às associações e órgãos reguladores.

São três os principais riscos que estão previstos para serem ressarcidos aos geradores: (i) despacho fora da ordem de mérito (GFOM), (ii) atraso/restricção de transmissão do escoamento da energia dos projetos estruturantes (Santo Antonio, Jirau e Belo Monte) e, (iii) motorização acelerada da entrada em operação comercial das máquinas destes projetos estruturantes, que aumentou a garantia física dos mesmos sem a correspondente geração de energia. Os efeitos no GSF da GFOM serão ressarcidos de forma retroativa a 2013 e os demais riscos serão retroagidos ao início dos respectivos efeitos (2012 ou posterior).

### Mudanças no cálculo do PLD

A partir da primeira semana operativa de 2018 considerou-se a representação explícita das perdas elétricas nas interligações entre os subsistemas nos modelos computacionais, conforme Consulta Pública MME nº 35/2017. Porém, a partir da 1ª semana de março de 2018 esta representação foi desconsiderada, conforme o Ofício nº 020/2018-SRG/ANEEL, de 20 de fevereiro de 2018.

## Notas Explicativas

A Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (CPAMP), instituída pelo Ministério de Minas e Energia - MME, deliberou em 06 de junho de 2018 a postergação da implementação do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD em etapa horária para janeiro de 2020.

Analisando o andamento dos trabalhos, bem como os resultados até o momento da operação sombra, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE entenderam que, para a utilização do Modelo de Otimização Hidrotérmica Diária (DESSEM) na programação diária da operação e cálculo do PLD horário, há a necessidade de aprimoramentos no modelo, de forma a melhor representar alguns aspectos da realidade operativa do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Embora os referidos aprimoramentos integrem o escopo de implantação do DESSEM, os prazos para implementação, aprovação da metodologia e disseminação junto aos agentes superam a data limite estabelecida pela Resolução 07/2016, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. Pela resolução, até 31 de julho de 2018 seria necessária a aprovação da metodologia pela CPAMP, após realização de consulta pública, para efetiva adoção do preço horário no mercado em janeiro de 2019.

### (c.3) Risco de recontração (volume, preço e diferença de submercado)

A estratégia da Companhia é vender energia tanto no ambiente regulado quanto no livre para assegurar a receita da empresa em contratos de venda. Os preços de recontração dependem do comportamento e das práticas de mercado e a estratégia de volume de contratação prevê uma reserva para proteção contra o risco hidrológico.

Destaca-se que a Companhia poderá estar sujeita ao risco de diferença de preços entre submercado caso opte por vender energia fora do submercado no qual a sua garantia física está localizada. Neste caso, em se verificando essa diferença de preços, a Companhia deverá assumir a variação positiva ou negativa de preços no mercado de curto prazo.

A Companhia efetuou operações comerciais para mitigar o risco de exposições à diferença de preços entre submercado, conforme detalhado na nota explicativa nº 30.1.3.

### (c.4) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia e suas controladas. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e suas controladas terão condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade.

### (c.5) Risco de instabilidade cambial e econômica

#### Instabilidade econômica

Os resultados operacionais da Companhia e suas controladas são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia e suas controladas. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia e suas controladas adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

## Notas Explicativas

### Instabilidade cambial

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.

A desvalorização do Real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia.

### **(c.6) Risco socioambiental**

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia e de suas controladas estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

Visando o cumprimento da legislação ambiental, a mitigação de eventuais impactos e a melhoria contínua de seus processos de controle, a Companhia mantém o certificado do Sistema de Gestão Ambiental em ISO 14001 para as usinas hidrelétricas. Além disso, todos os empreendimentos em operação possuem licenças ambientais válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes. No que se refere à segurança das barragens, a Companhia realiza o monitoramento constante das estruturas de barragens das usinas e pequenas centrais hidrelétricas sob sua concessão, acompanhando o seu comportamento por meio de um conjunto de instrumentos para medição de informações (como pressão e vazão da água). A Companhia possui também um sistema operacional para situação de emergência (SOSEm), que define procedimentos e plano de comunicação no caso de enchentes e perigos de alagamento.

A edição de novas leis e regulamentos mais severos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em passivos ambientais significativos pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da empresa, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, o valor máximo de multa por cada descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000. Há também a necessidade de reparação ou compensação do dano ambiental, se constatado. Em determinadas hipóteses previstas em lei, a ocorrência de eventos danosos ao meio ambiente e o descumprimento de normas e exigências podem se caracterizar como crime ambiental, ocasiões nas quais tanto a empresa quanto seus gestores podem ser responsabilizados.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao grupo econômico da AES, incluindo as sociedades por ela controladas direta ou indiretamente, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, que consolida o compromisso das empresas do Grupo com o desenvolvimento sustentável e determina as diretrizes a serem incorporadas na gestão cotidiana dos negócios da AES, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

A Companhia contribui, ainda, com o desenvolvimento sustentável da sociedade e do país incluindo em nosso Planejamento Estratégico e na gestão das práticas empresariais as diretrizes

## Notas Explicativas

representadas pelos seguintes compromissos voluntários: Pacto Global, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Empresa Amiga da Criança.

### (c.7) Risco de obrigação de expansão

A Companhia possui obrigação prevista em seu Edital de Privatização e Contrato de Compra e Venda de Ações, de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração, dentro do estado de São Paulo, em pelo menos 15% (398 MW) no período de oito anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão. Atualmente, há um processo movido pelo Governo do Estado de São Paulo, no qual, em outubro de 2018, a Companhia assinou acordo judicial. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 1.2.

## 31 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	Controladora	
	30.09.2018	30.09.2017
Compensações de PIS e COFINS	78.165	87.026
Compensações de IRPJ e CSLL	16.020	15.601
<b>Total das compensações</b>	<b>94.185</b>	<b>102.627</b>

A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2018	30.09.2017	30.09.2018	30.09.2017
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	132.605	69.762	195.450	89.166
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	1.334	7.969	5.544	7.969
<b>Pagamento de juros conforme nota explicativa</b>	<b>133.939</b>	<b>77.731</b>	<b>200.994</b>	<b>97.135</b>

## 32 COMPROMISSOS

A Companhia e suas controladas possuem compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 35 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Não houve nenhuma alteração significativa nos compromissos de longo prazo no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018.

A Companhia não possui garantias prestadas a terceiros e linhas de crédito aprovadas e não sacadas em 30 de setembro de 2018.

## 33 EVENTOS SUBSEQUENTES

### Obrigação de expansão

Em 01 de outubro de 2018, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2, a Companhia assinou acordo com o Estado de São Paulo, por meio do qual ambos concordam em suspender por até 6 anos o processo judicial de obrigação de expansão, sem a imposição de qualquer penalidade.

## Notas Explicativas

### Rebaixamento Hidrelétrico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 23 de outubro de 2018, conforme detalhado nas notas explicativas nº 13 e 19.3, o Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão desfavorável e a liminar perdeu parcialmente seus efeitos. Dessa forma, a Companhia voltará a ter seus valores liquidados no mercado de curto prazo com efeitos retroativos a partir de fevereiro de 2018.

## Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

### a.) Objeto da projeção

#### 1 - Investimentos

A Companhia informa os montantes de investimentos, divididos em investimentos e juros capitalizados.

#### 2 - Estratégia de crescimento

Tendo como principal objetivo a criação de valor para os acionistas, por meio do crescimento sustentado nos mercados de geração, a Companhia segue em busca de oportunidades para crescer e diversificar sua plataforma de geração. O crescimento se dará através da adição de capacidade instalada de geração a partir de fontes não hidráulicas e com contratos regulados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo. Adicionalmente, a empresa busca complementar seu portfólio com novas energias/tecnologias, como geração distribuída e armazenamento de energia via baterias. Assim, a estratégia de crescimento da Companhia é de compor 50% de seu EBITDA com fontes não hidráulicas com contratos regulados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo.

#### 3 – EBITDA – Complexo Solar Guaimbê

A Companhia divulgou, em 06 de agosto de 2018, a projeção de acréscimo de EBITDA anual a ser gerado pelo Complexo Solar Guaimbê (“Complexo” e/ou “Guaimbê”), caso sejam cumpridas as condições prévias previstas no Acordo de Investimento, conforme anunciado no Fato Relevante de 25 de setembro de 2017, para que seja realizada a aquisição do Complexo.

### b.) Período projetado e o prazo de validade da projeção

#### 1 - Investimentos

A Companhia divulga suas projeções de investimentos anuais, para o período de cinco anos incluído o exercício social corrente, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

#### 2 – Estratégia de Crescimento

A Companhia divulga sua estratégia de crescimento, podendo esta ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

#### 3 - EBITDA – Complexo Solar Guaimbê

A Companhia divulga sua estimativa para o acréscimo de EBITDA anual a ser gerado pelo complexo Solar Guaimbê, podendo esta ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

### **c.) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle**

#### **1 - Investimentos**

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Cronograma de manutenções das unidades geradoras;
- Demanda dos consumidores;
- Diagnósticos de equipamentos;
- Indicadores de crescimento;
- Iniciativas estratégicas; e
- Obrigações regulatórias.

#### **2 – Estratégia de Crescimento**

A projeção de estratégia de crescimento da Companhia consiste na expansão da capacidade instalada através de oportunidades que diversifiquem seu portfólio a partir de fontes não hidráulicas, com contratos de longo prazo. Como plano, a Companhia avalia projetos com fontes de energia diversas, dentre elas eólica e solar, para cumprir essa meta de crescimento da capacidade instalada e contribuir para a diversificação da matriz energética e para o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções eletroenergéticas integradas para seus clientes, como geração distribuída e armazenamento de energia.

As premissas são suportadas por análises internas e cronogramas definidos e gerenciados pela Companhia.

Todas projeções divulgadas pela Companhia refletem somente a percepção da administração da Companhia sobre o futuro de seus negócios, considerando, principalmente, os seguintes fatores: (i) o desempenho da economia nacional e internacional; (ii) as condições de mercado e do setor de energia elétrica em geral, inclusive as condições hidrológicas do país; (iii) a regulamentação do setor elétrico e legislação ambiental vigentes; e (iv) fatores operacionais.

Todas as premissas indicadas acima estão sujeitas a mudanças, riscos e incertezas, que fogem ao controle da administração da AES Tietê Energia. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos diverjam das projeções efetuadas. Em caso de alteração relevante nestes fatores, as projeções deverão ser revisadas.

A administração ainda esclarece que todas as premissas podem ser influenciadas pela perspectiva dos negócios e às projeções de resultados operacionais e financeiros da administração. Essas premissas, entretanto, são altamente dependentes dos indicadores de crescimento, demanda dos consumidores, obrigações regulatórias que fogem ao seu controle, assim como mudanças do mercado, do desempenho econômico do País, do setor elétrico e do mercado internacional.

### 3 – EBITDA - Complexo Solar Guaimbê

A projeção tem como principais premissas assumidas pela Companhia para avaliação da aquisição do Complexo: i) capacidade instalada de 150 MWac; ii) energia assegurada comercializada no leilão de 29,5 MWh e geração esperada; iii) estrutura de custos projetada; e iv) contrato de venda de energia vigente, se encerrando em 2037. A estimativa mencionada é uma projeção e, como tal, sujeita a variação caso venham a ser verificadas mudanças das premissas assumidas pela Companhia.

Importante ressaltar que o acréscimo de EBITDA anual projetado está vinculado ao cumprimento das condições prévias previstas no Acordo de Investimento para que seja realizada a aquisição do Complexo Solar Guaimbê (“Complexo” e/ou “Guaimbê”), conforme anunciado no Fato Relevante de 25 de setembro de 2017.

#### d.) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

##### 1 - Investimentos

Os valores projetados para período de cinco anos (2018-2022), encontram-se na tabela a seguir:

Investimentos - R\$ milhões*	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E	Total 2018E-2022E
Investimentos	68,7	53,7	58,9	70,7	75,8	327,7
Investimentos - Novos Projetos	405,0	175,0	0,0	0,0	0,0	580,0
Juros de Capitalização**	9,9	5,1	1,1	5,1	5,7	26,9
<b>Total</b>	<b>483,6</b>	<b>233,8</b>	<b>60,0</b>	<b>75,7</b>	<b>81,5</b>	<b>934,6</b>

\* valores nominais

\*\*não considera juros de capitalização sobre os novos projetos

##### 2 – Estratégia de Crescimento

A estratégia de crescimento da Companhia é de compor 50% de seu EBITDA com fontes não hidráulicas com contratos regulados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo, com retorno atrativo para a Companhia.

##### 3 – EBITDA – Complexo Solar Guaimbê

Conforme divulgado no Fato Relevante de 06 de agosto de 2018, a Companhia projeta o acréscimo de EBITDA anual no intervalo entre R\$ 75 milhões e R\$ 85 milhões a ser gerado pelo Complexo.

#### e.) Acompanhamento e atualização dos valores dos indicadores que são objeto da previsão

##### Atualização 3T18

Encerrado o terceiro trimestre de 2018, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos incluindo o exercício social corrente (2018-2022), conforme apresentado na tabela do item “d. item 1”.

### **Atualização 2T18**

Encerrado o segundo trimestre de 2018, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos incluindo o exercício social corrente (2018-2022), conforme apresentado na tabela do item “d. item 1”.

### **Atualização 1T18**

Encerrado o primeiro trimestre de 2018, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos incluindo o exercício social corrente (2018-2022), conforme apresentado na tabela do item “d. item 1”.

### **Atualização 4T17**

A Companhia atualizou suas projeções de investimentos anuais, para o período de cinco anos a contar do exercício social corrente (2018-2022), considerando replanejamento de manutenções para o período, premissas macroeconômicas, com destaque para taxa de juros e inflação e investimentos estimados para 2018 e 2019 relacionados à construção dos ativos solares Complexo Solar Boa Hora e Complexo Solar AGV. As projeções atualizadas e substituídas estão apresentadas, respectivamente, nos itens “d. item 1”.

As projeções atualizadas foram incluídas na seção 11 do Formulário de Referência da Companhia e estão disponíveis no site da CVM em <http://www.cvm.gov.br/> e no site da Companhia em <http://ri.aestiete.com.br/>.

A Companhia apresenta um comparativo entre os valores realizados e projetados para o ano de 2017, conforme tabela a seguir:

Investimentos - R\$ milhões	Estimativa 2017	Realizado 2017	Varição
Investimentos	94,8	89,2	-5,9%
Juros de Capitalização	19,0	9,7	-48,9%
<b>Total</b>	<b>113,8</b>	<b>98,9</b>	<b>-13,1%</b>

Em 2017, a AES Tietê Energia investiu um total de R\$ 98,9 milhões, montante 13,1% inferior ao estimado para o período, destinados principalmente às grandes manutenções das usinas Água Vermelha e Barra Bonita.

### **Nota**

- i. *As informações financeiras apresentadas no acompanhamento das Projeções Empresariais são apresentadas em milhões de Reais e, portanto, os valores totais apresentados nas tabelas podem apresentar diferenças de arredondamento em relação ao somatório dos valores individuais das respectivas linhas.*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

AES Tietê Energia S.A.

São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, da AES Tietê Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e considerada informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 26 de outubro de 2018.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP034519/O-6

Marcos Antonio Quintanilha

Contador CRC- 1SP132776/O-3

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2018.

São Paulo, 26 de outubro de 2018.

Diretores:

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Os Diretores da AES TIETÊ ENERGIA S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteadado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2018.

São Paulo, 26 de outubro de 2018.

Diretores:

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi

Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores